

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E BIOLÓGICAS-CCHB  
CAMPUS DE SOROCABA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO-PPGEd - So

ANA RITA BUENO DE CAMARGO MATOS

**A HISTÓRIA DA ESCOLA ESTADUAL DE SEGUNDO GRAU DOUTOR  
DARIO PACHECO PEDROSO: SUA ORIGEM, INSERÇÃO SOCIAL E  
IMPACTO NO PERCURSO PROFISSIONAL DOS ALUNOS (1970-1994)**

Sorocaba  
2017

ANA RITA BUENO DE CAMARGO MATOS

**A HISTÓRIA DA ESCOLA ESTADUAL DE SEGUNDO GRAU DOUTOR  
DARIO PACHECO PEDROSO: SUA ORIGEM, INSERÇÃO SOCIAL E  
IMPACTO NO PERCURSO PROFISSIONAL DOS ALUNOS (1970-1994)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, vinculado ao Centro de Ciências Humanas e Biológicas [CCHB] da Universidade Federal de São Carlos – Campus Sorocaba, para obtenção do título de Mestre em Educação na Linha de Pesquisa: “Fundamentos da Educação”.

Orientação: Profa. Dra. Heulalia Charalo Rafante

Sorocaba  
2017

## FOLHA DE APROVAÇÃO

Ana Rita Bueno de Camargo Matos

### **A HISTÓRIA DA ESCOLA ESTADUAL DE SEGUNDO GRAU DOUTOR DARIO PACHECO PEDROSO: SUA ORIGEM, INSERÇÃO SOCIAL E IMPACTO NO PERCURSO PROFISSIONAL DOS ALUNOS (1970-1994)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, vinculado ao Centro de Ciências Humanas e Biológicas [CCHB] da Universidade Federal de São Carlos – Campus Sorocaba, para obtenção do título de Mestre em Educação na Linha de Pesquisa: “Fundamentos da Educação”.

Orientação: Profa. Dra. Heulalia Charalo Rafante

Aprovado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

#### BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Heulalia Charalo Rafante - Orientadora  
UFSCar-Sorocaba; UFC – Assinatura: \_\_\_\_\_.

Prof. Dr. José Luis Sanfelice  
UNICAMP – Assinatura \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Marcos Francisco Martins  
UFSCar-Sorocaba – Assinatura: \_\_\_\_\_

Profa. Dra. Luciana Cristina Salvatti Coutinho  
UFSCar-Sorocaba – Assinatura: \_\_\_\_\_

Dedico este trabalho as pessoas mais importantes da minha vida: ao meu pai Levino, por sempre nos lembrar ao longo de nossa criação que a educação é a melhor herança que um pai deixa ao seu filho; minha mãe Rosa, por nos ensinar que o amor é cuidado; e ao meu irmão, Luciano, que, sem dúvida alguma, é a metade mais forte de mim.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e aos espíritos protetores que sempre estão comigo me amparando e me dando o equilíbrio necessário em todos os momentos difíceis.

À minha família por estar sempre comigo, me amparando durante todo o processo de trabalho e por sempre acreditar em mim. Ao meu pai por toda a criação que nos deu baseada em princípios como honestidade, caráter e dignidade e por todas as vezes que demonstrou seu amor através de gestos cuidadosos. A minha mãe por ser um exemplo de mãe e de mulher forte, por nos criar baseados no princípio do respeito e do afeto e por me apresentar o ambiente escolar desde muito pequena. Ao meu irmão por toda parceria, por ser meu porto seguro e por me fazer lembrar a cada aniversário seu o quanto Deus é muito generoso comigo.

Agradeço, imensamente, à professora orientadora, Heulalia, primeiramente por ter me aceito no programa como aluna especial no ano de 2014 fazendo assim eu ter forças e coragem para prestar o processo de seleção com aluna regular. Minha eterna gratidão por toda a paciência ao longo do trabalho, principalmente, por acreditar em mim desde o início.

Ao programa de Mestrado em Educação da UFSCar *Campus* Sorocaba (PPGEd-So), pela oportunidade oferecida a mim e a tantos outros colegas.

Aos meus amigos que acreditaram em mim desde o início desse trabalho, me apoiando nas horas mais difíceis.

Aos professores e amigos que tive a oportunidade de conhecer ao longo das disciplinas e aos funcionários da secretaria do PPGEd-Sor, que sempre se dispuseram a ajudar e orientar em todos os momentos.

Gostaria de fazer um agradecimento em especial aos amigos que conheci na disciplina História da Educação: Juliana, Rita, Marcus, Tassio e Ribamar por todo o apoio que me deram para que eu continuasse em meio a tantas dificuldades, a alegria de cada um me auxiliou para que pudesse concluir esse trabalho.

À Unidade de Recursos Humanos Centro Paula Souza, que ofereceu a oportunidade de afastamento parcial das aulas, para que eu pudesse fazer esse trabalho acontecer, e à diretora Celeste Pezzoni, da Unidade 049 – ETEC. Dr. Dario Pacheco Pedroso, por acreditar na pesquisa e autorizar o acesso ao acervo da escola, que foi de extrema importância para que tivesse as informações necessárias para alcançar os objetivos do trabalho.

Agradeço imensamente aos meus alunos do colégio agrícola que foram e sempre serão minha fonte de inspiração para conclusão desse trabalho e, principalmente, aos agricolinos (1970 a 1994), pela confiança em contar suas histórias e por acreditar nesse trabalho junto comigo. Sem eles, parte disso não teria acontecido, pois os relatos nas entrevistas foram de suma importância para que pudesse entender e dar “vida” a todo o acervo documental que tive acesso.

Ao professor Eraldo Barbosa Souza da Etec Dr. Dario Pacheco Pedroso por ser minha eterna inspiração.

Ao melhor amigo que alguém poderia ter Roberto Urso (*in memoriam*) por ter me apoiado tanto e ser meu parceiro no colégio por tantos anos e que infelizmente partiu antes que pudesse concluir este trabalho.

Por fim, minha gratidão eterna aos professores da Escola Estadual José Vasques Ferrari, por toda a minha formação, da pré-escola até a terceira série do ensino médio, principalmente ao professor Luciano Rossi Bilesky por ter me mostrado que a física vai

muito além dos números e fez descobrir a profissão que queria seguir para o resto da minha vida.

MATOS, Ana Rita Bueno de Camargo Matos. **A HISTÓRIA DA ESCOLA DARIO PACHECO PEDROSO: SUA ORIGEM, INSERÇÃO SOCIAL E IMPACTO NO PERCURSO PROFISSIONAL DOS ALUNOS (1970-1994)**. Sorocaba como objeto de recorrência. 119 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas e Biológicas-CCHB, Universidade Federal de São Carlos – *Campus* Sorocaba, Sorocaba, 2017.

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo estudar a Escola Estadual de Segundo Grau Doutor Dario Pacheco Pedroso, criada em 1970, em Taquarivaí, então distrito de Itapeva, São Paulo e incorporada, em 1994, ao Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza. Tal objeto é analisado a partir da abordagem da trajetória histórica do ensino agrícola no Brasil, do Município, onde a escola foi instalada e da própria escola, visando compreender a sua organização administrativa e a proposta pedagógica desenvolvida pela instituição. Os resultados obtidos mostram que o ensino agrícola passou por mudanças, de acordo com as políticas educacionais, elaboradas de acordo com as demandas de cada contexto histórico. Foi no período da ditadura civil militar no Brasil, no cenário da modernização conservadora, que foi criada a instituição aqui analisada. A implantação dos cursos técnicos em agropecuária contribuiu para a formação de mão de obra qualificada na região de Taquarivaí, possibilitando o seu desenvolvimento e a sua participação no processo de expansão agrícola no estado de São Paulo, além de ter exercido influência na ascensão profissional dos alunos egressos.

Palavras chaves: Ensino Agrícola. Educação e Trabalho. História da Educação. Instituições Escolares. ETEC. Dr. Dario Pacheco Pedroso.

<b>Introdução</b> .....	1
1.1 - Ensino agrícola no período colonial (1549 a 1822) .....	13
1.2 - Ensino agrícola no regime monárquico (1822 a 1889) .....	16
1.3 - Expansão do ensino agrícola na Primeira República (1889 a 1930): Aprendizados, Patronatos agrícolas e Escola Técnica Agrícola (ETA) .....	18
1.3.1 Escola de Aprendizados Agrícolas.....	20
1.3.2. Escola de Patronatos Agrícolas .....	21
1.3.3 Escola Técnica Profissional (ETA) .....	22
1.4 - Ensino agrícola na Era Vargas .....	24
1.5 - Ensino Agrícola no período do Nacional Desenvolvimentismo (1946-1964) .....	26
1.6 – Ensino agrícola na Ditadura Militar (1964-1985) .....	28
<b>Capítulo II</b> .....	33
<b>A RELAÇÃO ENTRE O DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE TAQUARIVAÍ E A HISTÓRIA DA ESCOLA ESTADUAL DE SEGUNDO GRAU DR. DARIO PACHECO PEDROSO</b> .....	33
2.2 – De Escola Primária Típica Rural a Escola Estadual de Segundo Grau Dr. Dario Pacheco Pedroso .....	36
2.3 – Taquarivai – de Distrito de Itapeva a Município Independente: consolidação de sua característica agrícola.....	40
2.4 – Integração da Escola Estadual de Segundo Grau Dr. Dario Pacheco Pedroso ao Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS) .....	43
<b>Capítulo III</b> .....	50
<b>ESCOLA ESTADUAL DE SEGUNDO GRAU DR. DARIO PACHECO PEDROSO: ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E PROPOSTA EDUCACIONAL (1970 A 1993)</b> 50	
3.1 – O Curso Monitor Agrícola: o Plano da Secretaria Estadual de Educação.....	51
3.1.1 – Processo de ingresso no Curso de Monitor Agrícola .....	53
3.1.2 - Corpo docente e as estratégias de avaliação do processo de ensino e aprendizagem no Curso de Monitor Agrícola .....	55
3.1.3 – Proposta pedagógica do curso de Monitor Agrícola .....	56
3.2 – O Curso de Técnico em Agropecuária: proposta pedagógica (1984-1993) .....	58
3.3 – Integração escola comunidade .....	66
3.4 – A infraestrutura da unidade escolar e seu reflexo no processo de ensino e aprendizagem .....	69
3.5 – Educação para o trabalho .....	74
4.1 – Perfil dos alunos ingressantes segundo as fichas de matrícula.....	83
4.2 – Entrevistas com os egressos e percurso profissional: o que a Escola Estadual Dario Pacheco Pedroso instituiu no percurso profissional dos seus ex-alunos .....	87
4.3- Percurso profissional dos egressos: o que a escola instituiu? .....	90
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	94

<b>REFERÊNCIAS</b> .....	100
--------------------------	-----

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura I – Densidade residencial por setores censitários do Município de Taquarivai

Figura II – Áreas urbanas e rurais de Município de Taquarivai Censo 2010 – IBGE

Figura III – Imagem Territorial Itapeva- Taquarivai

Figura IV – Imagem aérea da escola (2017)

Figura V – Imagem área viveiro florestal e horta

Figura VI- Imagem área destacando os setores produtivos

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico I – Número de cidades que os alunos matriculados residiam

Gráfico II – Números de alunos divididos por sexo

Gráfico III – Quantidade de alunos advinham da zona rural

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela I – Aumento proporcional da população urbana paralelamente ao decréscimo da população rural. (IBGE)

Tabela II – Principais aspectos demográficos do município, Região de Governo e Estado em 2010.

Tabela III – Grade Curricular do curso Monitor Agrícola – 1971 a 1975

Tabela IV – Grade Curricular do Curso Técnico em Agropecuária do ano de 1983

Tabela V – Caracterização física da infraestrutura da escola até 1984

Tabela VI – Percorso profissional dos (as) alunos (as)

## Introdução

Esse estudo se configura como uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo, que tem como objeto a Escola Estadual de Segundo Grau Doutor Dario Pacheco Pedroso, desde a sua criação, em 1970, em Taquarivaí<sup>1</sup>, então distrito de Itapeva, São Paulo, até a sua incorporação, em 1994, ao Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS).

Essa escola passou por mudanças em sua organização e na sua nomenclatura, e, conforme veremos nesse estudo, de 1963 a 1969, era uma Escola Típica Rural; na sequência, esse mesmo prédio foi utilizado para implantar o Colégio Técnico Agrícola de Itapeva (1970) que, quatro anos depois, em (1974) passou a ser chamado de Escola Estadual de Segundo Grau Doutor Dario Pacheco Pedroso; por fim, e vinte anos depois, em 1994, passa a integrar a CEETEPS, com denominação de Escola Técnica Estadual (ETEC) Dr. Dario Pacheco Pedroso.

As motivações para realizar se deram porque, ao longo dos oito anos ministrando aulas de física na unidade, um fato sempre chamou a atenção: alguns alunos afirmarem estudar no mesmo local que os pais, para seguirem tradições deixadas pelos egressos.

O aluno M, entrevistado para a elaboração dessa dissertação, é pai de um ex aluno do curso Técnico Integrado ao Agropecuária em regime de alternância, de quem fui professora tutora no ano de 2010, e foi um relato desse aluno que despertou a vontade em estudar a história dos “agricolinos”<sup>2</sup>. Em uma de nossas tutorias, perguntei a ele como estava sua adaptação no alojamento e se eu poderia ajudar em algo, e ele relatou muito feliz, que havia recebido o mesmo apelido do pai, de quando foi aluno do colégio e que o apelido de “Ovelha” seria passado de geração em geração, pois, da mesma forma que seu pai fez questão que estudasse ali, ele também fazia questão que seus filhos também assim fizessem. Nesse depoimento, pude perceber que os alunos que ali passavam estabeleciam uma forte ligação com a escola. No ano seguinte, fui professora de sua outra filha, desse mesmo ex-aluno, e o mesmo fato ocorreu, na primeira semana de aula, ela já era conhecida como “A ovelha”.

---

<sup>1</sup> Até Taquarivaí passar pelo processo de emancipação, em 1991, escrevia-se Taquari-vai, mas neste trabalho utilizaremos a nomenclatura atual do Município, Taquarivaí.

<sup>2</sup> Nome atribuído aos alunos que estudam na escola.

Quando ocorreu essa situação em 2010, comecei a observar mais os pais e os demais familiares dos alunos, para perceber se isso ocorria com todos que tinham estudado na escola, e, do ano de 2009, quando iniciei minhas atividades na unidade escolar até o momento em que eu comecei a fazer essa dissertação, foram inúmeros os apelidos que fui descobrindo: “Garça”, “Porca”, “Tatu”, “Sapinho”, “Rã”, “Urso”, “Petróleo”, “Gaúcha”, “Sucuri”, “Pulguinha”, “Freira”, “Zina”, “Titica”, “Coringa”, “Gambá” “Jersey” e tantos outros, muito mais que os apelidos eu também fui descobrindo as histórias por trás deles.

O mais interessante é que quando o funcionário ou professor, em sua época de aluno havia tido um apelido, quando passava a trabalhar na unidade, o apelido permanecia. Portanto o professor Roberto “Urso” (*in memorian*) e o funcionário Roberto “Gambá” (*in memorian*) me deram pistas de onde eu poderia começar a minha pesquisa, pois afirmavam que a formação oferecida na escola foi decisiva para sua vida adulta e na vida profissional.

E então foi quando iniciei um processo de pesquisa ainda que informal, fui procurando quais funcionários tinham estudado na escola e porque haviam voltado e, além do amor pela escola e gratidão pela formação, havia algo em comum nas respostas de todos eles: todos haviam sido alunos do professor Eraldo. Diante dessa informação fui até ele e descobri que, durante os trinta anos<sup>3</sup> que atuava como professor na unidade, não tinha tido coragem de deixar o colégio, mesmo sendo morador na cidade do Rio de Janeiro e tendo que viajar toda semana.

A partir daí a vontade de pesquisar sobre aquele lugar aumentou, surgiram alguns questionamentos, tais como: O que essa escola ofereceu para esses alunos quando estudaram? Porque fazem questão que seus filhos estudem também na mesma escola? Porque um professor resolve se dedicar durante tanto tempo a uma escola que fica a quase 700 Km de distância de sua residência ? Essas perguntas foram me instigando a realizar um trabalho sobre esse lugar.

Mas o fato decisivo para estudar a história da escola Doutor Dario Pacheco Pedroso ocorreu ao final do ano de 2011, quando tivemos a notícia de que a Instituição Centro Paula Souza não autorizou mais a abertura de novas turmas do curso de alternância na escola, alegando que um dos problemas era a evasão escolar. Essa ação me fez criar a coragem de estudar o processo de criação e implantação da escola na

---

<sup>3</sup> Dado até 2014, pois o professor ainda ministra aulas na unidade.

cidade de Taquarivai, para que pudesse compreender o impacto dela na formação dos alunos, para que através do resultado deste trabalho pudesse mostrar que a formação oferecida na escola vai muito além dos números de concluintes no final de cada curso.

Além das motivações iniciais da pesquisa, fomos buscar os referenciais que tratam das pesquisas sobre as instituições escolares, visando ampliar o cenário que, inicialmente, fomentou a necessidade de empreender essa pesquisa.

Os estudos sobre instituições escolares vêm crescendo ao longo dos anos, enriquecendo a história da educação. Entretanto, a história de uma instituição não se refere somente em relatar fatos, mas, também, diz respeito a uma história de dimensão crítica, nos fazendo repensar os papéis dos agentes envolvidos.

Sanfelice (2016), Buffa e Nosella (2005) afirmam que produzir a história é um processo complexo, pois se fazem necessários olhares críticos, clareza e consciência do seu significado para a história e, para isso, é fundamental adotar uma metodologia que permita esse olhar amplo. Segundo Sanfelice (2016), é preciso consciência do pesquisador que está imerso no próprio processo da pesquisa e, no caso de instituições escolares, também pode estar inserido no próprio objeto de estudo<sup>4</sup>.

Nosela e Buffa (2005) afirmam que os estudos sobre instituições escolares se acentuaram nos anos de 1990, entretanto, este tipo de pesquisa apresenta riscos metodológicos, pois o pesquisador pode somente relatar os fatos e não conseguir mostrar ao leitor a totalidade que engloba a criação e o processo desenvolvimento de uma instituição, ou seja, é difícil produzir um resultado final crítico e proveitoso. Os autores asseguram também que o materialismo histórico dialético pode ser utilizado como método de investigação em pesquisas de instituições escolares.

Escolher a dialética como forma de investigação é uma opção de pesquisa que nos permite vários olhares e, segundo Frigotto (1987), as décadas de 1970 e 1980, sinalizaram um avanço claro na construção teórica, que permitiu uma crítica às bases do pensamento humanista tradicional e moderno e que se funda em uma perspectiva do materialismo histórico.

Para se desenvolver a prática da dialética, é preciso enxergar a realidade em sua totalidade e também conseguir perceber as singularidades de cada contexto e quais as relações existentes entre eles.

---

<sup>4</sup> Como é o caso nessa pesquisa, pois sou professora de Física da ETEC. Dr. Dario Pacheco Pedroso, desde março de 2009, nos cursos de ensino médio e ensino médio integrado ao técnico.

Perceber a dialética é também entendê-la como práxis, que se fundamenta não na crítica pela crítica, no conhecimento pelo conhecimento, mas utiliza-se do pensamento crítico como uma prática que altera a realidade, que veja a dialética como um processo de desenvolvimento e de transformações dos fatos.

No trabalho de pesquisa, que se insere na perspectiva dialética, é necessário fazer um resgate crítico, ir até a raiz do problema e, com isso, se questionar quais os motivos, quais as causas que levaram àquela situação, o que influenciou a realidade. Investigar o passado não é somente observar o que ocorreu, mas refletir sobre os fatos e, suas consequências.

Frigotto (2000) afirma que, no início de uma pesquisa, não se começa sem conhecimento algum, muito pelo contrário, o pesquisador já possui sua visão de mundo sobre o assunto, uma vez que, para dar início a uma pesquisa, é necessário ter uma problemática, um questionamento e, para isso, já há um conhecimento prévio do objeto de estudo.

Em relação às instituições escolares, uma das questões levantadas é por que pesquisar tal temática? Sanfelice (2016), Buffa e Nosela (2005), afirmam que isso não é uma tarefa simples, pois o tema em si é muito amplo e destacar uma instituição escolar como objeto de estudo abre muitas possibilidades de pesquisas. Por isso, é necessário ter um olhar abrangente e, ao mesmo tempo, detalhista, para que se possa enxergar, diante de tantas possibilidades, algo que permita ao pesquisador realizar uma pesquisa crítica, indo além do que é aparente, buscando um diferencial para que, ao final dela, o leitor enxergue também a importância historiográfica da instituição dentro da própria história da educação.

As instituições escolares nos apresentam várias possibilidades de pesquisa: as unidades escolares pertencem às redes de escolas públicas e privadas; se distribuem em diferentes níveis de ensino; apresentam várias modalidades de ensino; sua origem é diversa e peculiar; há diferenças entre as instituições escolares devido ao público que as frequenta, que traz consigo uma determinada cultura e um conjunto de valores diferentes; as instituições escolares sofrem diversas influências da política educacional, seja ela federal, estadual ou municipal e todos esses fatores, ao mesmo tempo, em que apresentam inúmeras oportunidades de pesquisa, também faz com que o tema se torne complexo, deixando assim, cada vez mais evidente, a real importância do pesquisador direcionar seu olhar para o objeto, de forma a perceber a relevância de sua pesquisa para a história da educação (Sanfelice, 2016).

Considerando nossas inquietações iniciais e as possibilidades de abordagem no estudo de uma instituição escolar, identificadas a partir dos referenciais relacionados à essa temática de investigação (SANFELICE, 2016; NOSELLA; BUFFA, 2005) e, também, à dialética materialista histórica (FRIGOTTO, 2000), delimitamos os objetivos desse estudo. Portanto, o objetivo geral é estudar a história da Escola Estadual de Segundo Grau Doutor Dario Pacheco Pedroso, visando compreender o significado da sua inserção na região de e no percurso profissional dos alunos, que frequentaram no período de 1970 a 1994. Os objetivos específicos são: analisar o desenvolvimento do ensino agrícola no Brasil, verificando a inserção da escola nesse cenário; identificar os fatores que levaram à criação da escola naquela região; entender a organização escolar e a proposta educacional desenvolvida no período (1970 – 1994); analisar o perfil dos alunos ingressantes e a sua trajetória profissional egressa.

Buscando fundamentar o desenvolvimento desse trabalho, recorreremos aos nossos referenciais, que nos ajudam a responder, por que produzir a história de uma Instituição escolar?

Para Sanfelice (2006), analisar a história de uma instituição escolar vai muito além de rever o passado, pois nos permite conhecer a cultura de uma época, uma sociedade que se fazia presente dentro dela, nos mostrando as peculiaridades dessas pessoas; entender uma educação praticada num determinado período e quais os reflexos disso nos ex alunos e, se utilizarmos o método da dialética, conseguimos interpretar as relações entre alunos, escola e sociedade em geral e qual a interação entre as histórias de cada um desses agentes dentro da história da educação.

Pesquisar as raízes históricas de uma instituição escolar é conseguir entender uma época que, por muitas vezes, o pesquisador não viveu, por meio de um relato de quem vivenciou aquele período e ler, nas entrelinhas de um documento, o motivo pelo qual aquela instituição se faz presente hoje naquele local, de qual a importância que ela teve e tem dentro da história.

Segundo Buffa e Nosela (2005) é importante ainda que a escola tenha densidade histórica, isto é, tenha demonstrado no decorrer do tempo a realização dos objetivos a que se propunha e que a sociedade identifique, nesta escola, traços significativos de sua própria história. A partir das diferentes leituras a respeito da pesquisa que tem como objeto uma instituição escolar, é possível inferir que a principal função e desafio do pesquisador é conseguir interpretar “ cada parte” e assim entender a construção do todo e de como se deu a história de todo o processo da instituição.

Mergulhar no interior de uma Instituição Escolar, com o olhar do historiador, é ir em busca das suas origens, do seu desenvolvimento no tempo, das alterações arquitetônicas pelas quais passou, e que não são gratuitas; é ir em busca da identidade dos sujeitos (professores, gestores, alunos, técnicos e outros) que habitaram, das práticas pedagógicas que ali se realizaram, do mobiliário escolar que se transformou, e de muitas outras coisas. Mas o essencial é tentar responder a questão de fundo: o que esta instituição singular instituiu? O que ela instituiu para si, para seus sujeitos e para a sociedade na qual está inserida? Mais radicalmente ainda: qual é o sentido do que foi instituído? (SANFELICE, 2016, p. 29)

No livro *Histórias de Instituições Escolares: teoria e prática*, Sanfelice (2016) faz uma breve reflexão sobre o que é instituir e explica que significa dar formação, educar, criar, fundar e afirma que se produz um trabalho historiográfico das Instituições Escolares para interpretar o sentido daquilo que elas formaram, educaram, instituíram, criaram e fundaram, o sentido de sua singularidade e identidade.

Mas para que se entenda aquilo que é instituído em cada escola, é preciso enxergar sua singularidade e sua relação com os aspectos mais gerais da sociedade, o que significa que é preciso analisar a sua ligação com totalidade social.

As singularidades e identidade de uma instituição não se prendem somente às fontes de registros (documentos oficiais), pois uma escola vai além de sua estrutura de prédios e salas de aula, elas estão presentes em fotos, cadernos e relatos das pessoas envolvidas naquele ambiente (SANFELICE, 2016).

Para atingir os objetivos propostos, a metodologia aplicada neste trabalho consiste em uma pesquisa documental, a partir do acervo existentes na própria escola pesquisada e entrevistas com alunos egressos, funcionários e professores que estavam na instituição no período que compõe o recorte temporal da pesquisa (1970-1994). E, também, da pesquisa bibliográfica, realizada por meio da consulta de livros, artigos e textos impressos ou extraídos de *sites* acadêmicos.

Segundo Caulley (1981), a análise documental busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões ou hipóteses de interesse e, para Guba e Lincoln (1981), apresentam uma série de vantagens para o uso de documentos na pesquisa ou na avaliação educacional.

A justificativa para utilização da análise dos documentos da escola é que nos oferece a vantagem de obter a dimensão dos fatos ocorridos no período em que estamos pesquisando. A análise dos documentos nos permite ampliar o entendimento do objeto em questão, trazendo a contextualização histórica.

Na pesquisa documental, foi feito o levantamento das fontes primárias disponíveis no acervo da escola, que não se encontram organizadas, principalmente, os documentos referentes aos planos de cursos, grades curriculares e planos de ensino. Muitas foram às dificuldades encontradas, pois os documentos não eram guardados de forma organizada e sistemática por ordem cronológica, fato que dificultou o processo de busca e análise das informações contidas nos registros.

Após análise geral do acervo, pode-se perceber que há pouca documentação referente ao período de 1970 a 1985. Foi localizado o Plano Estadual para implantação do Curso de Monitor Agrícola – Modalidade Aprendizagem, do ano de 1970, documento fundamental para essa análise, pois permitiu compreender o fato que levou à criação da escola aqui analisada, verificar o perfil geral, tanto do curso, quanto da escola, as disciplinas ministradas, os planos de ensino, o perfil em geral dos alunos pioneiros do curso, a forma de ingresso dos alunos na instituição, as exigências para se ingressar na escola, a metodologia das aulas e as formas de avaliação e, principalmente, o que se esperava dos alunos após a formação ao término do curso.

Além do Plano Estadual, compõem o acervo da pesquisa: a) um documento redigido pela equipe gestora, em 1976, com reclamações sobre a infraestrutura da escola, que relata, também, as dificuldades enfrentadas pela equipe escolar para concretizar as ações propostas no plano de ensino de 1970 e permitiu compreender em que momento foi implantado na unidade o curso Técnico em Agropecuária; b) os Planos Escolares de 1984 e 1990, que trazem informações importantes para entender o ensino proposto e, assim, foi possível comparar e entender quais os aspectos mudaram ao longo dos anos na unidade escolar; c) fichas de matrículas dos alunos ingressantes; d) relatório dos alunos concludentes; registros encontrados juntamente com os planos de curso (anotações da direção; anotações quanto organização das escalas e rotinas da escola fazenda); e) grades curriculares e plano de ensino dos professores; f) atas de reuniões municipais, registros no acervo da Câmara Municipal de Itapeva; g) documentos informativos da Casa da Agricultura de Taquarivai.

Além da análise documental, foram feitas entrevistas, para que se pudesse entender a relação entre instituição e a comunidade, tanto local, quanto com os alunos que ali se formaram, além de verificar a influência da escola no percurso profissional dos ex alunos. A vantagem da entrevista sobre outras técnicas de coleta de dados é que ela permite a captação imediata e corrente da informação desejada (LÜDKE & ANDRÉ, 1986).

Para que a entrevista ocorresse, foi feito contato com os alunos egressos, e, por meio deles, pode-se localizar vinte e dois alunos, sendo que sete estudaram na escola na década de 1970, onze na década de 1980, e quatro da década de 1990. Foram sujeitos da pesquisa sete professores e quatro funcionários. Ao longo do trabalho, os nomes de todos os entrevistados foram identificados por letras para preservar a identidade de cada participante.

Uma das dificuldades encontradas foi localizar os ex-alunos, pois moram em diversas localidades e muitos deles não estabeleciam mais contato com a escola. Por isso, as entrevistas foram feitas com aqueles que foram encontrados e se dispuseram a participar da pesquisa. Treze alunos egressos foram contatados, mas não se dispuseram a dar entrevista. Quanto aos professores e funcionários, quatro deles ainda trabalham na unidade escolar e o restante foram sendo encontrados através de indicações dos próprios ex alunos. De acordo com Lüdke e André (1986, p.33):

Ao lado da observação, a entrevista representa um dos instrumentos básicos para coleta de dados. Esta é, aliás, uma das principais técnicas de trabalho em quase todos os tipos de pesquisa utilizados nas ciências sociais. Ela desempenha importante papel não apenas nas atividades científicas como em muitas outras atividades humanas. (LÜDKE & ANDRÉ.1986 p.33).

Entretanto, não se pode pensar que realizar entrevistas numa pesquisa acadêmica seja uma tarefa fácil, pois convencer alguém que seu relato pode auxiliar no entendimento dos aspectos históricos de uma época em diversas visões, sejam elas política, social e educacional não é tão simples. Sem dúvida alguma, o maior desafio foi mostrar aos alunos egressos que cada história contribuiu com a história da instituição e que uma dialoga com a outra, deixando marcas importantes na história da educação.

Para que o grupo de ex-alunos, chamados “agricolinos”, pudessem confiar suas histórias para alguém desconhecido, se fez necessário um processo de aproximação e isso se iniciou com os pais de atuais alunos na escola, que se formaram na época estudada, mas, mesmo assim, não era suficiente para uma pesquisa, cujo principal objetivo era evidenciar a importância da escola percurso profissional de seus alunos e da sua relação com a comunidade local.

Por ironia do destino, acaso ou coincidência, no final do ano de 2014, uma “agricolina” começou uma busca, em rede social, por contato com seus amigos da época

de 1984 e isso trouxe, a possibilidade de aproximação do grupo e explicar a vontade da produção dessa pesquisa.

Em 2015, o grupo “agricolinos 30 anos”, representantes da turma que ingressou na escola no ano de 1981, se reuniu na escola e então pude contar sobre a pesquisa e explicar para eles o quão seria importante e especial o relato deles para a composição desse trabalho.

Imediatamente, muitos se empolgaram e logo se propuseram a ajudar. Porém, naquele contexto, não conseguiria entrevistar nenhum deles, devido à falta de “bagagem teórica” sobre o assunto, pois a entrevista pode e é um recurso importante nos trabalhos que têm como foco principal instituição escolar, entretanto, é preciso definir o que se quer saber, qual o direcionamento da pesquisa e como elaborar questões que façam refletir o resultado esperado. Soma-se a isso, o fato de que a emoção do grupo era tanta, após 30 anos sem se reunirem, que não conseguiriam conversar de forma mais centrada nas questões da pesquisa em andamento. No entanto, nesse primeiro contato com os sujeitos da pesquisa, tive plena certeza que teria um grande desafio pela frente, sendo que o primeiro deles era conseguir enxergar a relação da história de cada um com a história da escola.

Diante dos desafios, após o referido encontro, foi feito o contato com cada um dos presentes para marcamos dia e horário. Na realização das entrevistas, no início, era explicada a ideia do trabalho e qual a contribuição do relato de cada um para o mesmo. Com isso, se iniciava uma conversa, visando a aproximação para que os “agricolinos” se sentissem à vontade durante as entrevistas e pudessem relatar sua vivência no colégio e o percurso profissional após a sua saída da instituição.

Após o primeiro momento de aproximação, era apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo I), que, após a leitura, aqueles que concordavam assinavam, dando ciência que seus relatos seriam utilizados somente para este trabalho e que os mesmos não envolviam questões financeiras. Nesse cenário, somente quando se sentiam confiantes é que começávamos a gravação da entrevista. Portanto, buscamos seguir as orientações de pesquisadores sobre a utilização de entrevistas na coleta de dados:

É muito importante que o entrevistado esteja bem informado sobre os objetivos da entrevista e de que as informações fornecidas serão utilizadas exclusivamente para fins de pesquisa, respeitando sempre o sigilo em relação aos informantes. (LÜDKE & ANDRÉ.1986 p.37).

O recurso da gravação do áudio foi escolhido, pois, assim, seria mais fácil o procedimento durante o processo de entrevista, pois não seria necessário fazer o registro concomitante. A dificuldade na escolha desse recurso foi a ação pós entrevista, referente à transcrição, que demanda muito tempo e atenção do pesquisador, mas, ainda assim, o resultado foi muito proveitoso, pois, dessa forma, foi possível o contato direto com os alunos e a possibilidade de ouvir novamente as entrevistas e refletir sobre as questões que acerbam o trabalho.

Fora elaborado uma sequência de tópicos a serem abordados nas entrevistas (Anexo II), porém, ao longo da mesma, dependendo da resposta do entrevistado, acrescentavam-se mais perguntas, para se esclarecer melhor aquilo que ele estivesse relatando. Segundo as autoras Lüdke & André (1986), nesse procedimento, se situa a entrevista semi-estruturada, que se desenrola a partir de um esquema básico, porém, não aplicado rigidamente, permitindo que o entrevistador faça as necessárias adaptações.

Após a apresentação dos objetivos, dos referenciais teórico-metodológicos e dos instrumentos de coleta de dados, passa-se à estruturação dos capítulos que compõem essa dissertação. Com essa estruturação dos capítulos, espera-se explicitar os resultados alcançados de forma a contemplar os objetivos da pesquisa de apresentar a história da instituição Dr. Dario Pacheco Pedroso, tendo como recorte temporal o período de 1970 a 1994, mostrando a sua inserção na região de Taquarivai, onde se localiza, e sua influencia na formação dos alunos que estudaram na instituição no período em análise.

O primeiro capítulo fará uma análise da história do ensino agrícola no Brasil, de forma a mostrar os caminhos percorridos pelo mesmo até o contexto de criação da Escola Estadual de Segundo Grau Doutor Dario Pacheco Pedroso, fazendo a relação entre a história do ensino agrícola em geral e a instituição em análise, com o intuito de compreender em qual cenário da educação brasileira a instituição foi criada. Para isso, foram utilizados referenciais bibliográficos relacionados ao assunto.

O segundo capítulo, traz informações acerca do local em que a escola foi criada, mostrando como se deu a emancipação do Município de Taquarivai, no ano de 1991, e a

influência da política de Itapeva em todo esse processo. Também apresenta o desenvolvimento agrícola na região, evidenciando a história da local, o que possibilitou compreender por que a escola foi criada naquela localidade. Além disso, serão apresentadas informações que evidenciam a trajetória da instituição em análise, desde a Escola Primária Típica Rural, cujo terreno foi doado em 1948 e a efetiva criação em 1963 em Taquarivai, passando pela implantação da escola que ficou conhecida como Colégio Agrícola de Taquarivai, naquele mesmo local, em 1970, até esta se tornar Escola Estadual de Segundo Grau Doutor Dario Pacheco Pedroso, em 1974. Fechamos o capítulo mostrando a incorporação dessa instituição pelo Centro Paula Souza, em 1994, indicando as influências políticas envolvidas nesse processo de mudança.

No terceiro capítulo, serão apresentados dados sobre os cursos oferecidos pela instituição no período de 1970 a 1994, incluindo os objetivos dos cursos, as matrizes curriculares, os planos escolares, evidenciando a organização administrativa e a proposta educacional instituída nesse período.

No quarto e último capítulo da dissertação, a partir das fichas de matrículas, é apresentado o perfil dos alunos ingressantes no período de 1970 a 1994, (sexo, ano de ingresso, cidade onde morava e se advinha de zona rural, entre outras informações). Além disso, é apresentada a trajetória profissional dos 22 alunos egressos entrevistados, o que possibilitou verificar a relação entre os agentes internos e a realidade social em que a escola estava inserida, ou seja, foi possível relacionar aspectos internos e externos da escola, fazendo um resgate crítico do que a instituição instituiu na trajetória de seus alunos.

## Capítulo I

# UM BREVE HISTÓRICO SOBRE O ENSINO AGRÍCOLA DESDE O PERÍODO COLONIAL AO PERÍODO DA DITADURA MILITAR

### Introdução

Esse capítulo, que inicia a presente dissertação, tem como principal objetivo mostrar um breve histórico sobre o ensino agrícola e suas mudanças ao longo da história e, com isso, compreender qual a sua relação com o desenvolvimento histórico da sociedade, para que possamos compreender o contexto e as motivações que explicam a criação da escola. Para essa elaboração, foi utilizada a metodologia de pesquisa pautada em uma revisão bibliográfica acerca do ensino agrícola e da história da educação no Brasil.

O ensino agrícola, desde seu início até o momento da criação da escola Doutor Dario Pacheco Pedroso, em 1970, passou por diversas modificações, aprimorando as atividades educacionais, de acordo com as demandas da sociedade, em diferentes contextos do desenvolvimento social, político e econômico do país.

Inicia-se pelo período de colonização no Brasil, feita pelos portugueses, evidenciando o intuito de povoamento e propagação da fé católica e, ao mesmo tempo, iniciando as primeiras práticas educativas com a chegada dos Jesuítas.

Em seguida, são apresentadas as ações ocorridas com o surgimento do Ratio Studiorum, mostrando que, nesse período (1599-1759), eram impostos padrões europeus no ensino, excluindo, assim, etapas iniciais do aprendizado, inclusive, os ensinamentos voltados à área agrícola. Entretanto, este continuou a existir, mesmo que sem uma determinação oficial.

Apesar da informalidade, o ensino agrícola continuou seguindo seu caminho, dando sua continuidade no regime monárquico, quando a cana de açúcar dominava a economia brasileira, abrindo caminho para o surgimento das primeiras instituições no Brasil voltadas para o desenvolvimento dessas atividades. No setor produtivo agrícola, surge o desenvolvimento do café e, nesse momento, o país começa a perder sua fisionomia colonial e mudanças significativas começam a aparecer.

Com o ensino agrícola seguindo seu rumo, surgem, na Primeira República, as instituições voltadas ao ensino agrícola, são elas: os Aprendizados e Patronatos

Agrícolas, fazendo com que as escolas agrícolas ganhassem espaço no campo educacional.

Com o ensino agrícola ocupando espaço em âmbito educacional, torna-se assunto pertinente na Era Vargas, pois iniciam os questionamentos sobre a possível relação entre: educação, setor produtivo e trabalho, sendo criada a Superintendência do Ensino Agrícola. Contudo, esse período é marcado por ações que incentivaram o setor de industrialização do país.

Em 1942, é decretada a Lei Orgânica do Ensino Industrial, todavia, em 1946, a Lei Orgânica do Ensino Agrícola também é promulgada, fazendo com que essa modalidade de ensino tomasse novos rumos.

A partir da Lei Orgânica do Ensino Agrícola, no período entre 1950 e 1970, essa modalidade de ensino sofreu mudanças com a influência externa na economia brasileira, levando à modernização da agricultura e, com isso, houve colaboração no setor produtivo agrícola do país, criando, uma aliança para o progresso, por meio do acordo MEC-USAID (Ministério da Educação - *United States Agency for International*), que ocasionou a Revolução Verde

Com essa revolução, algumas práticas no setor produtivo agrícolas foram modificadas, o que demonstrava a preocupação com os resultados de produção, evidenciando, que, neste momento, percebe-se a influência dos bons resultados alcançados no setor produtivo poderiam ter impacto na economia do país.

Com a modernização, o modelo imposto pelo regime militar e os acordos entre Brasil, Estados Unidos e a Revolução Verde, o ensino agrícola passou a ser visto com importância, inclusive, surgindo a preocupação com a formação adequada para o desenvolvimento dessa atividade, com o objetivo de trazer as mudanças inovadoras propostas para o setor de agricultura que, nesse cenário, eram vistas como um início de novos e importantes passos na economia brasileira.

E é nesse contexto de procura por novos caminhos para uma formação específica na área agrícola, que surge a escola que é objeto de estudo desse trabalho, e que, nesse capítulo, são apresentadas suas características iniciais, fazendo assim com que possamos compreender a relação de sua criação no bairro de com a situação política, social e econômica vivenciada no país nesse período de 1970.

### **1.1 - Ensino agrícola no período colonial (1549 a 1822)**

De acordo com Sobral (2005) Estudos sobre o ensino agrícola no Brasil ainda apresentam literatura escassa, entretanto, é importante, pois retrata momentos

significativos na educação, pois essa compreensão nos permite relacionar com a economia, as mudanças sociais e culturais nos lugares onde este tipo de ensino ocorre.

No início da colonização do Brasil, a partir de 1532, feita pelos portugueses, inicia-se o regime de Capitânicas Hereditárias com o intuito de possível povoamento e propagação da fé católica. Nesse contexto, na Capitania de Pernambuco, teve início o primeiro ciclo da agricultura em território brasileiro, o da cana de açúcar e, segundo Saviani (2007), a criação das Capitânicas Hereditárias tinha por objetivo proteção do território em relação às invasões.

Segundo Sobral (2005), havia a preocupação com o cultivo de terras, visando o povoamento da colônia e é, nesse período, que ocorrem as primeiras práticas educativas, com a chegada dos Jesuítas, em 1549, que começaram a organizar classes de ler e escrever, destinadas aos filhos de colonos e aos índios, pois, assim, podiam influenciar na exploração das terras. Segundo Saviani (2007), o primeiro governador geral do Brasil chegou em 1549 e trouxe os jesuítas. O grupo era formado por quatro padres e dois irmãos, chefiados por Manuel de Nóbrega, e vieram com a missão de converter os gentios e proferir a fé católica. A estratégia principal utilizada para organização do ensino foi a de “agir sobre as crianças”, e através delas, os adultos também seriam atingidos com as práticas ensinadas. Com a participação de Nobrega, os colégios Jesuítas envolviam a posse de terra, “o que implicava suprir os víveres que envolviam a criação de gado e o cultivo de alimentos como a mandioca, o milho, o arroz e a produção de açúcar” (Saviani, 2007. p.43).

Segundo Paiva (2003), nessa época, sendo impossível oferecer instrução a todos os meninos indígenas, eram escolhidos filhos de caciques para serem educados. Em relação aos adultos, o ensino era destinado não à catequese, como era feito com as crianças, mas, segundo o autor, provavelmente, ao ensino agrícola e manejo de instrumentos rudimentares.

Segundo Saviani (2007), o realismo de Nobrega fez com que se atentasse para a necessidade de se dispor das condições materiais para dos colégios jesuítas, envolvendo a posse de terras para construção desses colégios e sua manutenção. Haveria criação de gado e desenvolvimento da agricultura para realizar essas tarefas, além da aquisição e manutenção de escravos.

Coutinho (2014) afirma que, não obstante a participação dos jesuítas tenha sido pequena no desenvolvimento de técnicas agrícolas no território brasileiro, eles foram os primeiros “mestres da agricultura” para a população da época, mesmo que sem a

característica de transmitir conhecimento especializado, porém, se fazia necessário organizar as atividades desenvolvidas nas fazendas e seus ensinamentos se perpetuaram nas atividades com a terra no Brasil.

No primeiro plano educacional elaborado pelo Padre Manoel de Nóbrega, já se podia perceber a preocupação com aprendizado agrícola, pois, para ele, era necessário capacitar para tais funções.

Começando pelo aprendizado do português, incluía o ensino da doutrina cristã, a escola de ler e escrever. Daí em diante, em caráter opcional, o ensino de canto e de música instrumental, e uma bifurcação tendo em um dos lados o aprendizado profissional e agrícola e, de outro, aula de gramática e viagem de estudos à Europa (RIBEIRO, 1993, p. 27).

De acordo com Saviani (2007), a partir de meados do século XIV, a Companhia de Jesus deu início à elaboração de um plano geral de estudos, que deveria ser implantado em todos os colégios da Ordem em todo mundo, e que ficou conhecido como Ratio Studiorum.

Segundo Sobral (2005), a “Ratio Studiorum” concentrava-se em elementos da cultura Europeia, mostrando pouco interesse em instruir as comunidades indígenas. Este plano vigora desde 1599 até 1759, ano da expulsão dos jesuítas. É importante ressaltar que essa organização do ensino excluiu as primeiras etapas do estudo e aprendizados voltados à cultura, como o ensino agrícola, privilegiando a Teologia e a Filosofia em detrimento do ensino elementar.

Nesse período, excluem-se algumas atividades educativas, como o ensino profissional, porém, segundo Sobral (2005), o ensino agrícola, destituído de um plano, manteve-se na informalidade e representou certa importância para a difusão de determinadas técnicas, ainda que rudimentares, pois, através do convívio no ambiente de trabalho dos índios, negros ou mestiços, que formavam a maioria da população, esse ensino continuava a existir.

No final do Período Colonial, tem-se um marco importante no que se refere ao ensino agrícola, quando surgiram indicações para criação das primeiras instituições destinadas a formar indivíduos que desenvolvessem as atividades agrícolas. Assim, o ensino agrícola formal começa a ser traçado, como dizia a Carta Régia, de 25 de junho de 1812, citada por Moacyr (1936, p. 38):

Entendendo que a Agricultura, quando bem atendida e praticada, é sem dúvida a primeira e mais exaurível fonte de abundância, e de riqueza nacional; constando na minha real presença que por falta de conhecimentos próprios deste importante ramo de ciências naturais não têm prosperado no Brasil algumas culturas, [...] não podendo por tais motivos sustentar a concorrência nos mercados da Europa, [...] não têm sido até agora ensinada pública e geralmente, mas antes aprendida por simples rotina, [...] hei por bem que debaixo de vossa inspeção, [...] se estabeleça imediatamente um Curso de Agricultura na Cidade da Bahia para instrução pública dos habitantes dessa Capitania, e que servirá de norma aos que me proponho estabelecer em todas as outras Capitánias.

Entretanto, somente no regime monárquico, o ensino agrícola começa ser pensado de forma oficial.

## **1.2 -Ensino agrícola no regime monárquico (1822 a 1889)**

O regime monárquico passa diversos períodos, são eles: o Primeiro Reinado (1822 - 1831), o Período Regencial (1831 – 1840), o Segundo Reinado (1840 – 1889). Sobral (2005) descreve que o desenvolvimento do ensino regular nas áreas rurais surgiu no Segundo Império, mas se expandiu, de forma mais significativa, na primeira metade do século XX. Nos seus primórdios, esse ensino foi conduzido em instituições de caráter corretivo e, posteriormente, tais unidades passaram a oferecer o ensino de disciplinas técnicas voltada para formação de veterinários.

Apesar de uma Carta Régia indicar a criação da escola de Agricultura na Bahia em 1812, a Imperial Escola Superior de Agricultura de São Bento das Lages da Bahia, só foi criada em 23 de junho de 1875, situada no Engenho de São Bento das Lages, Câmara de Santo Amaro, constituindo o primeiro estabelecimento de ensino agrícola no Brasil. Na mesma época, foram criadas mais três escolas agrícolas superiores, uma na cidade de Pelotas (RS), outra em Piracicaba (SP) e outra em Lavras (MG). Este ensino foi ministrado, inicialmente, em patronatos e/ou instituições nitidamente corretivas, porém, essas instituições foram ampliando sua área de profissionalização, por meio das disciplinas técnicas para a formação de veterinários, sendo que isso aconteceu de forma muito lenta, pois, “durante toda a fase imperial diplomaram-se no Brasil apenas 74 engenheiros agrônomos e nenhum veterinário” (CALAZANS, 1979, p. 83).

Mesmo surgindo as primeiras escolas e, com isso, iniciando um longo caminho a ser traçado pelo ensino agrícola no país, a iniciativa mais sólida ocorreu no ensino

superior nesse período. Contudo, após sua formação, os indivíduos acabavam se afastando das atividades práticas do setor agrícola, isto é, se retiravam do trabalho físico, fazendo com que as pessoas que continuavam a desenvolver tais atividades ainda fossem aquelas sem instrução especializada. Desta forma, podemos perceber que, no século XIX, não havia uma política educacional voltada e planejada para contemplar as necessidades e suprir as dificuldades para este tipo de ensino.

Segundo Sobral (2005), juntamente com a vinda da monocultura cafeeira, em 1850, a agricultura passa a necessitar cada vez mais de mão de obra especializada. Nesse período, com a expansão do café, vem substituindo as relações patriarcais e escravistas.

Apesar de tais mudanças e do desenvolvimento ser baseado na cultura do café, que exigia mais qualidade na mão de obra, o ensino agrícola não teve mudanças relevantes, pois nenhum plano significativo foi apresentado. Apenas no século XX, começaram as propostas por parte do governo em relação a programas educacionais de ensino técnico, fazendo com que a educação auxiliasse no desenvolvimento da economia.

Contudo, foi ainda no regime monárquico, em 1880, que surgiu uma escola situada em Piauí, denominada escola do Brejo, que visava ensinar as práticas agrícolas voltadas a classes menos privilegiadas.

Situada em uma antiga colônia rural do histórico estado de Piauí, mandatários locais com apoio ao Ministério da Fazenda, fundaram uma pequena escola, que acolhia filhos de escravos, órfãos e libertos pela Lei do Ventre Livre (de 28 de novembro de 1871). Ali, os alunos desenvolviam, entre múltiplos ofícios, fundamentos de técnicas agrícolas, ainda que em nível elementar. (COSTA; LIMBERGER, 2011 p.11)

Essas famílias colocavam seus filhos nesse tipo de ensino, voltado à sua área de trabalho, na esperança de melhorar de vida, pois acreditavam que sua produção aumentaria, visto que seus filhos aprenderiam práticas novas, visando a produtividade. Conforme Costa e Limberger (2011), na escola do Brejo, cuja experiência se deu até 1884, os alunos desenvolviam várias atividades fundamentadas em técnicas simples da área agrícola.

Na segunda metade do século XIX, verifica-se, de acordo com Sobral (2005), a expansão das lavouras cafeeiras e a substituição das relações escravistas. Observa-se que o país vai perdendo sua fisionomia colonial e as mudanças importantes começam a ocorrer, isto é, surgem novas escolas, novas ideias, novas técnicas na prática da

agricultura, trabalho escravo sendo substituído pelo trabalho livre. Entretanto, no âmbito político, a Primeira República (1889-1930) representou um período de continuidade em relação ao Império, pois a base da estrutura do poder continuou sendo o latifúndio e o coronelismo.

### **1.3 - Expansão do ensino agrícola na Primeira República (1889 a 1930): Aprendizados, Patronatos agrícolas e Escola Técnica Agrícola (ETA)**

O começo do século XX seria o início do caminho do ensino agrícola, que passa por diversas fases de desenvolvimento ao longo desse século. O ano de 1906 pode ser considerado o marco principal, pois, segundo Silva (1991, p. 35), a partir desse ano, “a Câmara dos Deputados Federais”, através da proposição 195, habilitou o Estado a destinar recursos financeiros para a criação de escolas profissionais federais”. Também sendo criado o Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, órgão este que, segundo Mendonça (2006, p.90), seria responsável por nortear o ensino agrícola.

[...] consistiu em implantar uma política de ensino agrícola calcada num conjunto de práticas de arregimentação de mão-de-obra, marcadas pelo autoritarismo inerente à construção do mercado de trabalho no país. Simultaneamente, a conjuntura gestada pela abolição mobilizaria setores diversos de grandes proprietários – mormente aqueles vinculados a complexos agrários menos dinâmicos – a se articularem para reagir ao temor à desorganização da produção, mediante a construção de uma representação genérica de crise da agricultura que visava dar conta, segundo a origem de seus enunciantes, de situações regionais específicas.

A atuação do Ministério da Agricultura na função de construir e auxiliar o “trabalhador nacional”<sup>5</sup> ocorreu de fato em duas instituições: Aprendizados Agrícolas e Patronatos Agrícolas, responsáveis por ensinar o manejo de maquinários agrícolas, as técnicas de cultivo, a pecuária e, principalmente, o seu valor econômico.

Gerou-se uma leitura da realidade que, não apenas atribuía ao arcaico homem do campo a responsabilidade pela crise, como também preservava a estrutura

---

<sup>5</sup> Durante a Primeira República, a preocupação referente à formação de indivíduos para atuarem na agricultura também ocorreu no âmbito da classe dominante. Nesse compasso, foram criadas duas instituições que se tornaram referências na formação de uma elite dirigente para a zona rural: a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ) em Piracicaba, no interior de São Paulo, e a Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária (ESAMV), no Rio de Janeiro. FEITOSA, André Elias Fidelis. **A trajetória do ensino agrícola no Brasil no contexto do capitalismo dependente**. Dissertação de Mestrado, 2006, p.78.

fundiária e legitimava modalidades de intervenção pedagógica junto a ele, evitando sua fuga ao mercado. A atuação do MA no sentido de construir e fixar o trabalhador nacional materializou-se em duas instituições: Aprendizados Agrícolas (AAs) e Patronatos Agrícolas (PAs) responsáveis pela preparação de trabalhadores aptos ao manejo de máquinas e técnicas modernas de cultivo, ensinando-lhes, sobretudo, seu valor econômico. (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 1913, p.67 apud MENDONÇA, 2006, p.91)

Afonso Pena, na época Presidente da República, guiou o desenvolvimento das escolas profissionais, visto que proporcionou a criação de instituições de ensino técnico profissional, e é, nesse cenário, que se criou, em 1909, as chamadas “Escolas de aprendizes e Artífices com o intuito de formar operários e contra mestres”. Segundo Peterossi, (1994, p. 35), “essas escolas possuíam orientação didática própria e subordinavam-se diretamente às Diretorias Gerais da Indústria e Comércio e de Contabilidade, do Ministério da Agricultura”.

De certo modo, Afonso Pena norteou o desenvolvimento das escolas profissionais ao considerar que “a criação e multiplicação de institutos de ensino técnico e profissional, muito podem contribuir também para o progresso das indústrias, proporcionando-lhes mestres e operários instruídos e hábeis” (FONSECA, 1961, p. 160).

O Ministério da Agricultura foi reorganizado na presidência de Nilo Peçanha. Nessa direção, foi criada, por meio do Decreto nº7566, de 23 de setembro de 1909, uma escola de aprendizes artífices. Conforme o artigo 1º, essa escola deveria ser “[...] destinada ao ensino profissional, primário e gratuito” (BRASIL, 1909 apud MEDEIROS NETA, NASCIMENTO & RODRIGUES, 2012 p. 97). Em 1910, ainda na gestão de Nilo Peçanha, a estrutura do ensino agrícola foi modificada, por meio do Decreto nº8319, de 20 de outubro de 1910, que, conforme Nery (2009), criou a Escola de Aprendizados Agrícolas (AA).

Com efeito, o período republicano referendou a concepção de um ensino profissional com características exclusivas de ensino voltado para os menos favorecidos.

Segundo Sobral (2005), a pressão da agricultura na economia brasileira gerou o Decreto no 8.319, de 20 de novembro de 1910, que trouxe a primeira regulamentação e estruturação do ensino agrícola no Brasil, a ser ministrado em quatro categorias, a saber: Ensino Agrícola Superior, Ensino Agrícola Médio, Aprendizes Agrícolas e Ensino Primário Agrícola. Esse Decreto apresenta como finalidade precípua “a instrução

técnica profissional relativa à agricultura e às indústrias correlatas, compreendendo: Ensino Agrícola, Ensino de Zootecnia, Ensino de Indústrias Rurais e Ensino de Medicina Veterinária”.

De acordo com Sobral (2005), é diante desses acontecimentos que houve a fundação da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária na fazenda de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, hoje, a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e, finalmente, nesse contexto, o ensino agrícola começa a ter voz em nosso país, pois começam a surgir leis que defendiam a existência e a necessidade desse tipo de ensino. Todavia, o ensino superior continua sendo a prioridade e o ensino de nível básico era voltado aos menores órfãos e aos filhos de agricultores.

### **1.3.1 Escola de Aprendizados Agrícolas**

Nos Aprendizados Agrícolas (AA), como destaca Mendonça (2006), ocorria um curso elementar, com dois anos de duração, com intuito de ensinar práticas de agricultura, pecuária e instruções de manuseio de máquinas agrícolas. Existia, também, um curso de primeiras letras, voltado para o aprimoramento da qualidade técnica de jovens de 14 a 18 anos, filhos de pequenos agricultores. Os AA foram organizados em estruturas semelhantes àsquelas existentes em propriedades agrícolas e funcionavam sob o regime de internato, estando situados em propriedades agrícolas para que pudessem oferecer estrutura para atividades práticas.

Entre 1911 e 1930, o Ministério de Agricultura manteve de cinco a oito cursos de AA espalhados pelo país. Um deles ocorreu na Região das Missões, no Rio Grande do Sul, e em São Luiz Gonzaga, no ano de 1911. A estrutura de ensino foi desenvolvida com a visão estratégica de colocar a região sul à frente das demais regiões do país e desenvolver melhor a agricultura e a pecuária.

Segundo Nery (2009), no ano de 1912, eram oito o número de Aprendizados, distribuídos nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Alagoas e Maranhão. Porém, em 1914, devido a uma crise orçamentária, quatro dos oito Aprendizados foram extintos.

A despeito de seu número reduzido, a importância dos Aprendizados residiu em difundir os princípios do ensino agrícola como instrumento do poder, material e simbólico, dos grupos dominantes agrários sobre o trabalhador rural, já que, colocando à porta do rurícola um saber presidido pela noção de progresso, naturalizava-se a oposição entre uma agricultura “moderna” e outra “arcaica”, bem como a subordinação desta à primeira, sendo ambas

despidas de seu conteúdo de classe. Os Aprendizados mantinham seus internos numa imobilidade própria a viveiros de mão de obra, onde fazendeiros da vizinhança recrutavam, gratuitamente, trabalhadores para tarefas sazonais (MENDONÇA, 1999 apud MENDONÇA, 2006, p.92).

De acordo com Costa e Limberger (2011), essas ações impulsionaram a existência das escolas com sistemas de internato, atualmente, conhecidas como escolas fazendas ou colégios agrícolas.

Já para Nery (2009), entender o processo de surgimento dos AAs nos faz perceber o significado dos mesmos para a evolução do ensino agrícola, visto que seu surgimento fez parte do desenvolvimento agrícola brasileiro.

Segundo Martiniak (2011), o AA articulava-se com os patronatos agrícolas em relação à sua finalidade e ao seu papel formativo e assistencialista. O primeiro foi instituído em 1910, pelo Decreto nº 8.319, de 20 de outubro de 1910, já o segundo, em 1918, por meio **do Decreto 12.893, de 28 de fevereiro de 1918**, e ambos estavam subordinados ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

### **1.3.2. Escola de Patronatos Agrícolas**

Criados nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Santa Catarina, os Patronatos Agrícolas, tinham, segundo Nery (2009), duas funções: uma delas voltada para o aprendizado de técnicas profissionais ligadas ao trabalho agropecuário e a outra voltada para a regeneração das crianças, tendo um rigoroso código disciplinar. De acordo com Mendonça (2006, p.93),

Associando as noções de ensino prático e defesa militar, a lei que criava os Patronatos deixava claro seu escopo, malgrado a retórica filantrópica que os justificava: eles consistiam numa alternativa às instituições prisionais urbanas, tidas como degradantes e infames.

Tendo por objetivo principal o aproveitamento de menores abandonados ou desprovidos de meios de subsistência e que teriam acesso aos cursos primário e profissional, os Patronatos Agrícolas constituíam-se em fornecedores de mão de obra barata e especializada para os grandes fazendeiros, além de “[...] servir como um meio correcional para seus alunos internos, que executavam serviços no campo, como castigo, dentro de uma linha rígida de condut.” (SIQUEIRA1987, p.29 apud FEITOSA, 2006, p.78).

Como aponta Mendonça (2006), em 1934, os Patronatos Agrícolas passaram a ser da competência do Ministério da Justiça, dando origem ao Serviço de Assistência ao Menor. Segundo Nery (2009), nesse mesmo ano, a rede de Patronatos Agrícolas foi desarticulada e o que sobressaiu, nos 16 anos de sua existência, foi sua função regeneradora social, deixando uma marca negativa, era alvo de críticas, pois suas ações corretivas não eram vistas com bons olhos, fato que levou à extinção dessas instituições.

Além dos Aprendizados e dos Patronatos agrícolas, destaca-se o papel da Escola Técnica de Agricultura (ETA), no Rio Grande do Sul, que marca o pioneirismo desse estado na formalização de um ensino técnico profissional, que fosse disseminado por todo o Brasil.

### **1.3.3 Escola Técnica Profissional (ETA)**

De acordo com Costa e Limberger (2011), no que diz respeito à história do ensino agrícola brasileiro, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul ocupa um lugar importante, pois foi pioneira em investir em cursos de ensino e pesquisa, entre eles, agronomia e veterinária. Porém, ainda se fazia necessário formalizar um ensino técnico profissional e que o mesmo fosse expandido para todo o Brasil e, nessa direção, foi criado o curso capataz rural<sup>6</sup>.

A figura do capataz rural, segundo Costa e Limberger (2011), trazia consigo uma imagem de quem “mandava” e, por diversas vezes, sem conhecimento específico na área. No início da República, o país procurava caminhar para rumos da “modernidade” e, com o ensino profissionalizante, viu-se a possibilidade de substituir essa figura, muitas vezes, “mal vista” pelos trabalhadores, por um homem que demonstrava conhecimento técnico e profissionalismo na área: o capataz rural é um nome que marcou a história do ensino agrícola brasileiro.

Com o surgimento de cursos para os capatazes rurais, a agricultura e a pecuária tiveram um profissional especializado para que avançasse na produtividade. Seu

---

<sup>6</sup> O termo “capataz rural” se deu pelo fato que, na transição do período monárquico para o regime republicano, se impunha o comando do trabalho nas fazendas e propriedades rurais a um só homem que, por tradição, era conhecido como capataz, responsável por um grupo de trabalhadores braçais e auxiliava na administração das propriedades. COSTA, Anilson; LIMBERGER, Mário. **Técnico Agrícola 100 anos de profissão**, 2011

principal objetivo era melhorar a agricultura do país, que, nessa época, ainda estava focada no café.

A Escola de Capatazes Rurais se tornou a Escola Técnica de Agricultura “João Simplício Alves de Carvalho”, em homenagem a um grande incentivador dos cursos agrícolas na época. Essa escola é popularmente conhecida como ETA (Escola Técnica de Agricultura) de Viamão e a data oficial da criação do curso foi 5 de novembro de 1910, data que até hoje é comemorado o dia do Técnico Agrícola.

Costa e Limberger (2011) ressaltam que, nessa época, os governantes apoiavam o desenvolvimento do ensino agrícola, pois sabiam que o progresso do mesmo estava diretamente ligado ao desenvolvimento agropecuário da região. Na ETA de Viamão, adotou-se o modelo positivista do ensino, trazendo novos ideais na educação, e tinha como base as ideias de Augusto Comte: conduzir ao indivíduo mais modesto o mais elevado grau de ensino técnico.

Conforme Costa e Limberger (2011), a primeira turma de formandos da escola foi composta por sete homens, todos eles filhos de agricultores pobres. O curso tinha duração de três anos, contemplando estudos da área agrícola, de português, de francês, de História do Brasil e de Geometria. Para obter a aprovação no curso, os formandos apresentaram um trabalho de conclusão frente a uma banca examinadora, composta por professores. Seis deles fizeram pesquisas voltadas à produtividade e às atividades de suas regiões e essa foi uma característica comum na época, pois todos já advinham de áreas agrícolas e apresentavam perfil para o curso. Além disso, a ideia principal desses cursos era o aperfeiçoamento na área agrícola.

Essa turma, denominada na história do ensino agrícola como os sete pioneiros, fundou o centro de estudantes em 1916. Nesse período, o curso não fazia parte somente da escola de engenharia, mas também do Posto Zootécnico e da Estação Experimental de Viamão. O grupo dos sete pioneiros, com suas ações na região, iniciou o trabalho de assistência técnica e melhoramento em fazendas, o que hoje é conhecido como extensionista técnico. Fator importante da época é que, em 1916, a escola de Viamão já se estruturava com um grupo de professores especializados e de uma infraestrutura completa para desenvolver boas práticas agrícolas.

Com o passar dos anos, a denominação do curso sofreu mudanças, levando em consideração as adequações nas grades curriculares do ensino e também as especificidades da profissão. Em 1929, o curso passou a ser chamado de Técnicos

Rurais e, em sua matriz curricular, fora acrescido um semestre de especialização. Em 1931, foi oficializado o curso Técnico Rural na Universidade do Rio Grande do Sul.

Em 1946, a denominação passa a ser Cursos Agrícolas Técnicos ou Agrotécnicos. E, a partir de 1962, a profissão passou a ser denominada Técnico Agrícola. Um fato importante a ser destacado é que, nesse ano, ingressaram duas meninas na escola agrícola, dando início à figura feminina nas escolas de ensino agrícola.

Segundo Martiniak (2011), no início do período republicano, a educação teve grande importância na promoção e reconstrução da sociedade, pois ocorreram transformações nas esferas políticas, econômica e social e, com isso, a expansão do ensino agrícola, sendo possível reconhecer a participação do Ministério da Agricultura nesse avanço.

#### **1.4 - Ensino agrícola na Era Vargas**

Em 1930, culmina o rompimento com os resquícios da velha república, envolvendo aspectos políticos, econômicos, sociais. O Brasil inicia a abertura para o capitalismo internacional. Esse movimento vinha sendo gestado desde a década de 1920, uma vez que o país vinha passando por sucessivas crises na lavoura cafeeira que, devido à política de valorização de preços artificiais do produto, forçava a obtenção de mais endividamentos junto a instituições financeiras estrangeiras. Essa política privilegiava os produtores e socializava os prejuízos, cujo custos eram bancados por toda a sociedade.

De acordo com Romanelli (1986), a crise de 1929 fez cessar a entrada abundante de capital internacional, que possibilitava a manutenção dessa ciranda financeira praticada pelo setor cafeeiro, com estoques considerados invendíveis, e isso, somado à retirada de capitais do nosso país, tem-se as dificuldades para a realização de importações, dando início à grande período de crise política, econômica e social. Em meio a turbulências, revoltas populares e militares, se instaurou o novo governo, inicialmente provisório, do presidente Getúlio Vargas, que permaneceu no governo de 1930 a 1945, se subdividindo em três períodos: 1930-1934 – Governo Provisório; 1934-1937- Governo Constitucional; 1937 a 1945 – Estado Novo – Ditadura Vargas.

De acordo com Romanelli (1986), no começo da Segunda República, teve início o processo de formulação da política nacional. Na década de 1930, houve diversas mudanças e movimentos políticos, e, segundo Saviani (2007), uma das

primeiras medidas do governo provisório (1930-1934) foi criar o Ministério da Educação e Saúde Pública, sendo indicado Francisco Campos, integrante do movimento da Escola Nova.<sup>7</sup> Em 1931, o ministro aprovou sete decretos, conhecidos como a Reforma Francisco de Campos. Os decretos traziam importantes decisões para a educação, que, segundo Saviani (2007), deixava evidente a orientação do novo governo de tratar a educação como questão nacional.

Segundo Sobral (2005), no “Manifesto de Pioneiros da Educação Nova<sup>8</sup>”, de 1932, há o destaque para a necessidade de organizar e sistematizar cursos acadêmicos profissionais. Nesse momento, internacionalmente, já havia discussões sobre o assunto entre a real relação entre educação, setor produtivo e trabalho. Contudo, mantém-se a interpretação de que esse tipo de ensino, voltado para técnico profissional, era somente destinado aos “menores desfavorecidos de sorte”.

De acordo com Sobral (2005), a Constituição de 1934 determinava que a União fosse responsável por traçar as diretrizes educacionais para todo o território nacional. Nesse período, ocorre a expansão do meio industrial no Brasil e o ensino técnico passou a fazer parte dos debates nacionais com certa relevância, começando a consolidação das atividades sindicais e a formalização das relações de trabalho. E é nessa conjuntura que a Constituição de 1937 estabelece, como dever do Estado, o ensino profissional destinado às “classes menos favorecidas” (Art. 129), o que deixa claro que a preocupação era uma escola para o “povo” e outra para a “elite”, oficializando um fato que já ocorria no processo de organização escolar.

Nesse contexto, foi criada a Superintendência do Ensino Agrícola, pelo Decreto nº 982, de 23 de dezembro de 1938. O intuito era de fiscalizar as atividades profissionais da Agronomia e da Veterinária, ministrando o ensino médio elementar de agricultura, promovendo a educação para as comunidades rurais e incentivando a realização de estudos voltados às pesquisas educacionais aplicadas à agricultura.

Segundo Feitosa (2006), durante os quinze anos que governou, Getúlio Vargas deixava claro a prioridade nas suas ações de incentivar e fortalecer um programa

---

<sup>7</sup> O ideário da Escola Nova veio para contrapor o que era considerado “tradicional”. Os seus defensores lutavam por diferenciar-se das práticas pedagógicas anteriores. No fim do século XIX, muitas das mudanças que seriam afirmadas como originais pelo “escolanovismo” da década de 1920, já eram levantadas e colocadas em prática. SAVIANI, D. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**, 2013.

<sup>8</sup> Em 1931, acontecia um movimento católico que externava seus conflitos com os escolanovistas, que, em 1932, elaboram o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, firmando os princípios da gratuidade, laicidade e obrigatoriedade, aspectos divergentes dos princípios católicos. De 1932 a 1947, tem-se o período conhecido como o equilíbrio entre a Pedagogia Tradicional e a Pedagogia Nova. SAVIANI, D. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**, 2013.

voltado para industrialização do país e, nesse mesmo período, o ensino agrícola não estava sendo vinculado ao Ministério da Educação e Saúde, criado em 1931, continuando ainda sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

Segundo Romanelli (2003), no período de 1937 a 1945, durante o Estado Novo, a regulamentação do ensino foi levada a efeito a partir de 1942, com a reforma Capanema, pelas Leis Orgânicas do Ensino, que estruturaram o ensino industrial, reformando o ensino comercial, trazendo também mudanças no ensino secundário.

Em 1942, instituiu-se o Decreto da Lei Orgânica do Ensino Industrial não contendo o ensino agrícola nessa reforma, entretanto, isto ocorreu em 1946, com a promulgação da Lei Orgânica do Ensino Agrícola, através de Decreto-lei n. 9.613, de 20 de agosto de 1946.

Segundo Saviani (2013), as ações tomadas nesse governo em relação ao ensino previam:

Um ensino primário elementar com duração de quatro anos acrescidos do primário complementar de apenas um ano. O ensino médio ficou organizado verticalmente em dois ciclos, o ginásial, com a duração de quatro anos, e o colegial, com duração de três anos e, horizontalmente, nos ramos secundário e técnico-profissional. O ramo profissional subdividiu-se em industrial, comercial e agrícola” (Saviani, 2013, p. 269).

O governo de Vargas mostrava certa hegemonia industrial e que não estava diretamente ligado ao ensino agrícola, o que fica evidenciado com a promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que não incluía, em seu conteúdo, os trabalhadores rurais.

### **1.5 - Ensino Agrícola no período do Nacional Desenvolvimentismo (1946-1964)**

De acordo com Saviani (2013), com a aceleração da industrialização do país, pode se perceber transformações e o desenvolvimentismo nacional passou a nortear as tomadas de decisões, levando o período de 1946 a 1964 a ser conhecido como “nacional- desenvolvimentismo”.

Segundo Piletti (1998), nesse período, foram feitas tentativas diversas de dar contornos reais à democracia expressa na Constituição de 1946. O ensino agrícola já

havia vivido algumas experiências desde seu início e pode-se dizer que, junto com elas, veio a necessidade de algumas mudanças. Nessa direção, o governo de Eurico Gaspar Dutra promulgou a Lei Orgânica do Ensino Agrícola (Decreto Lei nº 9613, de 20 de agosto de 1946), com o objetivo de estabelecer as bases do ensino agrícola no país, atendendo aos interesses relacionados à mão de obra e melhorar a qualidade do ensino.

De acordo com Costa e Limberger (2011), a referida Lei instituiu a finalidade desse tipo de ensino; organizou os ciclos de ensino agrícola; as admissões de professores; os registros acadêmicos dos alunos referentes à caderneta escolar; repetência; diploma; estabeleceu a obrigatoriedade das disciplinas de Educação Física, Ensino religioso e Moral e Cívica nas matrizes curriculares e, também, a frequência nas aulas; deu início ao ingresso de meninas nas escolas de ensino agrícola e previa as incumbências dos poderes públicos nessa modalidade de ensino; estabeleceu a divisão de cursos específicos para área agrícola.

Para Soares (2001 apud FEITOSA, 2006), o texto da Lei Orgânica do Ensino Agrícola, não obstante a preocupação com os valores humanos e o reconhecimento da importância da cultura e do conhecimento científico, traduzia as limitações impostas aos que optavam por cursos profissionais destinados às classes menos favorecidas.

Na década de 1950, como destaca Sobral (2005), ocorreram as primeiras tentativas para superar a separação entre o ensino geral e específico. Até então, havia uma dicotomia total entre a educação propedêutica e a profissionalizante e os estudos realizados em um destes sistemas educativos não podia ser considerado pelo outro.

No início dos anos 1960, segundo Sobral (2005), o ensino agrícola foi contemplado pela Lei nº 4024, de 20 de dezembro de 1961, primeira Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (LDB). Em decorrência dessa Lei, as então conhecidas como escolas de iniciação agrícola e escolas agrícolas foram agrupadas sob a denominação de ginásio, ministrando cursos que conferia o certificado de Mestre Agrícola. A escola Agrotécnica passou a ser denominada colégio agrícola, ministrando três séries de 2º ciclo (colegial) do ensino secundário e conferindo aos concluintes o diploma de Técnico em Agricultura.

Entre as décadas de 1960 e 1970, o país passou por um processo significativo de mudança em questão de produção, no que se refere à fabricação de bases de serviço nos setores econômicos, incluindo o da agricultura, indústria e comércio. Tal mudança se opera no cenário da influência estrangeira na economia brasileira e da instalação e consolidação da Ditadura Civil Militar no país.

## 1.6 – Ensino agrícola na Ditadura Militar (1964-1985)

Segundo Saviani (2013), com imposição do regime militar, o lema que norteava as ações da época era “segurança e desenvolvimento”. Em relação à educação, apresentava reduzidos índices de atendimento à população em idade escolar e altos níveis de evasão, fator que era uma barreira para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, o que precisava mudar. Nesse período, devido à influência norte-americana, o Brasil se aproximou dos Estados Unidos, e com isso a preparação de mão de obra para suprir as necessidades das empresas estrangeiras, acabou norteando ações no que se refere ao ensino.

Nesse período, ocorreram importantes realizações na economia brasileira, como o desenvolvimento da indústria de base, que teve início em 1946, quando começou a ocorrer o desenvolvimento e o funcionamento de indústrias automobilísticas. Com o aumento da fabricação de veículos de passeio e, também, a pequena produção de tratores, nos mostra o cenário vivido nesse período, em que era predominante a ascensão social das classes médias urbanas, em detrimento do aperfeiçoamento técnico de nossa agricultura. De acordo com Piletti (1998, p. 161), “na verdade, a atuação governamental nesse campo foi mínima, vigorando um regime de injusta concentração da propriedade da terra em poucas mãos”. Nesse contexto, aconteceram as correntes migratórias, destacando-se, principalmente, o fluxo da região Nordeste para o Sudeste e, no Brasil, de uma forma geral, do campo para cidade.

Abaixo, a Tabela I mostra, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o aumento proporcional da população urbana e, conseqüentemente, o decréscimo da população rural.

**Tabela 1 – Aumento proporcional da população urbana paralelamente ao decréscimo da população rural. (IBGE)**

Ano	População Urbana	População Rural
1940	31%	69%
1950	36%	64%
1960	45%	55%
1970	56%	44%
1980	66%	34%

Fonte: Piletti (1998, p.162)

Através dos dados mostrados acima, podemos perceber que, nesse período, a população urbana aumentou de forma significativa, o que era preocupante para a zona

rural, visto que, com isso, perderia mão de obra nas atividades agrícolas, que auxiliavam na renda dessas famílias. Além disso, conforme mencionado acima, houve um processo de maior concentração latifundiária no país e as atividades agrícolas estavam passando pelo processo de modernização (Piletti, 1998).

O processo lento de industrialização no Brasil se solidificou, segundo Fernandes (1975), não havendo rompimento com a condição de dependência com a dominação imperialista externa. E foi na década de 1960, diante da implantação da ditadura civil militar, em 1964, que a articulação com o setor externo e a aliança com forças políticas conservadoras atinge seu ponto culminante.

Para Fernandes (1975), a união com o capital estrangeiro, sob o capitalismo monopolista, trouxe a existência do moderno e do atrasado num mesmo momento, e, com isso, ocorreu a maior dependência da economia brasileira. Entretanto, a influência externa na economia nacional colaborou para mudanças do processo de produção agrícola no Brasil. Siqueira (1987 apud FEITOSA, 2006) destaca alguns exemplos: Missão Rockefeller; Aliança para o Progresso e o Acordo MEC-USAID (Ministério da Educação - *United States Agency for International*).

A Missão Rockefeller foi composta por uma comitiva norte-americana, que buscava direcionar ações voltadas para as populações migrantes da zona rural. Conforme Siqueira (1987 apud FEITOSA, 2006), essa Missão considerava que o problema do Brasil era a área rural. Diante disso, era preciso organizar as ações voltadas ao desenvolvimento científico e social das comunidades agrícolas. Uma das ações foi a criação, em 1948, da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR), que, de acordo com Feitosa (2006), atuava na área de pesquisas agropecuárias, visando a ampliação da produção a partir de maior concessão de crédito rural, gerando um acordo entre ambas as partes.

No ano de 1961, foi instituída, na América Latina, uma ação voltada para o progresso e seu intuito era de fazer atividades voltadas para os setores econômicos e o educacional. Para Feitosa (2006), sobressaiu o setor econômico, devido ao aumento da produtividade agrícola em relação ao setor educacional. A Aliança se ateve à necessidade de fornecer pessoas habilitadas para que se pudesse ter desenvolvimento nessa área do ensino agrícola e, para que isso ocorresse, foram tomadas algumas decisões:

[...] a execução de projetos que visassem concentrar esforços nas zonas menos desenvolvidas ou de maior depressão, onde existissem problemas sociais particularmente graves no país; o treinamento de mestres, técnicos e especialistas, assim como de operários e camponeses, para que se facilitasse a preparação ou execução dos programas. (SIQUEIRA, 1987, pp.50-51 apud FEITOSA, 2006, p.97)

O Acordo MEC-USAID consolidou a situação de dependência brasileira em relação à economia internacional. Segundo Feitosa (2006), o Acordo tinha duas propostas relacionadas ao ensino agrícola, uma delas voltada ao treinamento de técnicos rurais e a outra propunha a continuidade do primeiro acordo, que visava estabelecer convênios com intuito de auxiliar a educação brasileira, no que diz respeito em relação à orientação e treinamento de técnicos rurais.

De acordo com Feitosa (2006), essa influência internacional na economia brasileira foi significativa e relevante também a partir do processo denominado Revolução Verde no Brasil, que apresentava, em sua proposta de execução, um aumento na produtividade, sob a justificativa de auxiliar na luta contra a fome.

A Revolução Verde foi marcada por características que modificaram as atividades práticas nas plantações e que influenciavam diretamente os resultados de produção deste setor, tais como: aumento na utilização de fertilizantes químicos na lavoura; atividades de recomposição de nutrientes nos solos com baixa fertilidade em consequência da exploração; utilização de agrotóxicos nas agriculturas; inserção de máquinas e implementos agrícolas necessários a uma produção moderna; maior preocupação em relação à qualidade de sementes utilizadas no sistema de plantio; créditos rurais para a implantação dessas inovações, evidenciando que, nesse momento, os resultados satisfatórios no setor produtivo poderiam ter impacto na economia do país.

A então chamada Revolução Verde apresentou um outro nível de dependência, não tão amplo e nem observado do ponto de vista da macroeconomia. No processo de produção rural brasileiro, tal desenvolvimento das forças produtivas descarnou um outro tipo dependência: a dependência direta dos produtores rurais ao fornecimento das condições de produção por parte da agroindústria, com requinte de crueldade aos pequenos produtores quando amarrados à necessidade de empréstimos bancários, aplicados em uma incerta produção e comercialização, vítimas, portanto, de uma certa obrigação de restituição, acrescida de correção e juros (FEITOSA, 2006, p.99).

E é diante do modelo de modernização do governo militar que o ensino agrícola passa a ser visto como necessário para a economia do país, sendo importante a oferta de formação de um profissional técnico habilitado para atender às demandas das inovações

trazidas para a agricultura. Isso se deu através dos acordos entre o Brasil e os Estados Unidos e a Revolução Verde, isto é, a influência externa na economia brasileira estava influenciando no campo educacional voltado ao ensino agrícola, pois, nesse momento, a mão de obra especializada passa ser vista com importância e para o desenvolvimento da economia brasileira.

Em relação à educação, no período do regime militar, o lema “Segurança e Desenvolvimento” dirigiram as estratégias que seriam utilizadas para alcançar os objetivos propostos por meio da educação. Segundo Siqueira (1987 apud FEITOSA, 2006), a base teórica consistiu na teoria do capital humano<sup>9</sup>, que traz o o discurso da educação enquanto investimento, estimulando a qualificação profissional e atrelando a educação à preparação de mão de obra. Assim “[...] o saber-técnico foi se desvinculando do político e do social, esvaziando-se e diluindo-se os conteúdos educacionais.” (SIQUEIRA 1987, p. 61 apud FEITOSA, 2006, p.101).

Segundo Sobral (2005), esse período, entre os anos 1960 e 1970, nos setores político e econômico, é favorável para a implantação de políticas voltadas para área agrícola, visando ampliar as oportunidades de exportação e importação de implementos e insumos agrícolas, o que beneficiava o capitalismo internacional.

Com essa nova visão para o setor agrícola e, conseqüentemente, para o ensino voltado a essa área, é importante perceber a influência que um exerceu sobre o outro, pois, nesse momento, fica evidente que a visão voltada para o desejo de bons resultados advindos da produção agrícola faz com que essa modalidade de ensino tomasse um caminho que seria o início de um futuro promissor para o mesmo.

Feitosa (2006) ressalta que os técnicos de nível médio seriam os mais indicados para mão de obra das atividades agrícolas, alcançando o sucesso, no que se propunha em relação às inovações no setor de agricultura, evidenciando a importância da criação de novos cursos voltados a área.

Nesse compasso, foram criados cursos especiais de Educação Técnica, com o objetivo de formar professores para o quadro das escolas técnicas. Com a reforma do ensino superior, em 1968 (Lei nº5540, de 28 de novembro de 1968), a Escola Técnica

---

<sup>9</sup> Anunciada pelo economista norte-americano Theodore Schultz, essa teoria se manifesta sob duas perspectivas: na primeira, a melhor capacitação do trabalhador surge como fator de aumento de produtividade e na segunda, tal teoria destaca as estratégias individuais em busca de benefícios no presente e rendimentos no futuro. CATTANI, Antônio David. **Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia**, 2002, p.51.

passa a ser denominada Curso de Licenciatura em Ciências Agrícolas. Tal iniciativa articula-se ao “[...] processo associado de expansão e revitalização do ensino técnico agrícola e de profissionalização do magistério em todos os níveis [...] do ensino [...].” (OLIVEIRA, 1998, p.2 apud FEITOSA, 2006, p. 102).

### **Apontamentos finais**

Após as leituras que nos trouxeram um breve histórico sobre ensino agrícola, podemos perceber que o mesmo passou por diversas mudanças, e que esteve diretamente ligado com as decisões políticas, voltadas para o setor econômico. Seu percurso é lento na história da educação brasileira, só tomando força mais significativa quando os dirigentes do país, sob influência estrangeira, visualizam a necessidade de uma formação específica no setor agrícola, para que se alcance bons resultados.

Diante de todo esse percurso, quando esse tipo de ensino passa a ser visto como possível solução, formando pessoas capacitadas para desenvolver atividades que auxiliassem na economia, o colégio agrícola é implantado, com intuito de trazer o ensino especializado na região de Itapeva, mais precisamente no bairro Taquarivai, que tinha características favoráveis para desenvolver a economia local através do setor agrícola.

## Capítulo II

# A RELAÇÃO ENTRE O DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE TAQUARIVAÍ E A HISTÓRIA DA ESCOLA ESTADUAL DE SEGUNDO GRAU DR. DARIO PACHECO PEDROSO

### Introdução

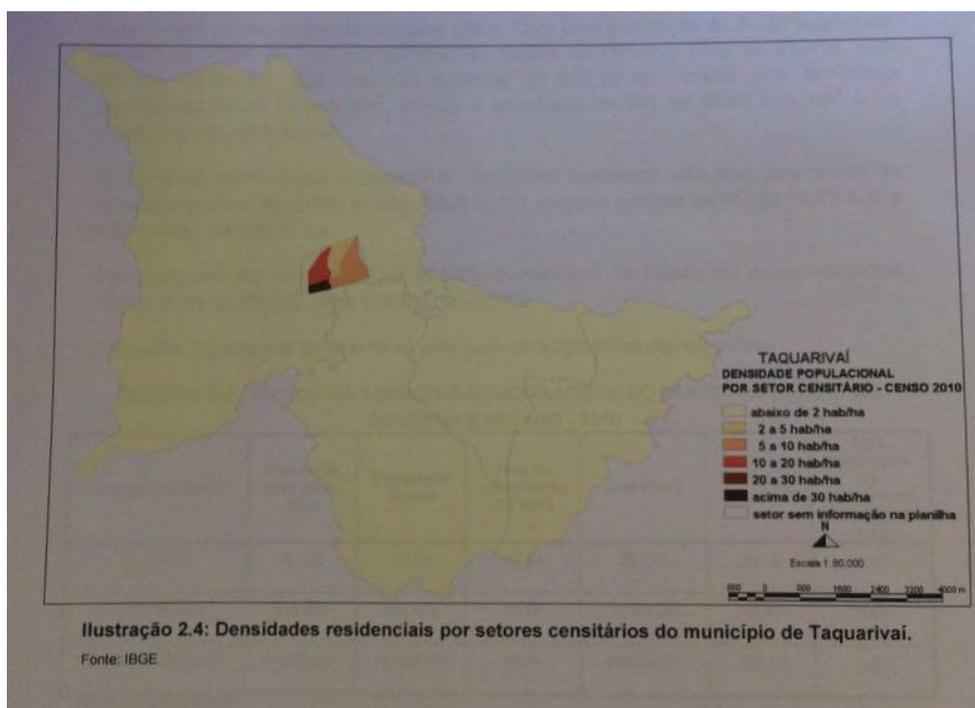
Esse capítulo apresenta a história do Município de Taquarivai, desde o período em que era bairro rural da cidade de Itapeva, indicando os caminhos para sua emancipação, verificando a relação desse processo com a criação e desenvolvimento da Escola e também o caminho inverso, como que o desenvolvimento da Escola influencia no desenvolvimento do município, que se tornou referência na agropecuária e reflorestamento na região de Itapeva.

Os motivos que levaram à criação da escola nesse local ficam evidentes após o estudo da região em relação à sua relação com as atividades ligadas à zona rural, nas pequenas e grandes propriedades, que também são citadas nos documentos iniciais da formação dos planos de ensino escolares.

### 2.1 Aspectos Econômicos e Ambientais do município de Taquarivai

Para que o leitor possa compreender o percurso histórico do Município de Taquarivai, optamos por apresentar suas principais características no contexto atual. Em 2013, o Sistema Estadual de Análises de Dados (SEADE) indicou que o município de Taquarivai tem superfície territorial de 271,39 Km<sup>2</sup>, com uma população de 5.320 habitantes, atingindo densidade média 22,95 hab/ha. Densidades superiores a 30 hab/ha são encontradas somente no centro da cidade, pois, em toda a zona rural, as densidades médias são inferiores a 2 hab/ha. A Figura 4 mostra a diferença entre as densidades de habitantes por hectare em todo território do município.

**Figura I – Densidade residencial por setores censitários do Município de Taquarivai**



Fonte: Secretaria da Agricultura de Taquarivai- Relatório Anual, 2010.p.18.

A Tabela 2 nos faz compreender porque o município é considerado de pequeno porte na Região de Governo de Itapeva, pois ele representa 1,55% do total populacional da região, mas sua expansão em áreas rurais permaneceu ao longo dos anos, pois as atividades agrícolas sempre foram muito presentes nesse local, mantendo as características agrícolas na cidade.

**Tabela 2 - Principais aspectos demográficos do município, Região de Governo e Estado em 2010.**

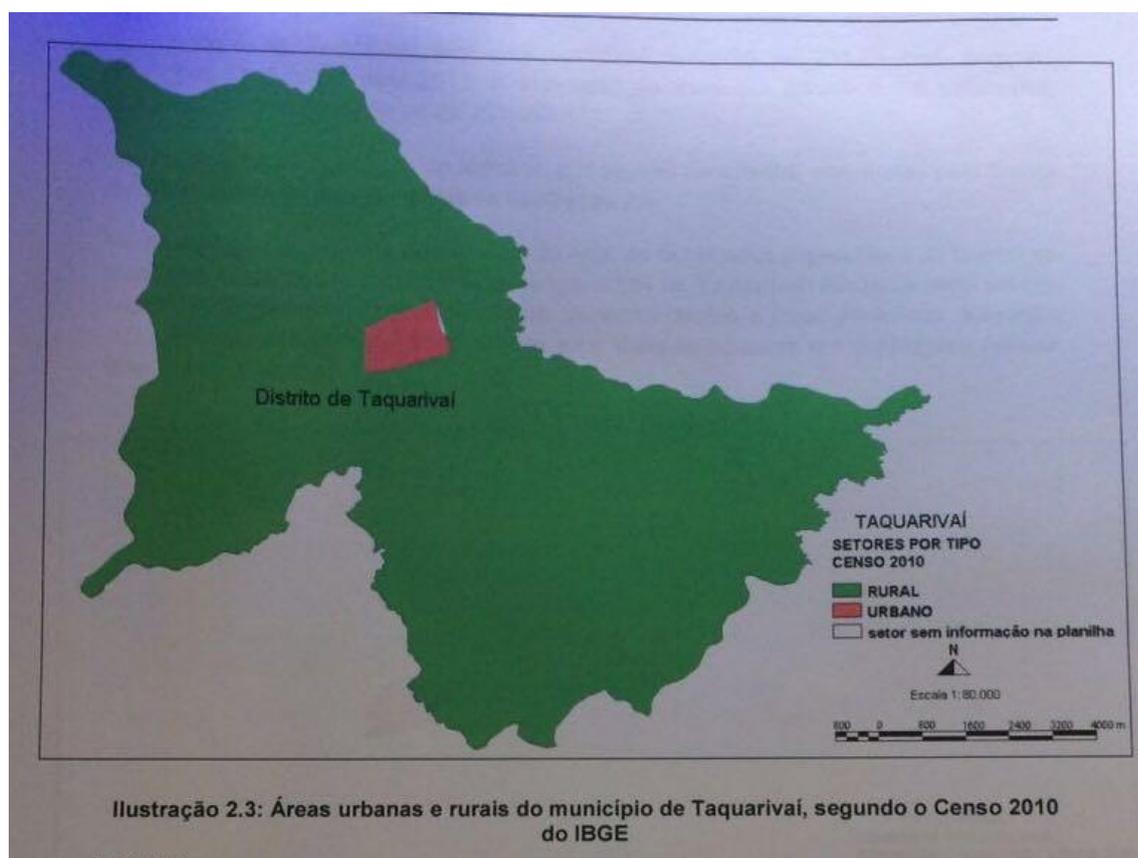
<b>Unidade Territorial</b>	<b>População total (hab.) 2010</b>	<b>População Urbana</b>	<b>Taxa de urbanização (%)</b>
Taquarivai	5.145	2.808	54,58
RG de Itapeva	330.565	224.578	73,99
Estado de São Paulo	41.223.683	39.548.206	95,94

Esses dados comprovam que o município ainda apresenta características rurais, sendo que o perímetro voltado às atividades agrícolas se destaca, se comparado ao perímetro urbano, fazendo com que grande parte da movimentação econômica no local seja proveniente de atividades agrárias.

Na área urbana do município, encontram-se comércios e residências, mas, predominantemente, a zona rural se destaca, com culturas de reflorestamento, contando também com vegetação nativa. Encontram-se nessa área loteamentos de chácaras e bairros rurais, como: Pedrinhas, Formigas e Bairro Pacóva.

A figura 5 mostra a diferença expressiva entre zonas urbana e rural do município, fato este que nos auxilia a compreender os motivos pelos quais a economia do município é movimentada consideravelmente pelo setor agrícola. Segundo SEADE 2010, o município de Taquarivai é classificado com perfil agropecuário, apesar do setor de serviços se sobressair no total arrecadado, o setor agropecuário apresenta valor expressivo de 34,20% da renda, que movimenta a economia local se comparado com à região de Itapeva, que é equivalente a 22 %, e o Estado de São Paulo, 1,87 %. Portanto, o município se destaca nas atividades agropecuárias de forma que grande parte da economia local é proveniente desse setor.

**Figura II: Áreas urbanas e rurais do Município de Taquarivai segundo Censo 2010 – IBGE**



Fonte: Secretaria da Agricultura de Taquarivai- Relatório Anual, 2010.p.18.

Com base nesses dados, é possível entender os motivos que levaram à instalação da Escola Estadual de Segundo Grau Doutor Dario Pacheco Pedroso em 1970, nesse local que, até 1991, era Distrito da cidade de Itapeva.

## **2.2 – De Escola Primária Típica Rural a Escola Estadual de Segundo Grau Dr. Dario Pacheco Pedroso**

No início da pesquisa, sabia-se que a escola estadual que oferecia o curso de monitor agrícola foi criada em 1970, tanto pelos relatos dos alunos, quanto pelos documentos encontrados no acervo da escola. Entretanto, em uma entrevista com um ex-funcionário da escola, ele relatou que havia iniciado seu trabalho em 1964 e esse foi um fator determinante para procurar informações sobre qual era a real data de fundação da escola estudada em outros documentos.

Diante desse questionamento, foi necessário ir até a Câmara Municipal da cidade de Itapeva procurar mais informações e, através dos registros das reuniões e sessões da Câmara, foi possível compreender quando e porque surge a escola na zona rural de Itapeva.

O começo desse projeto até se tornar escola técnica agrícola teve seu início em uma sessão de Câmara na cidade de Itapeva/SP, estando presentes autoridades locais, o prefeito e os vereadores, que, por meio da Lei nº 5, de 07 de fevereiro de 1948, com a autorização de Salvador Bueno de Mello, até então prefeito da cidade, faz uma doação de uma área de 01 alqueire de terra, situada no bairro Taquarivai, determinando que, naquele local, fosse construído um prédio, onde seria instalada a Escola Típica Rural Estadual. Neste dia, também indicou que a Prefeitura Municipal de Itapeva iria se comprometer pelos custeios da doação, abrindo para isso, na Câmara Municipal, o crédito necessário.

Com isso, estaria dando início à construção e instalação de uma escola voltada para as atividades rurais. O local escolhido teve relação com o fato do bairro de Taquarivai ser propício para tais atividades, devido à sua extensão territorial que, em sua grande parte, estava voltada para o setor agrícola, com propriedades rurais em seu entorno.

Nesse período, não consta registros de muitas ações municipais voltadas para o setor agrícola no município, porém, podemos concluir que a criação de uma escola voltada para atividades rurais, no ano de 1948, era um reflexo da Lei orgânica do

Ensino Agrícola (Decreto Lei nº 9613, de 20 de agosto de 1946) e o Município de Itapeva estaria caminhando em conjunto com as políticas nacionais na área da educação voltadas ao ensino agrícola.

Apesar da doação do terreno ter sido registrada em 1948, de acordo com os registros no documento de implantação do Curso de Monitor Agrícola da Escola Estadual de Segundo Grau Doutor Dario Pacheco Pedroso, a Escola Típica Rural foi fundada apenas em 1963, na condição de uma escola primária regular, com o intuito de receber crianças advindas da zona rural e ficou conhecida como escola Típica Rural de Taquarivai. Portanto não se encontrou informações sobre a escola durante esse interstício de 15 anos, o que indica que sua criação levou esse tempo para se concretizar.

Doze anos depois da doação do terreno, no ano de 1960, o então prefeito de Itapeva, João Benedito Barbosa, em reunião com um grupo de senhores e secretários da câmara municipal de Itapeva, aprovou a Lei de nº 7/60, autorizando o funcionamento, no município, da Delegacia Regional Agrícola, da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, com a finalidade de registrar, organizar e regularizar as atividades voltadas à agricultura, além de orientar os agricultores nas suas ações. Portanto, as atividades desenvolvidas nessa área passam a ser sistematizadas e o setor agrícola passa ser visto como opção de empregabilidade na região, mesmo que não houvesse mão de obra especializada.

Oito anos depois da instalação desse órgão na cidade de Itapeva, o prefeito Antônio Cavani, numa sessão de câmara, no dia 10 de março de 1968, aprovou a Lei nº 13, estabelecendo que o bairro de Taquarivai se tornaria Distrito da cidade de Itapeva. Na ata da sessão, consta informações geográficas, pois nesse dia, foram decretadas também as linhas que delimitariam o perímetro urbano entre o distrito e a cidade de Itapeva, deixando claro que a extensão do município seria até as propriedades rurais dos senhores Simplício Martins de Barros e Deolindo Celestino dos Santos denominadas, respectivamente, Fazenda São Paulo e Fazenda Cerrado de Cima, que dominavam as atividades no setor agrícola nesse período.

Tornar-se Distrito representava um avanço para Taquarivai, pois um bairro é uma indicação geográfica dentro de um município, já um distrito é um tipo de divisão administrativa em relação à cidade de Itapeva. A agricultura e a pecuária vinham ganhando espaço na economia local.

Nesse contexto, a Escola Típica Rural, criada em 1963, permanecia em funcionamento, o que aconteceu até o ano de 1969, pois, de acordo com os registros no acervo da referida escola, o Decreto nº 52.397, de 26 de fevereiro de 1970, autorizou a criação de Colégios Técnicos Agrícolas Estaduais, subordinados à Diretoria do Ensino Agrícola, nos municípios de Eldorado Paulista, Itapeva, Penápolis, Valentim Gentil e Jaú.

A proposta desse curso era funcionar nos Colégios Técnicos Agrícolas Estaduais<sup>10</sup> e nos prédios das Escolas Primárias da Zona Rural, Centros Rurais ou outros postos à disposição para tal fim. A ideia era oferecer um ensino especializado, juntamente com o 2º grau, pois, dessa forma, iria auxiliar no desenvolvimento da economia, oferecendo mão de obra qualificada e, ao mesmo tempo, era uma estratégia de aumentar o número de alunos com formação no ensino médio em geral.

No dia 9 de dezembro de 1970, com a Lei nº 83, o prefeito de Itapeva, Jorge Assumpção Schimidt, em uma sessão de Câmara, autorizou a assinatura de convênio com o estado de São Paulo para a instalação e funcionamento do Colégio Técnico Agrícola Estadual de Itapeva. Entretanto, não especifica o local, mas se tratava de utilizar a instalação da unidade da Escola Típica Rural, proposta pelo ex-prefeito, Salvador Bueno de Mello, em 1948. A mudança principal seria que aquela escola, que oferecia o ensino primário, a partir de então, atenderia alunos nos Cursos de Monitores Agrícola.

Essa mudança da escola típica rural para colégio técnico marcava um importante começo para o ensino agrícola na região, pois era o início de uma escola, cuja formação seria voltada para especialização de mão de obra para o setor agrícola na região.

Pelo Decreto nº 52.397, de 26/02/1970, publicado no D.O.E. de 27/07/1970, foi criado e Instalado o Colégio Técnico Agrícola Estadual de Itapeva, subordinado à Coordenadoria de Ensino Agrícola do Estado de São Paulo, funcionando em regime integral e de internato, no sistema de escola fazenda e ministrando dois cursos, o de Monitor Agrícola, equivalente ao 1º grau, e o curso profissionalizante Técnico Agrícola.

O espaço destinado à escola típica rural havia mudado, pois, em 1948, era uma área de 01 alqueire (SP), aproximadamente 2,4 hectares. Porém, quando o Colégio Técnico Agrícola Estadual de Itapeva foi fundado, a área passou a ser de 85 hectares,

---

<sup>10</sup> Esses colégios apresentavam características de escolas fazendas e, com isso, os alunos poderiam desenvolver atividades práticas dentro do próprio ambiente escolar.

pois seriam desenvolvidas as atividades tanto na área de agricultura, quanto pecuária. (COORDENADORIA DO ENSINO TÉCNICO, 1971)

Não foram encontradas fotos do terreno desse período, porém, através de relatos de ex-alunos e funcionários, sabe-se que os setores produtivos e alojamentos continuaram no mesmo local e os demais setores foram mudando de acordo com as necessidades da escola.

Após quatro anos de criação da escola, por meio da Lei nº 380, de 29/07/1974, publicada no D.O.E. de 30/07/1974, o Colégio Técnico Agrícola de Itapeva, passou a denominar-se Escola Estadual de Segundo Grau Dr. Dario Pacheco Pedroso – (Agrícola de Itapeva). Além da alteração do nome, o colégio sofreu outra mudança, pois, com a extinção da Coordenadoria do Ensino Agrícola, a unidade passou para os cuidados da Secretaria de Estado e Educação, extinguindo-se também os cursos de Monitor Agrícola e Técnico Agrícola, substituídos pelo curso de Técnico em Agropecuária.

O nome da escola se deu pelo fato de Dario Pacheco Pedroso ter sua história marcada na cidade de Itapeva, com benfeitorias na área da saúde. Nasceu no dia 23 de dezembro de 1910, era filho de um médico, Alexandrino Pedroso, e sua mãe era filha de fazendeiros na região de Jau. Teve dois irmãos, que também seguiram a carreira na medicina. Era considerado um grande “amigo da cidade” de Itapeva, onde tinha uma fazenda, tinha muitos amigos na cidade e auxiliava a todos com exames de laboratórios, internamentos e operações, sendo que uma de suas maiores obras foi auxiliar na organização e reforma da Santa Casa de Misericórdia de Itapeva. Faleceu aos 22 dias do mês de dezembro do ano de 1966.

A escola foi criada no cenário do regime militar, período marcado pela visão de modernização, e o ensino agrícola tinha como objetivo a formação de técnicos preparados para atender as necessidades das novas tecnologias na agricultura. Tais tecnologias visavam à melhoria da produtividade agrícola, buscando atender aos interesses do capitalismo internacional.

O primeiro curso da Escola Técnica foi o curso de Monitor Agrícola, cuja autorização foi dada a partir do Processo do Conselho Estadual de Educação CEE nº 1.139/70, emitido pela Secretaria Estadual da Educação, com a justificativa de atender à necessidade de qualificação do agricultor brasileiro, tendo em vista o aumento da capacidade de produzir, podendo colaborar com o processo de expansão da agropecuária do Estado de São Paulo e do país. A proposta apresentava condições de atender essa necessidade e sua criação estava prevista no Plano Estadual de Educação,

conforme Art. 51 das Leis Diretrizes e Bases da Educação Nacional<sup>11</sup> (COORDENADORIA DO ENSINO TÉCNICO, 1971).

Segundo o Conselho Estadual de Educação, a necessidade do Ensino Agrícola para formar pessoas para atuar no estado justificava a implantação desse curso, pois, dessa forma, haveria modificação na situação mais baixa de índices de matrículas do ensino médio em geral e poderia, também, atingir, de maneira mais efetiva, o público vindo da zona rural, que teve a escolaridade interrompida durante o curso primário ou após sua conclusão, devido a dificuldades advindas do ambiente social e complementa que esse perfil de aluno não tinha nenhum outro curso de nível médio direcionado a ele.

De acordo com o plano escolar de 1984, que traz um breve resumo do cenário da época de criação, no que se refere à infraestrutura da Escola, em 1970, o prédio era feito de alvenaria, cujas dependências seriam voltadas para diretoria; secretaria; sala dos professores; sala de enfermagem; sala de gabinete dentário; sala de ferramentas; biblioteca; cozinha; banheiros; refeitório; sala de leitura; laboratório; barracão destinado à zootecnia.

### **2.3 – Taquarivai – de Distrito de Itapeva a Município Independente: consolidação de sua característica agrícola**

Com o funcionamento da escola técnica agrícola, o Município de Itapeva apresentou avanços nesse ramo, pois a prefeitura da cidade, a partir da sua criação, começou a buscar novas oportunidades de apoio para os agricultores da região, com órgãos que auxiliavam e orientavam as atividades nas propriedades rurais.

Os cursos ofereciam mão de obra qualificada, o que era promissor para o avanço do setor agropecuário, que, até então, estava presente na economia local, mas não era desenvolvido de maneira formalizada e sistematizada.

Quinze anos após a instalação do colégio técnico agrícola, o Prefeito Municipal Antônio Guilherme Brugnaro, divulgou que foi autorizado firmar convênio entre o Estado de São Paulo, através da Secretaria de Agricultura e Abastecimento e o Município de Itapeva, pela Lei nº 146/85, para que possa auxiliar do pequeno ao médio

---

<sup>11</sup> O Art. 51 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 4024/61), em redação dada pelo Decreto-Lei nº 937, de 1969, determina que: “as empresas públicas e privadas são obrigadas a ministrar, em cooperação, aprendizagem de ofícios e técnicas de trabalho aos menores seus empregados, dentro das normas estabelecidas pelos diferentes sistemas de ensino” (BRASIL, 1961). É importante ressaltar que esse artigo foi revogado pela Lei 5692/71.

produtor do bairro Taquari-vai por meio da utilização de um secador de cereais. Esse fato foi importante, pois impulsionou este tipo de serviço na região. Além disso, fatores externos passam a influenciar a unidade escolar, pois, nos seus planos escolares, os professores passaram a incluir esse tipo de conteúdo nos planos de ensino das disciplinas voltadas para área técnica.

O Distrito continuava caminhando cada vez mais rumo a independência em relação à prefeitura de Itapeva, pois as decisões tomadas na cidade vizinha estavam auxiliando na economia e desenvolvimento do local e a formação oferecida pela escola estava fortalecendo os setores que mais produziam, a agricultura e a pecuária, e esses fatos mostravam que o distrito estava ganhando espaço e reconhecimento na área agrícola, o que fazia com que a emancipação pudesse vir acontecer.

Em relação ao desenvolvimento do distrito, no dia 05 de dezembro de 1989, o prefeito da cidade de Itapeva, Armando Ribas Geminiani, em uma sessão de Câmara, declara que estava abrindo prazo de 180 dias para regulamentação dos imóveis do distrito de Taquari-vai, para que houvesse legitimação de posse por parte dos moradores, para que pudessem definir e consolidar a ocupação de terras públicas e de terras particulares por agricultores familiares, que estavam em situação irregular, pois, nesse período, já havia pretensões de emancipação do distrito.

Dois anos mais tarde, em maio do ano de 1991, criou-se o Conselho Agrícola Municipal de Itapeva, com intuito de planejar e coordenar a execução da Política Municipal Agropecuária, e isso mostrava que o setor agrícola cada vez mais estava ganhando força na economia da região.

Mas o que esse conselho influenciaria na região e qual a sua relação com o ensino agrícola? Com essa ação estava se formalizando os serviços prestados pelos técnicos formados no colégio agrícola do distrito de Taquarivai, pois o conselho estaria prestando assistência técnica, tendo a obrigatoriedade de contratar Técnicos em Agropecuária para que se pudesse apoiar e orientar as diversas formas de organização rural, propondo medidas que valorizam a atividade e o homem de atividade rural.

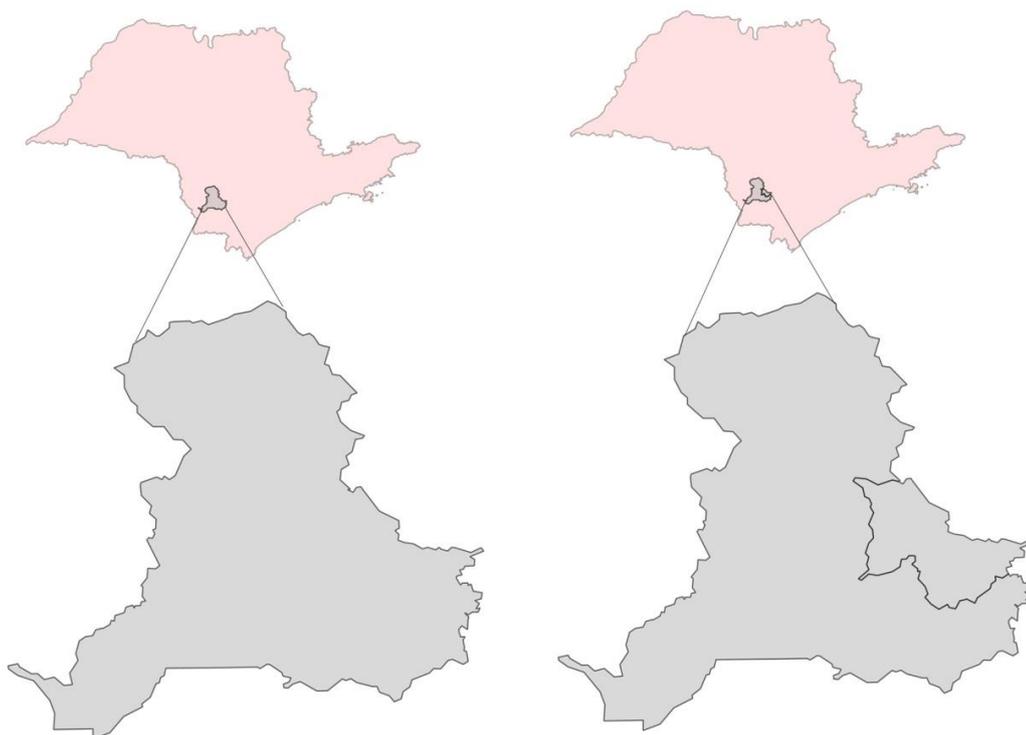
Essas ações políticas estavam buscando estratégias de fixação do homem no campo, mostrando a importância do trabalho com mão de obra específica, realizando atividades agrícolas voltadas, não somente para subsistência, mas, também, tendo esse setor como uma opção de emprego na região. Com essas ações, os alunos formados pelo Colégio Agrícola estariam tendo oportunidades de emprego na região, reforçando o desenvolvimento das atividades agrícolas local.

Com a evolução do desenvolvimento dos agricultores da região, o distrito de Taquarivai foi crescendo e as atividades voltadas às áreas agrícolas foram dando oportunidade de emprego para os técnicos formados. Com essa crescente, o distrito foi tomando espaço cada vez maior e, com isso, ganhando sua autonomia.

As tomadas de decisões vinham demonstrando interesse em tornar o distrito um município independente, apesar das cidades serem próximas e ambas estarem inseridas na mesma região de governo, Taquarivai mostrava-se ser mais forte no setor agrícola e seu desenvolvimento nessa área estava criando sua identidade econômica e, conseqüentemente, havia interesses diferentes da cidade de Itapeva.

O Mapa , mostra a localização de Taquarivai na Zona Rural da cidade de Itapeva, dimensionando o seu território em relação à antiga sede.

**Figura III- Imagem Territorial Itapeva- Taquarivai**



Fonte: Autor.

No ano de 1992, por meio da Lei nº 559, de 04 de março, o poder executivo da Cidade de Itapeva fechou o convênio com a Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento com propostas de programas com intuito de desenvolvimento da pecuária leiteira para região de Taquarivai. No documento de ata da reunião da Câmara Municipal de Itapeva, consta que esse encaminhamento ocorreu pelo fato da região apresentar, nesse período, pequenas propriedades rurais, que estariam desenvolvendo essa prática. Segundo os registros nos planos escolares do período, a escola também propunha aos alunos curso de curta duração nesse ramo, com o intuito de reforçar essa área, .

Mais uma vez uma ação externa influenciava o ensino proposto no colégio, visto que o objetivo principal na formação dos alunos era de suprir a necessidade de mão de obra qualificada na região.

As ações da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento se relacionavam tanto com as práticas desenvolvidas nas propriedades do município de Taquarivai e, por sua vez, também com as atividades desenvolvidas na unidade escolar, pois, nas disciplinas da área técnica, o intuito das aulas era propor aos alunos um aprendizado que os fizessem ingressar no mercado de trabalho, conforme consta em plano escolar e, com isso, a formação na área agrícola na região vinha ganhando espaço e reconhecimento entre a comunidade local, fazendo com que a escola se tornasse referência nesse tipo de ensino, passando a ser reconhecida como uma opção não só para os filhos de agricultores, mas, também, para os jovens que desejavam ingressar no mercado de trabalho na região.

#### **2.4 – Integração da Escola Estadual de Segundo Grau Dr. Dario Pacheco Pedroso ao Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS)**

A formação oferecida na escola vinha ganhando reconhecimento na região e auxiliando no desenvolvimento do setor agrícola e a economia local. Devido a essa expansão do curso Técnico em Agropecuária, o então Prefeito Municipal de Itapeva, Armando Ribas Gemignani, autorizou o poder executivo a celebrar Convênio com o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, com interveniência da Faculdade de tecnologia de São Paulo, objetivando a cooperação Técnico-Educacional, tendo em vista que as despesas recorrentes da execução desta Lei nº 576/92 ocorreria por conta da própria unidade, que estaria firmando convênio.

No dia 01 de junho de 1992, em uma sessão da Câmara, registrada na cidade de Itapeva, foi discutida a proposta de convênio que viria contribuir com o ensino técnico oferecido na unidade, sob a justificativa de que seria um grande marco na sua trajetória, pois iniciava o processo de parceria com o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza.

Como esse convênio foi realizado no poder legislativo do município de Itapeva, a primeira unidade que passou a pertencer a Instituição Centro Paula Souza foi a unidade escolar de Itapeva, que atualmente é conhecida com Etec. Demétrio Azevedo Júnior, mais conhecida como Escola de Minas, devido ao grande reconhecimento em qualidade de ensino voltado à área de mineração, fazendo assim com que se tornasse uma das unidades da Instituição de escola Técnica Industrial. A formalização e concretização desta parceria se deu através da Lei nº 605/92, de 23 de novembro de 1992.

O convênio de Cooperação Técnico- Educacional que celebravam entre si parceria entre o Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” e as Prefeituras formalizando suas atribuições e objetivos, deixando claro que a unidade de ensino superior FATEC de São Paulo iria auxiliar nesse processo. A prefeitura deveria designar um coordenador local que, além de acompanhar o desenvolvimento do convênio, responderia quanto ao apoio administrativo e outras responsabilidades que lhe caberia, devendo o CEETEPS designar também um responsável para dirigir os cursos implantados mediante delegação do diretor da Fatec (SP) conforme previsto no convênio.

Nos convênios já vinham pré-estabelecidas as responsabilidades de ambas as partes. Quanto à prefeitura, caberia colocar e manter à disposição do CEETEPS as instalações dos colégios destinados a se tornarem escola técnica para desenvolvimento dos cursos propostos, salas de aula, salas de laboratório, bibliotecas, quadra esportivas, salas de administração e, quando fosse necessário, pagamento de estadia, transporte e alimentação do docente; era também de incumbência da prefeitura manter à disposição da CEETEPS os servidores que viessem a auxiliar nos sistemas de portarias, vigilância, limpeza, serviços gerais e de secretaria. As prefeituras deveriam providenciar, ainda, os materiais de laboratórios; os pagamentos de taxas de água, esgoto, eletricidade e telefone também seriam de responsabilidade das prefeituras das cidades onde se localizavam as escolas.

Quanto ao Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza era seu dever providenciar o pagamento do corpo docente e do corpo técnico necessário ao desenvolvimento dos cursos, o controle acadêmico e administrativo da unidade escolar, expedição de diplomas e os respectivos registros para validação dos mesmos e toda a organização documental da secretaria junto ao grupo discente. Em consequência desse fato, a Diretoria de Ensino da cidade de Itapeva não possuía mais documentos referentes a escola, pois quando a mesma passou a pertencer à instituição Paula Souza, todo o acervo foi levado da unidade escolar.

Quanto à duração e rescisão do convênio, o documento de formalização da parceria deixa explícito que a partir da data de fechamento do convênio, o mesmo teria duração de quatro anos, podendo ser renovado automaticamente por mais dois anos se acaso uma das partes não se opusesse de maneira formal e por escrito.

Em 27 de outubro do ano de 1993, o Decreto nº 37.735 determina quais seriam as Escolas Técnicas Estaduais que passariam integrar a Instituição Centro Paula Souza. O então governador do Estado de São Paulo, Luiz Antônio Fleury Filho, justificou que parte de suas atribuições também estaria considerando a emergência de novas categorias profissionais em virtude da crescente sofisticação tecnológica desse período e era necessário a formação de mão de obra capaz não somente de aplicar, mas, também, compreender aquilo que era ensinado de forma a levar as tomadas de decisões sobre a realidade tecnológica nacional, apontando a importância do ensino técnico perante ao desenvolvimento do país. Também considerou, na sua justificativa, a necessidade de articulação entre o ensino médio com o ensino superior, de maneira que o ensino técnico já direcionava uma habilidade para diversos campos de especialização. Dessa forma, justificava a importância de reunir, em rede única, as Escolas Técnicas Estaduais para fins de fixação de uma política de atuação com relação a esse ensino. Portanto, a política pública do estado de São Paulo determinou que parte das escolas estaduais técnicas estaria sendo vinculada ao CEETPS, uma autarquia de regime especial, vinculada à Unesp, que foi criada pela Decreto Lei de 06 de outubro de 1969, para manter um ensino técnico e tecnológico de qualidade.

Levando em consideração os motivos que levaram as escolas terem um vínculo com a Instituição Paula Souza, percebemos que essa parceria era vista como uma ótima solução para que pudesse melhorar a qualidade de ensino técnico oferecido nessas escolas. Com isso, ficou autorizada a transferência de mais de 70 escolas técnicas estaduais para a Instituição Tecnológica Centro Paula Souza, entre elas a Escola

Estadual de Segundo Grau Dr. Dario Pacheco Pedroso, a partir do dia 01 de janeiro do ano de 1994. Com isso a Escola Estadual de Segundo Grau Doutor Dario Pacheco Pedroso passa a ser denominada ETEC Dr. Dario Pacheco Pedroso.

No dia 22 de setembro do mesmo ano, houve um congresso na instituição, cujo objetivo era discutir as definições, missões, futuro e desenvolvimento das escolas técnicas integradas ao CEETEPS, determinando uma comissão que auxiliaria nesse processo, visto que, nesse período, a Instituição era responsável por 105 unidades escolares. Após decisão da superintendência, ficou acordado que haveria um regimento comum das ETECs para que houvesse melhor organização e sistematização das ações nas unidades escolares e todas seguirem uma forma padrão de administração. O regimento comum tratava-se de um conjunto de informações que viriam a padronizar as ações nas escolas técnicas quanto a administração dos cursos, funcionários e docentes e todas as questões que os cercam.

Após a apresentação de todo o percurso histórico da instituição até o momento em que é transferida para o Centro Paula Souza, apresentamos, abaixo, a Figura 1, que mostra as estruturas de prédios da escola e, logo em seguida, é apresentada uma legenda, identificando os períodos que foram feitas as construções ao longo do período aqui analisado.

**Figura IV: Imagem aérea da escola (2017)**



Fonte: autor

Espaço 1: Foi construído em 1948 para receber a escola típica rural e foi utilizado no ano de 1970 para iniciar o curso de monitor agrícola. Esse espaço continha todas as instalações administrativas da escola: secretaria, sala de aula, refeitório e uma

casa pequena, que abrigava os professores, que, assim como os alunos, moravam na unidade escolar. Atualmente, é utilizado para desenvolvimento da produção de alimentos para cooperativa escola, refeitório, laboratório de agroindústria e sala de multimídia.

Espaço 2: Abriga os alojamentos femininos e masculinos<sup>12</sup> e são destinados para este mesmo fim desde 1970. Sendo que, nos anos de 1982, 1983 e 1984, o prédio 6 também fazia parte do alojamento masculino, mas, atualmente, é almoxarifado da escola.

Espaço 3: São as salas de aula construídas a partir de 1974 e hoje permanecem com a construção de quatro salas de aula e dois banheiros ( femininos e masculinos).

Espaço 4: São os setores produtivos da área de pecuária: suinocultura, bovino, aviário, cunicultura, ovino e espaço destinado para abates de animais. Essas construções foram feitas no ano de 1971 e os setores continuam divididos da mesma forma até os dias atuais.

Espaço 5: Desde 1970, é o setor de mecanização agrícola da unidade, nele são guardados materiais para aulas práticas e tratores.

Espaço 6: Nos anos 80 era alojamento masculino, mas nos dias de hoje é conhecido como setor H, nele são guardados os patrimônios não utilizados mais na escola.

Espaço 7: É a primeira quadra construída para a unidade escolar nos anos 70. Por volta do ano de 1991, foi construída a segunda quadra que está identificada no espaço 9.

Espaço 8: Nos anos de 1980, servia para guardar utensílios agrícolas. Com o passar dos anos, passou por reformas e, atualmente, abriga a sala dos professores, os laboratórios de informática, as salas de coordenações de projetos e duas salas de aulas.

Espaços 10 e 11: São construções recentes, realizadas em 2010, que se destinam às salas de aulas, à biblioteca, aos setores administrativos (direção, secretaria) e ao laboratório de química.

Somente a horta, espaço 2, e o viveiro de mudas, espaço 1, do setor de agricultura, podem ser identificados e os mesmos permaneceram desde a origem da escola, ao lado dos alojamentos, conforme mostra a figura 2:

---

<sup>12</sup> Até o período estudado de 1970 a 1994 não houve meninas no sistema de internato, e não há registros no acervo da escola de quando exatamente isso começou a ocorrer.

**Figura V: Imagem área viveiro florestal e horta**



Fonte: Autor

É importante observar e compreender que, desde 1963 até o ano de 1994, a estrutura da escola sofreu adaptações de acordo com a necessidade de cada período e que os setores destinados à agricultura são A, B, C, D, E, F, G e H, conforme mostra a Figura 3. Não foi indicado o tipo de produção desenvolvida em cada área, pois isso depende da época do ano, tendo produção que é anual e outras são perenes, e também as plantações realizadas dependem do que os docentes da área técnica irão utilizar como base de estudos para suas disciplinas.

**Figura VI: Imagem área destacando os setores produtivos**



Fonte: Autor

### **Apontamentos finais**

Como podemos ver nesse capítulo, a história da escola, desde seu início, como escola Típica Rural, até ETEC. Dr. Dario Pacheco Pedroso, se apresenta conjuntamente com a história do local onde foi instalada, desde quando era bairro de zona rural de Itapeva, até se tornar Município.

O desenvolvimento agrícola na visão da economia, o reconhecimento da formação oferecida unidade escolar e a emancipação do município de Taquarivai são aspectos que possuem uma influência mútua, pois a criação da escola trouxe para o bairro o desenvolvimento das propriedades rurais, o que fez com que o local ganhasse seu espaço e reconhecimento no setor agrário e, com isso, o bairro da zona rural começou a se tornar cada vez mais independente até que se tornasse um Município.

Isso se deu também porque as características geográficas do local tiveram sua contribuição para a inserção da escola e a formação que a escola oferecia influenciou diretamente do desenvolvimento das propriedades em torno da unidade escolar e estas, por sua vez, passavam a movimentar cada vez mais o setor agropecuário, fazendo com que Taquarivai seja conhecido, até os dias atuais, como a cidade de terras férteis, estando no topo do desenvolvimento dos setores agrícolas na Região de Itapeva.

**Capítulo III**  
**ESCOLA ESTADUAL DE SEGUNDO GRAU DR. DARIO PACHECO**  
**PEDROSO: ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E PROPOSTA**  
**EDUCACIONAL (1970 A 1993)**

**Introdução**

Nesse terceiro capítulo, serão apresentados aspectos internos da Escola Estadual de Segundo Grau Dr. Dario Pacheco Pedroso, no que se refere à organização administrativa da escola e à grade<sup>13</sup> curricular, desde seu início, em 1970, até o ano de 1993. Por meio da análise das fontes documentais encontradas do acervo da unidade escolar, procurou-se entender a proposta de formação dos cursos existentes nesse período e o suporte administrativo disponível para a sua execução.

O período de 1970 a 1993 foi escolhido para delimitar o estudo, visando analisar a formação oferecida pela escola no período em que a unidade pertencia a Secretaria da Educação do estado de São Paulo, antes de se tornar uma das unidades da Instituição Centro Paula Souza.

A pesquisa no acervo da unidade escolar nos levou a um documento que apresentava informações sobre o primeiro curso existente no colégio. Trata-se do Plano de Curso de Monitor Agrícola, do ano de 1970, elaborado pela Secretaria Estadual de Educação, e previa a criação desse curso em todo o estado de São Paulo. O documento reúne diversas informações e teve uma importância significativa para a pesquisa, por conter informações de grande relevância para se entender o processo de início da escola. Junto com esse documento, foram encontradas algumas folhas, que trazem o Parecer nº 15/1971, que autoriza a abertura do Curso Monitor Agrícola, aprovado em 18/01/1971.

Quanto à estrutura da escola, serão mostradas análises de registros encontrados com a data de 1976, que retratam as condições oferecidas na escola para o andamento dos cursos de Monitor Agrícola e Técnico em Agropecuária. Este último, teve início em 1974, conforme indicam os documentos.

Também serão apresentadas informações nos planos escolares de 1984, 1990 e 1993, analisando os cursos existentes nesse período e sua organização, para que possa ser feito um comparativo entre os planos, entendendo o que mudou e o que permaneceu

---

<sup>13</sup> Este é o termo utilizado nos planos de ensino do período estudado.

ao longo dos anos, com o intuito de analisar a formação oferecida pela escola aos seus alunos.

### **3.1 – O Curso Monitor Agrícola: o Plano da Secretaria Estadual de Educação**

O curso Monitor Agrícola teve sua autorização pelo Processo do Conselho Estadual de Educação CEE nº 1.139/70, emitido pela Secretaria Estadual da Educação, com a justificativa de atender à necessidade de qualificação do agricultor brasileiro, tendo em vista o aumento da capacidade de produzir, podendo colaborar com o processo de expansão da agropecuária do Estado de São Paulo e do país. A proposta apresentava condições de atender essa necessidade e sua criação estava prevista no Plano Estadual de Educação, conforme Art. 51 das Leis Diretrizes e Bases da Educação Nacional<sup>14</sup> (COORDENADORIA DO ENSINO TÉCNICO, 1971).

Conforme explicado no capítulo anterior, houve a autorização de implantação do primeiro curso no Colégio Técnico Agrícola Estadual de Itapeva, cujo objetivo era de formar mão de obra especializada em atividades relacionadas a área agrícola no ano de 1970.

Segundo o Conselho Estadual de Educação, a necessidade do Ensino Agrícola para formar pessoas para atuar no estado justificava a implantação desse curso, pois, dessa forma, haveria modificação na situação mais baixa de índices de matrículas do ensino médio em geral e poderia, também, atingir, de maneira mais efetiva, o público vindo da zona rural, que teve a escolaridade interrompida durante o curso primário ou após sua conclusão, devido a dificuldades advindas do ambiente social e complementa que esse perfil de aluno não tinha nenhum outro curso de nível médio direcionado a ele.

A proposta desse curso era funcionar nos Colégios Técnicos Agrícolas Estaduais e nos prédios das Escolas Primárias da Zona Rural, Centros Rurais ou outros postos à disposição para tal fim. Portanto, tratava-se de uma proposta geral da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo para todo o estado.

A ideia se baseava em propor um ensino especializado, juntamente com o 2º grau, pois, dessa forma, iria auxiliar no desenvolvimento da economia, oferecendo mão de obra qualificada e, ao mesmo tempo, era uma estratégia de aumentar o número de alunos com formação no ensino médio em geral.

---

\_\_\_\_\_

O Plano do Curso de Monitor Agrícola - Modalidade de Aprendizagem Agrícola (Deliberação C.E.E. nº 02/71 Res. SE. De 20/01/71- RES.SE. de 10/05/71), que levou à criação do curso no Colégio Agrícola de Itapeva, apresenta aspectos que retratam fatores relevantes na história, tanto do curso, quanto da escola. Esse Plano apresenta desde os objetivos do curso até propostas de integração da escola com a comunidade local. O referido Plano foi organizado pela equipe vinculada à Secretaria de Estado dos Negócios da Educação, Coordenadoria do Ensino Técnico da Diretoria do Ensino Agrícola, composta por Alceu Roselino, Antônio Salvador Esposito, Carlos Eduardo Mangili e Maria Margarida Mazarino membros da comissão organizadora, conforme autorizava o Conselho Estadual de Educação.

Segundo o regimento interno previsto no Plano, o curso de Monitor Agrícola tinha como objetivo a formação de jovens do meio rural, na faixa etária de 14 a 25 anos, com possibilidade de se tornarem independentes, oferecendo-lhes condições para desenvolver sua personalidade; adquirir conhecimentos gerais e específicos para a formação do agricultor polivalente<sup>15</sup>; adquirir espírito cooperativo e integrar-se no desenvolvimento agrícola da região, do estado e do país, atingindo o objetivo contido no Parecer do Conselho Estadual de Educação, no que se refere a aumentar a capacidade produtiva, promovendo o autodesenvolvimento e a expansão da agropecuária.

Em sua ideia inicial, o curso funcionaria em período noturno, para aulas teóricas de cultura geral e de cultura técnica, cujas aulas práticas seriam realizadas através de plano de trabalho executado junto à família, isto é, o aluno deveria aplicar os conhecimentos adquiridos no curso em sua propriedade, sob orientação e supervisão de um engenheiro agrônomo responsável. Quanto à distribuição do horário das aulas, poderia ser organizado pelo grupo de professores, porém, a aprovação do mesmo dependia do diretor de cada unidade.

Em relação à formação proposta no curso, havia preocupação para que o ensino oferecido para o aluno tivesse qualidade, isto é, que o aluno depois de formado pudesse trabalhar em propriedades rurais em diversas áreas.

Podemos perceber que a proposta de implantação do primeiro curso existente na escola, voltado para área agrícola, era bem estruturada no que se referia às atividades propostas, à grade curricular e ao funcionamento da dinâmica da unidade para que

---

<sup>15</sup> Agricultor polivalente era um profissional da área agrícola que desenvolvia diversas atividades no setor rural.

pudessem atingir o objetivo de formar mão de obra para auxiliar no desenvolvimento do setor agrícola do estado de São Paulo.

### **3.1.1 – Processo de ingresso no Curso de Monitor Agrícola**

O Artigo 9º do Plano do Curso de Monitor Agrícola explicava que, para o ingresso no curso de Monitor Agrícola, cada Colégio Técnico Agrícola Estadual colocaria à disposição dos interessados o número de vagas disponíveis e que haveria um processo de seleção caso ultrapassasse o número de candidatos por vaga oferecida. A inscrição deveria ser feita na primeira quinzena dos meses janeiro e julho de cada ano, mediante requerimento do aluno ou seu responsável, seguindo as seguintes orientações:

- Prova de idade em que se verifique ter o candidato 14 anos completos ou a completar no decorrer daquele semestre e não poderia ultrapassar os 25 anos.
- Prova de que era agricultor documento fornecido pelo IBRA, INDA, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Casa da Agricultura, Juiz de Direito, Prefeito Municipal ou delegado de polícia.
- Prova de ter concluído a escolaridade equivalente à terceira série do curso primário. (COORDENADORIA DE ENSINO TÉCNICO, 1971, p. 05)

No levantamento dos dados dos alunos egressos dos anos de 1970, 1971 e 1972, foi observado que todos eles apresentaram um documento que comprovava sua relação com o meio agrícola e, em sua grande maioria, emitidos pelo Prefeito Municipal ou pelo Delegado local.

No caso dos alunos nascidos em outro estado, era exigida a emissão de um documento de comprovação de residência no período de ingresso na escola, especificamente, pelo Prefeito Municipal, pois o curso era destinado aos alunos do estado de São Paulo (CET, 1971, p. 05) e a seleção seria feita por critério de idade, dando prioridade aos mais velhos.

Após aprovados no processo de seleção, a matrícula era feita mediante requerimento do aluno ou de seu representante legal, diretamente em contato com o diretor do Colégio Técnico Agrícola Estadual, ao qual o curso estaria vinculado, e, aos candidatos maiores de dezoito anos, era solicitado que apresentasse seu título de eleitor ou prova de quitação de suas obrigações eleitorais e, nos casos de alunos do sexo masculino, maiores de dezessete anos, era exigido prova de quitação com obrigações militares.

Depois de entender esse processo de seleção, podemos chegar à conclusão que não havia restrição para matrículas de meninas na escola, fato alvo de dúvidas ao longo das entrevistas por parte dos “agricolinos”<sup>16</sup> e, também, através das análises das fichas de matrícula, percebe-se que desde o primeiro curso houve o ingresso de alunas mulheres. Porém, a presença de meninas no sistema de internato era uma restrição interna da escola, visto que não havia nenhum funcionário que ficasse, no período noturno, fazendo a vigilância dos alojamentos.

O ingresso dos alunos por meio de requerimento e seleção pela escola permaneceu até 1980. A partir desse ano, para o ingresso no colégio, era necessário participar de um processo de seleção, denominado Vestibulinho, no qual o aluno fazia sua prova e, de acordo com a sua classificação, era chamado para efetuar sua matrícula. Dois “agricolinos” relataram, nas entrevistas, que no ano de 1980, essa prova era feita na Grande São Paulo e a avaliação era de caráter classificatório e o candidato escolhia a escola agrícola disponível no estado, na qual gostaria de estudar. No ano de 1984, a prova passou a ser realizada na própria unidade, mantendo o caráter classificatório, e cada curso teria quarenta vagas disponíveis. Esse procedimento ocorre até os dias atuais na ETEC. De acordo com um aluno B da turma de 1981,

Ai eu fiz o vestibulinho em São Paulo e eram 700 alunos e só tinha 180 vagas, eu saí no 110º tinha as opções de colégio, aí tinha escolhido em Jundiaí que era mais próximo de São Paulo... eu morava em São Paulo... tinha Jundiaí, Itu, Itapetininga. Naquele tempo, tinha mais um, mas eu não me lembro. “Não consegui vaga para nenhuma delas, aí ela (ela a quem o aluno se refere é a responsável pelo processo de seleção do Vestibulinho na época) falou assim: - Só tem vaga para Taquarivaí”, nem sabia onde era Taquarivaí, não sabia nada (risos), mas falei: - “meu, vamos embora”. Sai de casa com 12 anos e falei para minha mãe: - mãe passei e vou embora e minha família era muito pobre, então falei eu vou e minha mãe falou: - Então vai filho, aí peguei e vim e olha vou te falar foram os melhores 3 anos da minha vida.

Um fato interessante que mudou após dez anos do primeiro curso existente na escola foi o processo de ingresso dos alunos, pois um dos critérios exigidos era que o aluno precisava advir do meio rural. A partir de 1980, com o Vestibulinho, isso deixou de ser uma exigência para a matrícula do curso.

---

<sup>16</sup> Termo utilizado pelos alunos formados no colégio.

### **3.1.2 - Corpo docente e as estratégias de avaliação do processo de ensino e aprendizagem no Curso de Monitor Agrícola**

O Plano Estadual do curso previa que os professores da base nacional comum participariam da atribuição de aulas de acordo com inscrição da Diretoria de Ensino levando em consideração ordem classificatória de acordo com tempo de serviço. Já os professores responsáveis pela área técnica faziam suas inscrições na própria escola e suas formações procuravam atender as necessidades da formação proposta pela escola, isto é, profissionais capazes de ensinar ao grupo discente práticas com agricultura e pecuária.

As atribuições do corpo docente que os professores deveriam trabalhar em conjunto com a equipe escolar, cumprir prazos de entregas de documentos solicitados pelos superiores e desenvolver no mínimo 75 % no que propôs em seu plano de ensino. Em questões no que diz respeito a parte burocrática cabia também ao professor, sendo de caráter obrigatório manter os registros das atividades realizadas de forma sistematizada, estando em consonância com a proposta de ensino, que seria realizada em sala de aula; registros das aulas em diários de classe e, também, em relação à vida funcional dos professores, quanto ao cumprimento de prazos e horários.

Quanto ao corpo docente do curso, em 1970 era composto por engenheiros agrônomos, médicos veterinários e técnicos agrícolas, distribuídos em contratos efetivos, estáveis ou admitidos a título precário para aulas excedentes, seguindo a legislação da época. A equipe de professores era composta por: 06 profissionais que tinham formação em disciplinas do ensino médio comum; 03 Técnicos em Agropecuária; 01 arquiteto; 03 engenheiros e 01 médico veterinário.

A escola sempre contou com a participação de profissionais qualificados em suas respectivas funções e solicitava que os professores da parte técnica se atentassem, também, ao currículo comum, em prol da melhoria dos padrões de ensino, e que continuassem a desenvolver os projetos de apoio técnico, pois os mesmos estavam favorecendo o desenvolvimento da unidade escolar.

As atividades desenvolvidas pelos alunos estariam sendo avaliadas de forma contínua e cada professor deveria atribuir notas mensais, resultado de provas escritas e outras atividades desenvolvidas durante as aulas. O aluno, para ser aprovado no final do curso, deveria obter nota final ou superior a cinco. Conforme orientações, os professores

teriam que levar em consideração as atividades desenvolvidas em campo como critérios de avaliação, valorizando esse trabalho no campo.

Os professores que ministravam aulas das disciplinas específicas de caráter técnico, teriam que seguir o seguinte critério de avaliação: considerar os trabalhos práticos com peso 7,0 e prova escrita com peso 3,0. Com isso, pode-se analisar que as atividades de caráter prático, voltadas aos setores de produção da escola, tinham um peso superior no sistema de avaliação, de forma a valorizar o trabalho no campo.

Cabia também ao grupo docente a tarefa de participar das decisões do conselho de professores, auxiliando a gestão escolar a tomar providências em relação a problemas com alunos e as reuniões do grupo deveriam acontecer duas vezes no mês. Entretanto, havendo necessidade, o grupo era convocado para reuniões extraordinárias. Uma das atribuições do colegiado era de colaborar na elaboração dos planos de integração escola e comunidade.

### 3.1.3 – Proposta pedagógica do curso de Monitor Agrícola

Após conhecer como era o processo de ingresso dos alunos na unidade, serão apresentados dados sobre a proposta educacional durante o período estudado.

O curso de monitor agrícola tinha carga horária prevista de 3.500 horas. Cada semestre tinha duração mínima de 16 semanas de trabalho escolar efetivo e quarenta e quatro aulas semanais para ensino das disciplinas. Os semestres tinham início no dia primeiro de fevereiro e no dia primeiro de agosto e encerramento nos dias trinta de junho e dezembro, sendo assim, o período de férias nos meses de julho e janeiro.

A carga horária das disciplinas do curso de Monitor Agrícola apresentava disciplinas obrigatórias, específicas, optativas e as práticas educativas, conforme Tabela I, reproduzida tão qual apareceu no documento.

**Tabela III – Grade Curricular do Curso Monitor Agrícola – 1971 a 1975<sup>17</sup>**

Disciplinas	Semestres				
	1º	2º	3º	4º	5º
<b>01-Obrigatórias</b>					
Português	6	6	6	6	6
Matemática	5	5	5	5	5
Geografia	3	3	3	-	3

<sup>17</sup> Os números contidos nas colunas abaixo da indicação dos respectivos semestres representam a carga horária semanal de horas aulas de cada disciplina.

História	3	3	3	3	-
Ciências Físicas e Biológicas	3	3	3	-	-
Ed. Moral e Cívica	-	2	-	-	2
<b>02- Específicas</b>					
Agricultura	3	3	3	3	3
Zootecnia	-	3	3	3	3
Desenho	2	2	2	-	-
Escola Fazenda	17	12	14	17	15
<b>03- Optativas</b>					
Optativa I	-	-	-	3	3
Optativa II	-	-	-	2	2
<b>04- Práticas Educativas</b>					
Educação Física	2	2	2	2	2
<b>Total</b>	44	44	44	44	44

Fonte: CEE, 1971, p. 3.

Na grade curricular, explica-se que a disciplina Educação Moral e Cívica era obrigatória nos termos do Decreto-Lei Federal nº 869, de 12 de setembro de 1969, com duração e programa previsto pela legislação vigente. Quanto às disciplinas de Geografia e de História, deveriam ser ofertadas com ênfase nas condições socioeconômicas do Estado de São Paulo. De acordo com o documento, essa organização das disciplinas teve validade até 1975. Além disso, a participação nas aulas de Educação Moral e Cívica e Educação Física eram obrigatórias.

Nas disciplinas específicas, Agricultura seria trabalhada nos cinco semestres; Zootecnia em quatro e Desenho somente nos três primeiros; porém, nos últimos semestres, o aluno poderia escolher entre duas disciplinas optativas: Área da Agricultura e Área de Zootecnia, visto que, nesse momento do curso, ele já conseguiria definir a área que teria mais afinidade, relacionada ao cultivo ou ao cuidado com os animais, o que direcionava, também, para setor que pretendia trabalhar. Essas disciplinas deveriam abranger, segundo sua natureza, além das aulas teóricas, trabalhos de campo e práticas em oficinas e laboratórios.

No calendário do ano letivo que eram propostas as atividades escolares, constava o procedimento legal referente ao cumprimento do horário de aulas previstas e, também, que as mesmas precisariam estar em conformidade com o plano de ensino de cada

unidade e a grade curricular durante o semestre letivo e que, no caso de não cumprimento, o diretor tinha autonomia para organizar um horário de reposição.

Na proposta do curso, havia uma função denominada assistente pedagógico e suas atribuições eram voltadas para fins educacionais, tendo previsto que era sua obrigatoriedade agir em conjunto com os professores na recuperação dos alunos, supervisionar o cumprimento das atividades propostas pelos professores em seus planos de ensino e colaborar com a sua execução. Pode-se perceber a importância desse cargo quando se analisa que tinha a função de escolher as técnicas apropriadas para o ensino da escola nas disciplinas ofertadas e elaborar os critérios de avaliação dos professores, além de organizar as comemorações cívicas da escola.

A partir dessa proposta, no dia 26 de fevereiro de 1970, através do Decreto nº 52.397, publicado no D.O.E. em 27 de julho de 1970, foi criado e instalado o Colégio Técnico Agrícola Estadual de Itapeva, subordinado à Coordenadoria do Ensino Agrícola do Estado de São Paulo.

Para a implantação do curso na unidade, já existia uma preocupação quanto à integração entre a escola e a comunidade local e, também, entre escola e familiares dos alunos. Essa preocupação ocorreu por dois motivos: um deles, é que o bairro, no início das atividades da escola com o curso de Monitor Agrícola, estava recebendo pessoas de diversos locais e isso poderia causar certo estranhamento por parte da comunidade. Outro motivo foi buscar a aproximação com os familiares para que o aluno não se sentisse desamparado, morando fora de casa, já que a faixa etária dos ingressantes era de 12,13 e 14 anos.

Com a extinção do curso Monitor Agrícola e com a implantação do Curso Técnico em Agropecuária, se faz necessário apresentar qual era sua proposta de ensino, sua grade curricular, para que possamos entender a diferença existente entre os dois cursos.

O curso de monitor agrícola teve sua última turma ingressando no ano de 1976 a qual se formou com 37 alunos.

### **3.2 – O Curso de Técnico em Agropecuária: proposta pedagógica (1984-1993)**

No acervo da unidade escolar, não foram encontrados registros de como foi o processo de implantação do curso Técnico em Agropecuária, como e quando exatamente ele surgiu. Entretanto, foram encontrados documentos do ano de 1976,

contendo relatórios informativos, conforme ofício nº 1.677/76, que expõem reclamações formais em relação à infraestrutura da escola, dizendo que havia sérias dificuldades em se manter as aulas de campo nesse período, pois a defasagem de material era muito grande.

A direção afirmava que esse fato vinha dificultando o desenvolvimento das aulas práticas na escola, tanto que a Coordenadoria de Ensino do Interior foi informada que, no ano de 1977, não haveria proposta para o ingresso de novas turmas, para que a escola pudesse se reestruturar.

Mas em meio a essas informações, se descobriu que o curso Técnico em Agropecuária já estava sendo oferecido na unidade, mas não há documento de implantação formalizado como o do curso de monitor agrícola. Portanto, foi por fontes indiretas, que se obteve informações sobre o curso.

Foram encontradas informações em uma tabela, que explicava a quantidade de alunos regularmente matriculados no ano de 1976 em cada série, e havia vinte e sete alunos na 3ª série do curso Técnico em Agropecuária, portanto, chega-se à conclusão que o referido curso teria se iniciado na escola no ano de 1974. Para a análise da proposta pedagógica do curso Técnico em Agropecuária, foram utilizados os Planos de Ensino dos professores, elaborados nos anos de 1984, 1990 e 1993 que apresentam os conteúdos que seriam abordados no início do ano letivo, critérios utilizados para avaliação e as didáticas de ensino utilizadas por eles.

Os planos de 1984, referentes aos professores do ensino de segundo grau regular, apontam, como objetivos das atividades pedagógicas, auxiliar os alunos a desenvolver habilidades de observação e análises de dados e ampliar a compreensão de escrita e cálculos. Nesse período, a forma de avaliação mudou se comparada ao início da escola. Os conceitos eram apresentados pelas letras A, B, C, D e E e os critérios de avaliação eram os seguintes:

- A – Para o aluno que tivesse acertado todas as questões na avaliação;
- B – Para o aluno que acertasse mais da metade da avaliação e errasse somente uma questão;
- C – Para o aluno que acertasse metade das questões propostas na avaliação;
- D – para o aluno que acertasse menos da metade da avaliação e/ou uma questão somente;
- E – Para o aluno que errasse todas as questões na avaliação.

Observa-se que, nos planos de ensino das disciplinas da área técnica, os professores levavam em consideração a realização das atividades desenvolvidas extraclasse, no campo, inclusive na disciplina de “criações” ( área da pecuária). O professor especificava que interesse pelas atividades práticas seria também avaliado por ele. Porém, as disciplinas do ensino médio indicam somente avaliação escrita como critério para o aluno obter as menções.

Conforme citado acima, mesmo diante da falta de materiais, houve melhorias nos padrões de ensino, pois foram implementados diferentes projetos, tais como: Projeto Cunicultura; Projeto Feira do Agricultor e Projeto de desenvolvimento de campeonato desportivos internos. Portanto, quanto à estratégia de ensino, pode-se perceber que, em 1984, havia projetos internos da unidade, fato que não ocorria na década de 1970, visto que a implantação do curso trazia uma proposta geral, não tendo um direcionamento específico para a unidade. Esses projetos visavam a melhoria do processo de aprendizagem, com atividades integradas às aulas ministradas em campo.

Esses projetos tinham como principal objetivo levar para o aluno uma proposta sistematizada de atividades no campo, de forma a integrar as turmas, visto que os mesmos não eram divididos por série. O professor desenvolvia o projeto com o objetivo de atingir a toda comunidade escolar. Além disso, eram voltados para as disciplinas da área técnica, o que evidencia que a formação era voltada para a qualificação do aluno para se inserir no mercado de trabalho. O único projeto que não faziam parte da área técnica ara relacionado a esportes e programas de orientação de saúde higiene.

Não há registro sobre projetos da área de ensino médio de forma a aprofundar conhecimento do corpo discente nas matérias de cultura geral. Nesse sentido, indicava que a escola se propunha a conduzir os alunos aos hábitos de estudo; despertar quanto ao dever de zelar do próprio corpo, do seu vestiário, do seu material escolar e do patrimônio da escola; respeitar todas as pessoas de convívio indiscriminadamente e despertar no aluno o gosto pela leitura, o que deveria ocorrer durante o horário de aula.

Em relação às práticas de recuperação, continuavam as mesmas propostas na implantação do primeiro curso, pois sempre ressaltava a importância das atividades de recuperação e que as mesmas iriam ser feitas de forma intensificada.

Os projetos das disciplinas da área técnica mantinham os setores produtivos da escola, isto é, garantiam a organização e manutenção do espaço de ensino e aprendizagem para essa área e os mesmos eram propostos por médicos veterinários e engenheiros agrônomos.

Portanto, apesar das dificuldades, as atividades da escola seguiam sua rotina. Quanto ao processo de avaliação das atividades anteriormente desenvolvidas, o plano escolar apresenta os planos de ensino de todos os professores, e aponta que somente parte das atividades propostas foram alcançadas, pois a falta de material (equipamentos e insumos) dificultou a execução de parte das aulas práticas. Em contrapartida, em relação às disciplinas do ensino regular, os professores vinham apresentando planos de ensino mais completos e atividades interdisciplinares, de forma a melhorar o processo de formação também nessa área.

**Na Tabela IV - Grade curricular do Curso Técnico em Agropecuária do ano de 1983:**

	Matérias	Conteúdo específico	Distribuição Semanal			Totais	
			1ª	2ª	3ª	CR	HRS
Núcleo Comum Art. 7º da Lei: 5692/71	Comunicação e expressão	Ling. Port. Lit. Bras.	03	02	-	05	180
		Inglês	03	-	-	03	108
		Educação Artística	03	-	-	02	72
	Estudos Sociais	História	03	-	-	03	108
		Geografia	03	-	-	03	108
		O.S.P.B.	-	-	02	02	72
		Educação Moral e Cívica	-	02	-	02	72
	Ciências	Matemática	03	02	-	05	180
		Cienc. Físicas e Bio.					
		Física	02	-	-	02	72
		Química	02	-	-	02	72
		Biologia	02	-	-	02	72
Programa de saúde		-	02	-	02	72	
<b>Total</b>			<b>23</b>	<b>08</b>	<b>02</b>	<b>33</b>	<b>1188</b>

Parte Diversificada	Técnicas de Redação em Ling. Port.	-	02	03	05	180
	Industrialização Agropecuária	-	02	-	02	72
	Mecânica Agrícola	-	-	03	03	108
	Biologia	-	03	-	03	108
<b>Subtotal</b>		-	<b>07</b>	<b>06</b>	<b>03</b>	<b>468</b>
Disciplinas Instrumentais	Inglês	-	02	-	02	72
	Matemática Aplicada	-	-	02	02	72
	Física Aplicada	-	02	-	02	72
	Química	-	02	-	02	72
<b>Subtotal</b>		-	<b>06</b>	<b>02</b>	<b>08</b>	<b>288</b>
Mínimo Profissionalizante Parecer 45/72	Desenho e Topografia					
	Desenho	02	-	-	02	72
	Topografia		-	1/3/1/2	07	72
	Administração e Economia rural	-	-	3/3	06	108
	Agricultura	03	05	-	08	288
	Zootecnia	03	05	-	08	288
	Construção e Instalação	01	01	01	03	72
	Irrigação e Drenagem	-	01	2/2/2	07	108
	Culturas	-	02	4/3/5	14	180
	Criações	-	02	4/3/5	14	180
<b>Subtotal</b>		<b>09</b>	<b>16</b>	<b>31</b>	<b>69</b>	<b>1.368</b>
Educação física		03	03	03	09	2.484
Total Geral do Curso		44	31	26	101	324

Ensino Religioso	01	01	01	03	3.636
Total de práticas em projetos sob forma de estágio	-	13	18	31	108
Total de curso com Estágio	<b>44</b>	<b>44</b>	<b>44</b>	<b>132</b>	<b>4.752</b>

Fonte: Plano Escolar, 1984, p. 18

As disciplinas que abrangem os eixos: comunicação e expressão, estudos sociais e ciências faziam parte da educação geral e o restante das disciplinas propostas fazia parte de uma formação especial.

Após análise dessa grade curricular, podemos chegar à conclusão que, na primeira série, se concentrava a grande maioria das aulas da educação geral e segundo o plano escolar as mesmas serviam como base para o desenvolvimento das disciplinas da área técnica quando fossem ministradas.

Algumas disciplinas comuns eram citadas nos planos de ensino dos professores da área técnica, são elas: matemática aplicada e a língua portuguesa para auxiliar na compreensão de relatórios técnicos e na execução de cálculos. Já a disciplina de química, apesar de fazer parte da área de ensino comum, seu planejamento era inteiramente direcionado para compreender os princípios básicos da química, voltados para a acidez do solo, ações corretivas na área de adubagem, isto é, a formação sempre voltada para que o aluno desempenhasse melhor papel como técnico agropecuário.

Na segunda e na terceira séries, os alunos já estudavam, de forma intensa, as disciplinas da área técnica. Vale ressaltar que, nas disciplinas que compõem o item “mínimo profissionalizante”, os alunos participavam das aulas em turmas divididas, para facilitar o andamento das atividades práticas. Esse procedimento é utilizado até os dias atuais na unidade escolar.

Apesar dos planos de ensino ser apresentados de forma que possamos entender que a sua prática traria ao aluno o benefício de uma boa formação na área técnica, não podemos deixar de perceber que a formação voltada à área comum não estava sendo tratada da mesma forma. Segundo Manacorda (2005), é preciso aplicar uma formação completa para que haja emancipação dos alunos, porém, em uma sociedade capitalista essa formação é fragmentada e acaba dando direcionamentos para o trabalho.

Durante as entrevistas, os “agricolinos”, que estudaram na escola na década de 1980, relataram suas impressões sobre as aulas ministradas:

Tinha, tinha bastante aula prática, tudo o que eu passei a ter um interesse maior, eu passei a ter um interesse maior quando as aulas teóricas, elas tinham, ela conjugava com a aula prática, uma coisa muito boa, os professores eram sempre pessoas muito responsáveis, muita coisa boa. (Aluno E, turma 1983).

Mas assim eu acho que as aulas práticas eram legais, por que a gente estudava e divertia, trabalhava, era tudo misturado, sempre um brincando com o outro, tinha um ambiente muito favorável, não posso reclamar de nada (Aluno, turma 1984).

O dia nosso, era dividido em dois períodos, parte da manhã seria as aulas teóricas e à tarde as aulas práticas” (Aluno H, turma 1987).

Ao analisar os documentos e os trechos das entrevistas, é possível concluir que os alunos não percebiam a dificuldade que a escola passava com a escassez de recursos relatados diversas vezes ao longo do plano de curso. Nenhum dos onze entrevistados do período de 1981 a 1989 relatou que percebia certa dificuldade por parte dos docentes em ministrar as aulas de campo por falta de material, muito pelo contrário, relatam felizes as experiências vivenciadas nessa época de colégio.

Ainda no ano de 1984, a função de orientador educacional não havia sido ocupada na escola, função que, desde o documento de implantação, era enfatizada, pois visava promover a socialização dos alunos na escola, auxiliando a convivência entre eles: “artigo 47º - O orientador educacional terá por objetivo promover o ajustamento do aluno à escola, individualmente ou em grupo, visando ao desenvolvimento da personalidade de cada um” (CEE, 1971, 13.).

Dentre as atribuições previstas nesse artigo, a preocupação em relação à funcionalidade desse cargo era voltada, não somente, a questões educacionais ou atividades ligadas às práticas de ensino, práticas de campo ou de leituras, mas, também, a trabalhar, entre os alunos, as atitudes cotidianas em relação a valores e ao respeito na convivência entre o grupo, visto que isso é de suma importância em qualquer unidade escolar. Entretanto, em uma escola, que oferece o sistema de internato, isso deve ser trabalho constante, pois os alunos conviviam durante todo tempo dentro da unidade escolar.

O plano escolar 1984 é finalizado apresentando os planos de ensino de todos os professores, que continham as seguintes informações: ano/disciplina; série; professor e número de aulas; os itens abordados eram objetivos da disciplina, os conteúdos que seriam abordados ao longo do ano letivo; os instrumentos de avaliação que seriam utilizados pelos docentes e os critérios utilizados para avaliar o corpo docente.

Após análises dos mesmos, é possível perceber que as disciplinas gerais ainda continham conteúdos que eram relacionados à área técnica, isto é, as disciplinas

voltadas para formação do técnico em agropecuária ainda eram o foco do ensino na unidade. Para poder entender como se dava esse processo, trazemos aqui um exemplo encontrado no plano de ensino, que indicava que as disciplinas de Biologia e de Agricultura trabalhavam, em conjunto, as questões ambientais. Essa era a estratégia utilizada para mostrar ao aluno que era necessário também aprender a teoria.

As disciplinas eram propostas com intuito de levar o aluno para as atividades de campo, contemplando a proposta do curso de uma formação voltado à melhoria do setor da agricultura e da pecuária.

Após seis anos, no ano de 1990, a direção da escola desse período, apresentou, no Plano de Ensino desse ano, suas colocações quanto aos objetivos da escola:

Durante os últimos três anos foram alcançados muitos objetivos propostos: melhoria do relacionamento em geral entre o corpo técnico, administrativo e docente; intensificação de reuniões entre os professores, técnicos, auxiliares, alunos e direção; aproveitando de todo pessoal pela apreciação de suas ideias e sugestões (PLANO ESCOLAR, 1990. p.6)

A análise desse documento permite concluir que algumas estratégias continuaram, como a forma de avaliar o aluno. Por outro lado, as propostas de conteúdo a serem passado para os alunos nesse plano de ensino teve uma pequena mudança em relação ao plano anterior, no que se refere às disciplinas comuns, pois os professores especificaram, de forma mais elaborada, seus conteúdos e suas estratégias no processo ensino e aprendizagem.

A direção da escola nos anos 90 ressalta no documento de plano de ensino que o mercado de trabalho não era única preocupação do alunado, mas também obter a formação do 2º grau e que, em sua totalidade, os pais apresentavam grande preocupação quanto ao futuro dos filhos, esperando para eles melhores condições de vida, visto que uma formação técnica especializada estaria os inserindo no mercado de trabalho.

A direção continuava mostrando ao grupo de docente que eles estavam à frente das decisões da escola, pois procurava levar em consideração a democracia e que o colégio vinha apresentando melhorias ao longo dos anos e que isso fazia com que a procura pela escola, por alunos vindos de outras regiões, estava aumentando.

Nesse sentido, a diretora Nadir Antunes Marcomini afirma que a escola estava sendo reconhecida pela Secretaria Estadual de Educação com uma das melhores das escolas agrícolas existentes no estado de São Paulo.

No plano de ensino de 1990, há uma grade curricular do curso Técnico em Agropecuária, que pouco se difere da proposta de 1984. Aparentemente, as mudanças

não foram drásticas, mas seus resultados refletiram na formação do aluno após sua vigência, pois havia sido incluída a disciplina de silvicultura na grade curricular do curso, devido ao surgimento de três indústrias madeireiras<sup>18</sup> na região, iniciando o desenvolvimento de empregabilidade no ramo de serrarias.

Tanto durante o curso de monitor agrícola, quanto no técnico em agropecuária eram apresentadas as opções de área de lazer e cultural e essas atividades continuavam sendo organizadas enquanto ações religiosas, pois a existência da Igreja Nossa Senhora da Conceição oferecia as oportunidades de encontros de jovens e também a participação no grupo Amigos do Bairro<sup>19</sup>.

### **3.3 – Integração escola comunidade**

Ao analisar os documentos de implantação do curso de monitor agrícola e os planos de ensino do curso de técnico em agropecuária, dos anos de 1984, 1990 e 1993, um fato é comum em todos eles: a preocupação em se estabelecer uma relação de parceria entre escola e a comunidade local.

Nas entrevistas, os alunos relataram que a comunidade local tinha uma visão de concorrência entre os jovens do bairro com os alunos do colégio, tanto que, no encontro dos “agricolinos” da primeira turma na Câmara Municipal de Taquarivai, no dia 10 de junho de 2016, a primeira diretora da unidade relatou que os “agricolinos” eram chamados de “índios” por algumas pessoas da comunidade e, através dos registros das fichas de matrículas, foi possível verificar que a turma era composta por quarenta e seis alunos e quarenta e cinco eram advindos de lugares distantes. Alguns jovens residentes no bairro achavam que eles estariam “tomando” parte do espaço da comunidade.

Segundo relatos nas entrevistas, havia brigas entre os meninos da escola e os meninos da comunidade local do bairro desde quando se criou o primeiro curso, por isso, os pais das meninas não deixavam que elas estudassem no colégio “de meninos agrícolas”, termo usado por pessoas que residem no entorno da unidade escolar até os dias de hoje.

---

<sup>18</sup> Essas empresas chegaram ao final dos anos 80 na região, trazendo a possibilidade de renda econômica através das plantações de pinus e eucalipto.

<sup>19</sup> Esse grupo era formado por jovens que se encontravam semanalmente na paróquia Nossa Senhora da Conceição para fazer estudos sobre a bíblia e cantar músicas relacionadas a religião.

Com a atitude do pai de uma “agricolina” (1984), de procurar informações sobre a possibilidade de meninas estudarem no colégio e matricular sua filha do curso Técnico de Agropecuária, alguns pais se encorajaram em matricular suas filhas a partir do ano de 1984. Na entrevista, essa aluna relatou que, na época, cinco meninas se matricularam, mas somente ela e mais uma amiga, conseguiram se formar.

Na época, antes da minha turma de meninas, que começamos em cinco, teve uma participação sim de mulheres dentro da escola agrícola, mas não deu muito certo devido à organização, regulamento. A gente considera que na época era muito bagunçado, muita bagunça, não se tinha uma organização quanto a manter a integridade, a postura das meninas, o nome, era visto que se tornou uma bagunça, pela cultura, mas eu queria muito estudar naquele lugar. Tanto que foi uma briga para poder ocupar esse espaço novamente, porque quando teve e parou devido à situação, a gente acabou de ter que estar brigando junto à delegacia de ensino, que na época fomos pioneiras. Foi uma conquista, eu falo, foi uma conquista! (Aluna G, 1984)

A aluna cita uma situação de questionamento da Diretoria de Ensino da cidade de Itapeva quanto às matrículas de meninas no curso, mas não há registro formal proibindo alunas a se matriculem na escola, o que não era permitido era meninas no sistema de internato, devido às problemáticas de convivência com meninos conforme relato da Aluna K, 1971. A “bagunça” citada pela “agricolina” se refere às saídas sem autorização para “os bailes”, na cidade de Itapeva, e os namoros entre os internos com as “externas” do colégio agrícola, fato que não era muito bem visto, pois os alunos, muitas vezes, não iam para suas casas nos finais de semana e, para a época, o namoro sem consentimento das duas famílias não era algo bem visto na comunidade local.

Existia uma revanche, não existia uma aliança entre comunidade e colégio agrícola. Era assim. As meninas de Taquarivaí não podiam se dar bem com os meninos do colégio, principalmente, entre os homens brigavam muito e nós, as meninas, sempre ficamos próximas aos meninos do colégio. Sem dúvida, eram homens, meninos bonitos, apresentáveis, era coisa da adolescência. (Aluna G, 1984).

Pensando que os conflitos começaram desde que o colégio iniciou suas atividades com o curso de monitor agrícola, e que isso não seria benéfico para unidade escolar, nos planos escolares pedia-se para que a equipe escolar fizesse propostas de integração entre escola e comunidade.

Para começar a mudar essa visão externa em relação aos alunos do colégio, semestralmente, ocorria campanhas de esclarecimento no meio rural, na qual, os professores e os alunos atuavam como Extensionista Rural, orientando os agricultores familiares da região em relação às suas atividades no campo. Essa atividade deveria ser

realizada nos meses de junho e dezembro, podendo, mostrar para os agricultores da região a formação que a escola oferecia e, ao mesmo tempo, integrando a comunidade local com a unidade escolar, conforme orientava o documento de implantação.

Essa integração não se restringia somente aos moradores locais, mas também as famílias dos alunos:

Artigo 53º - Nos planos de trabalho prático desenvolvidos pelos alunos junto às suas famílias, deverá estar prevista a participação efetiva da família para que a influência do Curso de Monitor Agrícola, na mudança do comportamento da população à qual se destina, atinja um raio de ação cada vez maior.

Artigo 54º - Para os alunos do Curso de Monitor Agrícola que funciona no Colégio Agrícola, devem ser previstas para o período de visitas à família e para o período de férias, um plano de observação das atividades agrícolas se seus familiares, a partir da quais os alunos devem fazer sugestão para sua melhoria, sendo orientado de modo que o curso possa ter influência sobre a família, através do aluno (CEE, 1971, p. 04)

Em relação à família dos alunos, o Plano Escolar de 1984 prevê a reunião de pais e mestres, cujos objetivos gerais visavam um melhor entrosamento entre a escola e a família, para que, pudessem colaborar nas soluções de problemas diários e rotineiros, pelos quais a escola e seus alunos passavam.

Ao longo dos anos que esses planos de ensino foram trabalhados, os registros indicam que as reuniões entre pais e mestres eram muito proveitosas, visando sempre o melhor relacionamento entre a escola e a comunidade e que as mesmas ajudavam na tomada de decisões quanto a soluções de problemas de reparos e consertos da escola. Esse é um aspecto que permaneceu do ano de 1971 até 1990, ou seja, a proposta de organização da escola sempre visava um bom relacionamento com a comunidade externa.

Tentando minimizar os problemas entre escola e comunidade, no que diz respeito à convivência, no Plano Escolar, havia programações previstas pelo grupo da APM (Associação de Pais e Mestres) em relação a atividades de integração, uma delas, de caráter religioso, seriam feitas palestras com o padre da paróquia local com os temas voltados para: Dimensão da vida, Relacionamento humano, Jesus Cristo e Igreja como sacramento de Deus na Vida.

O aluno P, da turma de 1981, relatou que havia participações do grupo de alunos do colégio na paróquia do bairro e que esse fato ajudou na aproximação com a comunidade e foi um fator decisivo para minimizar a “rivalidade” que existia entre

“agricolinos” e os “meninos do bairro”. Podemos perceber que a ideia prevista no plano escolar teve o resultado esperado quanto à integração entre comunidade e escola, minimizando problemas que advinham das turmas anteriores.

### **3.4 – A infraestrutura da unidade escolar e seu reflexo no processo de ensino e aprendizagem**

Em relação à infraestrutura da unidade escolar, foi recorrente, nos documentos das décadas de 1970 e 1980, a indicação da falta de infraestrutura nos setores produtivos do colégio. No encontro dos alunos da primeira turma ingressante de “1970” formada na escola em “1972”, do curso de monitor agrícola, realizado no dia 10 de junho do ano de 2016, na Câmara Municipal de Taquarivaí, com a presença da primeira diretora, foi relatado, durante a solenidade, que, no ano de 1971, o curso mudou da escola Dr. Dario Pacheco Pedroso para escola de São Manoel, hoje ETEC Dona Sebastiana de Barros, na cidade de São Manoel, pois a escola ainda não oferecia recursos suficientes para o desenvolvimento do curso, não podendo colocar em prática todas as propostas previstas no documento de implantação.

Esse é um fato importante para a análise da história da escola, pois o curso teve de ser remanejado do local e não foram localizados registros formais, apenas um único vestígio, encontrado em meio a outros documentos em uma folha de caderno rasgada manuscrita, somente com o nome dos alunos transferidos.

No ano de 1972, o Curso voltou a funcionar em Taquarivaí, fato que podemos concluir a partir do relato de uma aluna da turma de 1972, que afirma ter realizado o curso, nesse ano, em sistema de semi internato.

Ao longo das análises do plano escolar, podemos perceber que havia grandes dificuldades na escola e que a equipe responsável pela direção da unidade não tinha nenhum receio de expor os problemas, como a falta de água nos alojamentos, nos setores produtivos e na cozinha era algo rotineiro. É possível perceber que há um apelo por parte da direção, junto ao Conselho Estadual de Educação, para que os problemas fossem resolvidos, pois os recursos financeiros próprios da escola aparentavam ser escassos, visto que advinham dos setores produtivos, que também estavam enfrentando problemas com a falta de água.

As reclamações eram organizadas por itens, colocando aspectos negativos e positivos da escola em relação a determinado assunto. Nesse caso, foi possível perceber

que as disciplinas de agricultura e zootecnia estavam sendo prejudicadas pela falta de infraestrutura, pois os setores produtivos não estavam tendo a devida manutenção, impedindo que houvesse aulas práticas conforme proposto nos planos de ensino dos docentes.. Também havia reclamações quanto aos “recursos humanos”, isto é, reclamações sobre a falta de funcionários nos setores produtivos para auxiliar nas atividades práticas. O Plano de Ensino destacava, também, uma lista de recursos financeiros e materiais necessários para desenvolver as aulas de campo, tais como: ferramentas agrícolas, adubos, material de limpeza para o aviário entre outros. . Considerando que as situações citadas se referiam aos setores produtivos, entendemos que a área técnica estaria sofrendo consequência com a falta de insumos e implementos agrícolas.

Em entrevista com o primeiro funcionário da escola, ele relatou que fazia diversas funções no período em que ali trabalhou (de 1964<sup>20</sup> a 1988) e, por dois anos após início do curso de monitor, foi o único funcionário: “eu era motorista, era inspetor de aluno, era eletricitista, encanador eu era tudo (risos)” (FUNCIONÁRIO A, 2016). Devido à falta de funcionários, os planos de ensino enfatizavam as atividades práticas no meio rural, com intuito de suprir essas atividades necessárias para a manutenção dos setores produtivos.

A escola, nesse período de 1976, passava por situações difíceis em relação à falta de água, poucos funcionários disponíveis de maneira geral, falta de materiais para desenvolver aulas em laboratório e demora na entrega de alimentos. Relata também que a Prefeitura de Itapeva, até aquele ano, não teria feito oficialmente a doação das terras para o colégio e as comunidades vizinhas estavam se apossando de espaços do entorno da escola.

Na entrevista com o primeiro funcionário, ele relatou que presenciou problemas com as questões de demora na entrega da alimentação, inclusive relata que uma das suas melhores lembranças do colégio foi uma situação solucionada por ele:

Funcionário A – “Olha, as melhores lembranças foram quando começou o colégio e estavam todos os alunos aí. Eram 40 alunos na primeira turma e tinha pouco alimento na dispensa. Aí, chegou a hora do almoço, todo mundo com fome, inclusive eu! Aí convidei alguns alunos para me ajudar e fizemos um fogão de tijolo amontado lá fora, pegamos um panelão e jogamos um tempero, picamos uma cebola e um alho e fizemos um virado de feijão, cozinhamos uma panela de arroz e todo mundo matou a fome! Acabou o

---

<sup>20</sup> O primeiro funcionário do Escola Estadual de Segundo Grau Dario Pacheco Pedroso começou a trabalhar na instituição quando ainda era uma escola primária comum.

alimento para a janta. Chegou o diretor, saiu para a cidade, inclusive aqui no vilarejo dava para contar as casas que tinha. Foram para Itapeva, que aqui era regido por Itapeva, o município era distrito na época. Itapeva que comandava por aqui. Aí, foram lá naqueles armazéns e conseguiram o alimento e foi o que iniciou e onde funciona até hoje. Logo começou a engrenar as coisas, então são essas lembranças que a gente tem prazer de falar, porque foi assim que começou”.

Vale ressaltar que esse relato se refere à turma de 1971 e o documento, trazendo de forma enfática as supracitadas reclamações, é de 1976, o que permite concluir que o alojamento da escola se mantinha em situações precárias até 1976.

A direção da escola também aponta aspectos positivos no ano de 1976 por meio de registros. Um deles era o fato da Diretoria de Ensino ser próxima do bairro, na cidade de Itapeva, o que facilitava a tomada de decisões de forma mais segura, inclusive, utiliza o termo de “chefia imediata”.

Em relação à falta de recursos, as reclamações incluíam a falta de material para os setores administrativos e setores produtivos da escola para o desenvolvimento das aulas de campo e expunham que a escola estava se mantendo com recursos próprios, provenientes dos setores agropecuários da unidade escolar.

A lista de materiais não existentes na escola apresenta coisas diversas e foram divididos em dois grupos: permanente e de consumo, sendo que, entre os materiais permanentes, solicitavam coisas que seriam utilizadas em aulas teóricas e práticas; nos materiais de consumo, há uma lista com 38 itens contendo os mais diversos objetos desde pilhas, garfos, fronhas, rodos e vassouras, expondo a extrema necessidade da unidade escolar nessa época.

Após a leitura das folhas contidas nesse documento, é perceptível o descaso com a unidade escolar e a direção elabora o documento com o intuito de chamar a atenção da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação – Coordenadoria do Ensino Técnico Diretoria de Ensino Agrícola para tais necessidades básicas de materiais para aula práticas e materiais para uso dos alunos, que estavam no sistema de internato. Em 1976, havia cento e trinta e oito alunos internos. Mesmo diante de tantas dificuldades, ainda sim, a diretora relata que estava havendo desenvolvimento de projetos nos setores produtivos da escola, com a participação efetiva dos alunos.

Infelizmente, podemos perceber que as questões relacionadas à falta de recursos, sejam eles financeiros ou “humanos”, perduraram ao longo desses anos (1971 a 1976) conforme registros existentes na escola, fator que afetava diretamente o bom andamento das atividades desenvolvidas nos setores produtivos da escola, dificultando a execução

da proposta de ensino baseada em oferecer atividades com aulas de campo para os alunos.

Apesar dos consistentes relatos relacionados à precariedade da estrutura da escola, os alunos que estudaram nesse período relataram que os setores eram produtivos e que não paravam de funcionar, visto a necessidade de se ter uma escala aos finais de semana e nas férias para que os mesmos continuassem suas atividades cotidianas.

O Plano Escolar de 1984<sup>21</sup> apresenta os problemas de estrutura da escola, indicando as instalações existentes. Para facilitar a compreensão, as informações serão colocadas de forma sistematizada na Tabela II:

**Tabela V - Caracterização física da infra-estrutura da escola até o ano de 1984.**

4.1	Prédio, equipamentos e instalações
4.1.1	Tipo de construção: Alvenaria
4.1.2	Estado de conservação : Bom
4.1.3	Dependências : Diretoria – adaptada; Sala dos professores – adaptada; Sala do ponto – adaptada; Sala de orientação – adaptada; Sala da enfermaria – adaptada; Sala de gabinete dentário – adaptada; 07 salas que foram adaptadas ; Banheiros; Cozinha com 01 sala de despensa e 01 sala de refrigeração; Lavanderia; Salas de almoxarifado; Refeitório; Sala da biblioteca – adaptada; Sala de leitura – adaptada (alojamento); Blocos de alojamentos (com 06 apartamentos); Laboratório; Sala para depósito de ração e Barracão (oficina mecânica, garagem para peruas e Kombi);
	Instalações para zootecnia adaptados : Pocilga; Estábulo e Aviário poedeiras cunicultura e frango de corte próprio;
4.1.4	Instalações de zootecnia, suíno e bovino sem condições de uso, deixam muito a desejar.

Fonte: Direção da Escola, 1984, p. 07.

De acordo com as informações acima, podemos perceber que a maioria dos setores da escola eram adaptados para tal fim e que as instalações da área técnica, específicas para as aulas práticas de pecuária, estavam sem condições de uso. Tais fatos dificultavam o desenvolvimento da escola, tanto em questões rotineiras da fazenda de manutenção dos setores, quanto nas questões educacionais.

<sup>21</sup> Nesse documento, não foram encontradas as folhas 01, 02 e 03.

Além disso, nesse documento, mais uma vez, há fortes reclamações relacionadas às instalações da escola. Abaixo, segue a reclamação formal da direção, em 1984, em relação à infraestrutura da unidade:

O mobiliário da escola, com exceção da administração, está em péssimas condições, os banheiros da cozinha e o refeitório estão em péssimas condições. A escola não tem água, para suprir as necessidades está sendo usada água de uma represa, água está poluída. Já entramos em entendimento com as autoridades competentes através de ofício para construção de um novo poço artesiano, já que aquele existente na Escola não é suficiente. Graças ao esforço da Direção desta escola, o problema das cercas está sendo resolvido, as cercas estão sendo feitas com recursos da própria escola. Equipamentos para culturas dos projetos também não existe. As culturas que já houveram foram feitas com equipamentos emprestados. Deficiências e necessidades a Escola tem em todos os setores, mas o maior mesmo é da água. (DIREÇÃO DA ESCOLA, 1984, p. 08).

Em meio ao documento, foi encontrada uma folha de rascunho manuscrita em folha de caderno com mais reclamações, reforçando o problema da água na escola, trazendo outros ainda não citados, porém, no texto oficial elas não foram encaminhadas:

A escola agrícola vem funcionando com grandes deficiências, não há água suficiente para os setores de agricultura e zootecnia, alojamentos dos alunos e restaurante. A água da represa não é suficiente para limpeza diária do aviário, granja, estábulos, pocilgas, alojamento, refeitório etc. A direção entrou em contato com as autoridades municipais para num esforço em conjunto solucionar o problema da água através de uma estação de tratamento e construção de um novo poço. Falta de encaminhamento de material de consumo (insumos, máquinas, equipamentos) em tempo oportuno. Falta de autonomia financeira que permita a escola resolver problemas mais urgentes (como bombas hidráulicas, queimadas) com sérios prejuízos para o ensino. Instalações inadequadas interferindo negativamente no desenvolvimento do P.E. (DIREÇÃO DA ESCOLA, 1984, folha avulsa)

O documento especifica que os docentes tiveram objetivos não alcançados por consequência da falta de material (insumo, máquinas, equipamentos) em tempo oportuno, falta de autonomia financeira para a escola resolver problemas urgentes, instalações inadequadas, falta de água, falta de uma organização administrativa interna, com rotinas de trabalhos bem definidas, questões estas expostas no texto acima.

Com a falta de material as aulas propostas no plano de ensino dos professores não conseguiram ser desenvolvidas com êxito a consequência disso era uma formação que estava apresentando dificuldades em desempenhar seu papel no que se referia a aulas práticas.

Ao ler as reclamações, pode-se perceber que faz sentido, no ano de 1972, ter havido a transferência dos alunos para outro local, alegando falta de estrutura, pois, em 1990, a escola já estava funcionando há 20 anos e, mesmo assim, os setores produtivos da unidade apresentavam tantas dificuldades. A descrição que a diretora se refere em relação a recursos próprios é em relação à venda dos produtos dos setores de pecuária e de agricultura.

Como toda essa problemática com a falta de materiais para aulas práticas, ambientes para as aulas adaptados, insumos para manter os setores produtivos e a falta de “recursos humanos”, as disciplinas da área técnica sofreram as consequências. Entretanto, a estrutura de escola fazenda deu a oportunidade dos gestores e professores enxergarem uma possível solução para amenizar esses problemas, com a proposta de escalas organizadas e sistematizadas feitas pelos alunos nos finais de semana e nas férias, montando grupos de no máximo dez alunos no intuito de auxiliar na manutenção dos setores agrícolas, para que estivesse apto quando fossem utilizados pelos docentes.

### **3.5 – Educação para o trabalho**

Este trabalho tem como principal objetivo mostrar a história de uma unidade de ensino que, ao longo de sua trajetória, teve sua formação voltada ao mercado de trabalho e, por meio de análise dos planos de ensino escolares, percebemos que os mesmos indicavam que os alunos deveriam trabalhar na instituição para manter suas atividades de produção em funcionamento.

Diante das análises da proposta educacional oferecida pela escola, baseada em uma formação que tinha como principal objetivo formar mão de obra qualificada, esse capítulo apresenta uma breve reflexão sobre a relação educação e trabalho. Há estudos que tratam dessa relação e destacamos aqueles elaborados por Marx, que nos leva a compreender que o trabalho é a base da existência humana e os homens, por meio do trabalho, produzem sua própria existência, a partir de suas necessidades.

Segundo Manacorda (2007), o trabalho ocupa um lugar central na proposta pedagógica marxiana e, a partir de suas concepções, podemos refletir sobre as práticas realizadas na unidade escolar acerca do trabalho e a educação.

Nas colocações de Marx, é possível perceber que suas concepções sobre educação e trabalho estavam sendo colocadas para que pudéssemos refletir não somente

nessa relação dentro da escola, não somente nas questões educacionais, mas também quais eram os reflexos disso para sociedade, visto que a formação oferecida dentro das escolas influencia no desenvolvimento da sociedade fora delas.

#### Segundo Marx

“Por educação entendemos três coisas: Primeiramente: Educação mental. Segundo: Educação física, tal como é dada em escolas de ginástica e pelo exercício militar. Terceiro: Instrução tecnológica, que transmite os princípios gerais de todos os processos de produção e, simultaneamente, inicia a criança e o jovem no uso prático e manejo dos instrumentos elementares de todos os ofícios. Um curso gradual e progressivo de instrução mental, gímnica e tecnológica deve corresponder à classificação dos trabalhadores jovens. Os custos das escolas tecnológicas deveriam ser em parte pagos pela venda dos seus produtos. A combinação de trabalho produtivo pago, educação mental, exercício físico e instrução politécnica, elevará a classe operária bastante acima do nível das classes superior e média. É evidente que o emprego de todas as pessoas dos 9 aos 17 anos (inclusive) em trabalho noturno e em todos os ofícios nocivos à saúde tem de ser estritamente proibido por lei” (MARX, 2008).

Nesse trecho, percebemos que Marx relaciona educação e trabalho, levantando questões acerca da educação pelo e para o trabalho manual e trabalho intelectual.

A ETEC Dr. Pacheco Pedroso teve como proposta de implantação de um modelo de escola o qual se denomina escola fazenda, isso se deu ao fato de oferecer cursos voltados à área de agrárias e ter o sistema de internato. E em uma escola fazenda, a manutenção dos setores produtivos é essencial para o bom desenvolvimento das aulas práticas, pois é nesse ambiente em que o aluno aprende as atividades que irá desempenhar após sua formação, isto é a precariedade desses setores influenciava diretamente na qualidade de ensino dos alunos.

Diante disso, os professores e gestores propunham atividades aos alunos dentro da própria fazenda, fora do horário de aula, para que os alunos pudessem vivenciar atividades que iriam exigir deles responsabilidades, mas, em contrapartida, lhe ofereceriam a experiência técnica, auxiliando em sua função após sua formação.

Essas atividades práticas descritas nos planos escolares, desenvolvidas pelos alunos após o horário das aulas, foram relatadas nos documentos de forma que estendêssemos a necessidade desenvolvê-las e também que o que era realizado era algo que só trazia benefício aos alunos quanto às experiências profissionais. Uma das afirmações feitas pela direção da escola no plano escolar era, que desse modo, os alunos

já estavam sendo preparados pelo ambiente de trabalho que iriam encontrar após sua formação, o qual lhes exigiria responsabilidades e experiências práticas.

Nas descrições das mesmas nos planos escolares de 1984 e 1990, as atividades nos setores da escola ocorriam de forma bem sistematizada. Eram exigidos relatórios técnicos dos alunos referentes às atividades desenvolvidas e havia um professor responsável pelos alunos. O mesmo acontecia nos anos de 1970, quando já havia a obrigatoriedade das mesmas, mas não há registro de seu cumprimento de forma organizada e sistematizada através de documento oficial da escola.

O relatório deveria ser entregue para o então inspetor de alunos e havia professores responsáveis em avaliar o andamento das atividades, indicando se as mesmas teriam sido satisfatórias ou não. Podemos perceber uma participação constante dos alunos nas atividades nos setores produtivos da escola, prática que ocorre até os dias atuais.

Através da análise desses planos escolares, é possível perceber que havia uma preocupação em registrar as atividades desenvolvidas, sempre deixando claro para o leitor que as mesmas tinham a função não somente de auxiliar na organização dos setores produtivos, fatos que ocorriam devido à necessidade de suprir a falta de funcionários na escola, mas, também, que o aluno aprendesse de forma prática aquilo que tinha acesso na sala de aula de forma teórica. Os relatórios solicitados aos alunos era a forma de mostrar que as atividades executadas eram programadas e orientadas pelos docentes.

Diante do relato dessas práticas, se faz necessário refletir sobre quais eram as reais propostas no desenvolvimento das mesmas, compreender se a formação oferecida na escola estava sendo proposta de fato para formar técnicos com conhecimentos específicos na área de forma a qualifica-los para o mundo do trabalho ou se a formação era oferecida pensando somente no desenvolvimento das práticas de campo a fim de obter trabalhadores braçais “com maior conhecimento”.

Durante a entrevista, foi perguntado aos alunos da turma de 1984 sobre as escalas propostas pela escola durante o período de férias, pois os alunos eram convocados, em grupos, para dar prosseguimento às atividades decorrentes dos projetos de laboratório de Prática e Produção e programa Agrícola Orientado, sendo a presença deles de caráter obrigatório para que, com os desenvolvimentos dos projetos, auxiliassem nas atividades da fazenda.

O projeto de Prática e Produção e programa Agrícola Orientado consistiam na execução de tarefas voltadas as criações de animais, sendo previstas as atividades de: preparo dos materiais de vacinação ração e castração; atendimento a parto das matrizes<sup>22</sup>; registros do nascimento de leitões e acompanhamento do rebanho. Todas as atividades eram voltadas para a preparação para o trabalho dos alunos e toda segunda feira havia reuniões para que pudessem passar ao professor responsável como estavam sendo realizadas as atividades.

Nas entrevistas, os “agricolinos” relataram sobre as “escalas de férias” e dos finais de semana com muito orgulho, pois afirmaram que aprendiam, na prática, aquilo que era ensinado a eles em sala de aula e, também, enfatizavam que as atividades da fazenda ficavam só por conta de deles:

Nós tínhamos escalas de férias e finais de semana. Eu peguei uma época assim, eu tinha escala quinzenal. Era tudo muito intenso. A gente participava ativamente dos setores da escola e, para mim, particularmente, foi muito desafiador, mas consegui me adaptar... Quando ia sair de férias, cada um de nós tinha a sua escala e aí você tinha um desafio: se você acabasse aquela tarefa, você podia ir embora antes. Aí era muito engraçado teve até uma vez que fiquei na escala pra fazer ração durante um mês. Então era eu sozinha nesse setor para fazer a ração, então eu tinha que fazer as coisas, tinha que carregar, era uma loucura danada. (Aluna A, 1984).

Nós as meninas “eram” vistas como muito organizadas, que coloca disciplina, fazia cumprimento da escala na íntegra, a gente chegava na escola às 07h00 da manhã, tomava café ia para o setor. Então, geralmente, a gente acabava sendo monitora. (Aluna G, 1984).

Essa prática trazia ao corpo discente uma responsabilidade muito cedo daquilo que, na condição de ex-alunos, poderiam trabalhar após sua formação, fator que fazia com que tivessem contato com o mundo do trabalho dentro da escola, vivenciando as práticas de campo exigidas na fazenda, no período escolar.

Todos os relatos dos entrevistados das turmas de 1980 a 1985, sobre essas atividades, foram feitos com muita alegria e, principalmente, muito orgulho, de ter participado ativamente delas.

O plano escolar expõe a falta de funcionários para ajudar nas atividades cotidianas na escola, ressaltando que, para todos os setores, havia somente quatro funcionários e afirma que isso dificultava também o desempenho no ensino oferecido, e o programa de estágio, dentro da própria unidade escolar, foi proposto com o objetivo de solucionar tais problemas.

---

<sup>22</sup> Nome dado à fêmea reprodutora suína.

Em relação às práticas em projetos sob a forma de estágio, foram encontradas tabelas que mostram que os alunos eram divididos em grupos e as atividades já eram determinadas por um funcionário da escola, indicando o período que deveriam ser cumpridas. Os estágios eram feitos dentro da própria escola, pois isso facilitava para os alunos internos e também essa prática auxiliava no desenvolvimento das atividades nos setores produtivos da escola de agricultura e de pecuária, suprindo uma parcela da dificuldade que ocorria devido à falta de funcionários nesses setores.

A falta de funcionário nos setores produtivos não permitia que os alunos tivessem contato de imediato com todo tipo de agricultura, não atingindo totalmente a proposta do professor em seu plano de ensino. A estratégia utilizada para sanar tal dificuldade era dos próprios alunos trabalharem dentro da fazenda para que pudessem desenvolver os setores produtivos, visto que a produção nas lavouras e nos setores de animais era material de trabalho dos professores.

Os alunos não enxergavam essa educação para o trabalho como problema, pelo contrário, viam nessa atividade uma oportunidade de ensino prático ou como uma solução, quando não podiam voltar para suas residências aos finais de semana.

Durante as entrevistas, os “agricolinos” relataram terem tido dificuldades financeiras e não conseguiam ir embora todo final de semana para suas residências. Quando essa informação surgia nas entrevistas, era perceptível certo tom de tristeza, mas, ao mesmo tempo, complementavam que isso fez o grupo de amigos se aproximar. Nos relatos, um deles contou que a diretora, em 1982, ano em estudou na escola, proibia os alunos de permanecerem ali aos fins semana ou nas escalas de férias, caso não tivessem sido convocados. Todavia, eles ficavam escondidos, contando com a ajuda de alguns professores:

Eu tenho historinha lá hein (risos) quando você ficava lá, eu e o vaca por exemplo, ficávamos escondidos lá, por que na época da escala eu não tinha como ir embora, ou você ia embora de carona, ou você não tinha dinheiro, não tinha nada, pra comprar um doce, eu levava um mês para comprar um doce, não tinha roupa, pra você ter ideia era complicado, eu era de família pobre mesmo, muito pobre e eu cheguei a ficar lá 6 meses sem ir pra casa até mais eu acho ... nem lembro... Porque assim na escala tinha diretora que entrou lá que era obrigado ir embora quando não estava em escala, eu ia pra casa da Eva que era professora de agricultura a Eva Show Belézia era uma mãe a Nazira outra mãe ... ficava lá ... dormia lá... muitas vezes eu não tinha como falar, você tinha vergonha. (Aluno B, 1981).

Tinha uma professora, excelente, amiga, acolhedora com os meninos, eu morava em Taquarivaí minha família era dali, tinha meninos que vinham para a escola agrícola muitas vezes por falta de recurso financeiro, não tinha como ir embora para casa final de semana. Então, eram os professores que abriam a

casa e acolhiam os meninos, acolhiam os meninos na casa nem que fosse para limpar um quintal, mas era mais com a intenção de poder ajudar, de acolher, de tirar de dentro da escola agrícola, porque não era legal o final de semana também e muitos não tinham condição de ir pra São Paulo todo final de semana e voltar. Então eu falo assim, que a gente teve pais, pais que acolhiam, levava para festa, levava para um jantar na casa deles. (Aluna G, 1984).

Entretanto, as escalas de férias e de finais de semanas geravam problemas com a comunidade local, pois, como não havia um funcionário com a função de auxiliar no atendimento dos alunos internos, os mesmos saíam da unidade escolar, causando conflitos com a comunidade.

Em uma escola que oferece o sistema de internato, a dinâmica diária é diferente das outras, pois os alunos residem naquele local e ficavam meses sem ver seus familiares. É compreensível que, tanto o Plano de Implantação do Curso, quanto o Plano Escolar de 1984, apresente propostas de integração da escola com a comunidade, para que tais conflitos não ocorressem, e a função de orientador educacional, já prevista como algo necessária no ano de 1970, seria de extrema importância. Contudo, nos planos escolares de 1990 e 1993, ainda havia reclamações quanto à ausência de um coordenador pedagógico, que pudesse trabalhar junto ao corpo docente, podendo auxiliar na melhoria das estratégias de ensino. Também é destacada falta do orientador educacional, cuja função seria a auxiliar os alunos no processo de adaptação na escola e no sistema de internato. Os dois cargos eram previstos nos planos de implantação do colégio, entretanto, mais de vinte anos depois, ainda estavam em defasagem e isso era um dos motivos de reclamações da equipe gestora, ainda em 1993.

Essas atividades em períodos não letivos ocorriam devido à falta de funcionário e pela demanda de aplicar a teoria junto a prática pelo aluno. Entretanto, fica evidente que a formação oferecida no local estava sendo voltada somente para desenvolver mão de obra qualificada, trazendo sentido às análises dos planos de ensino, que não enfatizavam as disciplinas comuns. O que importava, era a formação técnica do indivíduo. Nesse sentido, foi possível perceber uma preocupação constante em estimular o grupo docente em novas práticas no ensino, elevando a qualidade da educação proposta. Porém, a preocupação maior era dar condições aos alunos de conhecerem as técnicas adequadas das atividades agrícolas, preparando-os para o mercado de trabalho, não tendo em vista a formação completa dos mesmos.

Por mais que vejamos, nos registros escolares, a preocupação em trazer novos métodos de aprendizagem nas disciplinas da base comum, ainda assim, podemos

perceber uma educação que mostrava ter o trabalho como princípio, entretanto mostrava-se manter seu foco direcionado a manutenção econômica, isto é, enfatiza que a formação proposta na unidade era direcionada ao mercado de trabalho, caracterizando a formação ali oferecida uma formação não completa, que superava a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual.

No ano de 1990, apresentam-se, de forma sistematizada, organizada e formalizada, as atividades propostas por professores que seriam feitas fora do horário de aula, voltadas às áreas técnicas, utilizando os setores produtivos da fazenda. Os professores iriam ter horas de trabalho atribuídas específicas para o desenvolvimento de tais atividades, tendo que apresentar o projeto para a direção e enviar para a Coordenadoria de Ensino do Interior – Divisão de Supervisão e Apoio as Escolas Técnicas Estaduais, Divisão Regional de Ensino de Sorocaba – Delegacia de Itapeva e, após aprovação, ser implantado na escola.

O primeiro projeto curricular, aprovado em 26 de junho de 1990, foi o de Coordenação de Atividades Técnicas da Área de Zootecnia, ministrado pelo professor Ernesto de Moura Silva, com 20 horas semanais, tendo como público alvo todos os alunos da escola. A justificativa para o projeto era que a escola precisava acrescentar a dinâmica apropriada em relação aos cuidados com animais de pequeno, médio e grande porte, pois essa era uma atividade que vinha ganhando espaço no mercado de trabalho e as atividades de rotina de trato com animais vinha passando por constantes mudanças. O projeto visava integração com as disciplinas da área técnica, entretanto, as atividades desenvolvidas iriam propiciar aos alunos um desenvolvimento mais direcionado às atividades exigidas pelo técnico em agropecuária nas propriedades da região. Evidência de que havia uma educação para o trabalho, de forma restrita, pensando no mercado de trabalho e não na formação completa dos alunos.

O segundo projeto curricular aprovado, em 26 de junho de 1990, era o de Biodigestor, elaborado pelo professor José Vicente Ruivo, com 08 horas semanais e seria desenvolvido com todos os alunos interessados. O objetivo do projeto era implantar um biodigestor na unidade escolar com intuito de obter energia e fertilizantes de baixo custo para os setores produtivos, alegando que uma das justificativas era que a ideia surgiu do receio de que a unidade fosse obrigada a fazer um racionamento de energia e, com isso, mostrar à comunidade que a escola se preocupava em trazer novas práticas para os setores produtivos.

O terceiro projeto curricular proposto teve sua autorização homologada em 27 de junho de 1990 e era baseado em Instalações e Manutenção de Máquinas e Equipamentos, elaborado pelo professor José Vicente Ruivo, com 10 horas semanais, e visava ensinar aos alunos atividades que poderiam servir de apoio na execução da função do técnico em agropecuária.

Os três projetos visavam melhorar a qualidade de ensino oferecido na área técnica, propondo ideias que, para esse período, eram inovadoras e mostravam que a escola se preocupava com as atividades que os alunos iriam desempenhar depois de formados, e, também, com que o mercado de trabalho estava apresentando como novas oportunidades de emprego na área de agropecuária.

Essas ações mostravam que a formação oferecida era algo além das atividades rotineiras desenvolvidas na agricultura e pecuária, isto é, fatores externos estavam influenciando os caminhos do ensino que a escola estava tomando para a formação de seus alunos, ressaltando que isso visava melhor formação técnica, isto é, voltada para o mercado de trabalho.

Ainda que estes projetos apresentem registros que evidenciam uma organização na execução das atividades, não é suficiente para afirmar que tal formação contemplava uma formação completa, pois, todas as vezes que essas práticas foram mencionadas, vinham, com a justificativa que essa estratégia também visava suprir a falta de funcionários nos setores, situação que permaneceu ao longo dos anos, pois todos os planos escolares estudados citam essa defasagem na contratação de funcionários braçais.

Além das melhorias do desenvolvimento no que se referem à parte técnica, as disciplinas da base nacional comum sofreram mudanças significativas em seus planos de ensino. No ano de 1990, os professores que ministravam essas aulas detalhavam melhor as atividades que seriam desenvolvidas e os objetivos eram bem especificados, mostrando o que o aluno iria aprender e desenvolver em cada aula. Esse foi um fato que evoluiu desde 1984, pois as disciplinas do ensino comum eram descritas em uma única tabela, contendo somente os conteúdos que seriam abordados e, respectivamente, seus professores e o número de aulas.

No plano escolar de 1990, cada disciplina apresentou sua proposta de ensino e seus objetivos. Todavia, as mesmas ainda eram voltadas a auxiliar o entendimento das disciplinas técnicas, pois objetivo da formação era de formar bons técnicos para o mercado de trabalho. Não há registros de ações que mostrassem aos alunos os caminhos

acadêmicos que poderiam seguir depois de formados no curso técnicos, isto é, ainda não havia direcionamento e orientação para que eles seguissem para um curso de nível superior.

Por mais avanços que as disciplinas da base nacional comum tenham atingido, permanece o direcionamento voltado para a área técnica, evidenciando, mais uma vez, que a formação era voltada para o mercado de trabalho. Não há registros que mostrem um incentivo aos alunos à continuidade dos estudos e, muito menos a preparação para isso, mas sim que eles tivessem empregos garantidos após sua formação. Outro fato é que as práticas eram voltadas a mostrar aos alunos atividades que favorecessem o aprendizado em culturas ou práticas agrícolas já desenvolvidas na região em que escola se encontra, fazendo com que entendamos que aquela formação era para o trabalho e manutenção da econômica local, pois esse foco era mostrado aos alunos como de suma importância.

Por mais que vejamos que a formação oferecida não tenha sido alcançada de forma completa, dando aos indivíduos somente o foco do mercado de trabalho, é válido lembrar que essa era a única opção de formação técnica na região voltada às práticas agrícolas, isto é, os impactos dessa formação na vida adulta desses alunos foram de certa forma, positivo, uma vez que o curso técnico foi o caminho que tiveram para poderem encontrar melhores condições de vida.

### **Apontamentos finais**

Após as análises do conteúdo pesquisado para elaboração desse capítulo, podemos perceber que o ensino oferecido pela escola, desde a implantação do curso de monitor agrícola até o técnico em agropecuária, visava formar mão de obra qualificada, característica que fica evidenciada nos planos escolares.

Mesmo que os planos de ensino de 1990 e 1993 apontem evidências que as disciplinas comuns estavam passando por melhorias no processo ensino e aprendizagem, ainda assim, as mesmas estavam sendo direcionadas a mostrar para os alunos que aprendê-las estaria melhorando seu desempenho na área técnica, ou seja, a principal preocupação era a qualidade na formação técnica.

É possível perceber que havia problemas administrativos quanto à falta de funcionários e materiais para os setores produtivos, o que foi recorrente ao longo dos

anos, pois, em todos os planos de ensino da escola, foram relatados problemas devido a essas questões, inclusive, questões básicas da rotina do alojamento, como a falta de água por exemplo.

Outro aspecto que apareceu ao longo dos anos foi a intensão de integrar a escola com a comunidade. Nos documentos, fica claro que os gestores da escola tentavam mostrar, para a comunidade local, que o colégio era parte integrante do bairro, para manter o bom convívio entre os alunos do sistema de internato e os moradores em torno da escola.

## **Capítulo IV - PERFIL DOS ALUNOS E IMPACTOS DA ESCOLA NA SUA FORMAÇÃO**

### **Introdução**

Esse capítulo traz informações sobre as fichas de matrículas dos alunos no período de 1970 a 1994, com o intuito de apresentar o perfil dos alunos ingressantes nesse período. Para facilitar o entendimento, foram feitos gráficos que apresentam os resultados obtidos por períodos, são eles: 1970-1978; 1980-1989 e 1990 a 1994, o que permitiu fazer comparativos entre eles, nos seguintes aspectos: em relação à cidade onde residiam antes de estudarem na escola, o número de alunos divididos por sexo e quantos alunos advinham da zona rural. Essas questões estavam presentes em todos os planos de ensino estudados. Em seguida apresenta-se a trajetória profissional dos alunos entrevistados para que possamos entender qual o impacto da formação oferecida pela escola para esses alunos.

### **4.1 – Perfil dos alunos ingressantes segundo as fichas de matrícula**

O colégio agrícola possui sistema de internato e esse modelo de escola fazenda é de suma importância para que se desenvolvam as atividades práticas do setor agrícola na própria unidade escolar no processo de formação dos alunos.

O sistema de internato, possibilita que alunos advindos de outros lugares estude na escola, isto é, a formação agrícola oferecida pela escola abrange a região em que ela se encontra. Conforme explicado no capítulo IV, o processo de matrículas, no início da instalação da escola, acontecia depois das escolhas dos alunos após resultado classificatório das provas, o que fazia com que muitos alunos viessem de muito longe para estudar na unidade. Porém, o processo de seleção (Vestibulinho), feito de forma

direcionada, possibilitou que o aluno se inscrevesse na escola em que pretendia estudar, e o resultado foi que os alunos ingressantes fossem, em sua grande maioria, advindos de cidades vizinhas, conforme registro nos planos de escolares encontrados na escola.

O perfil dos alunos encontrados dentro de uma unidade escolar diz muito sobre a mesma e, no caso de uma escola fazenda, que oferece o sistema de internato, pode se dizer que esse fator é ainda mais abrangente, visto que se pode receber alunos de diversas regiões.

Muitos são os rótulos colocados em uma escola agrícola, afirmando que a mesma é um ambiente de aspectos mais masculino do que feminino; ou que recebia alunos mais de uma cidade do que de outra.; ou, ainda, se os alunos, em sua grande maioria, já advinham de uma área de zona rural e que, com o passar dos anos, houve uma diferença no número de alunos matriculados em seus cursos. Todas essas informações podem ser obtidas após as análises das fichas de matrículas dos alunos ingressantes e as mesmas podem trazer respostas por muitas vezes surpreendentes.

Em relação aos três primeiros anos da existência do colégio, não foram encontradas as fichas matrícula organizadas e, também, não se sabe se todas estavam guardadas, visto que o número de alunos é muito pequeno, em vista das vagas oferecidas no início dos anos de 1970 (40 vagas por curso).

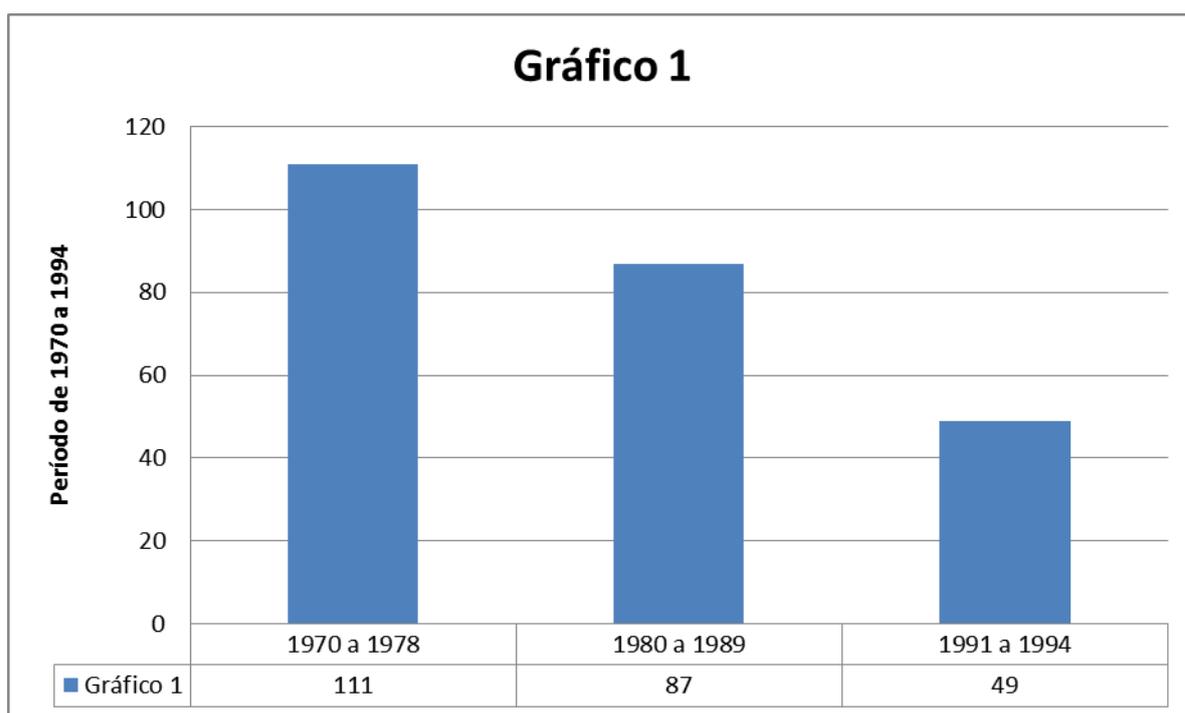
As fichas de matrícula eram feitas de forma muito simples, com poucas informações. Todas têm um documento em anexo, comprovando que o aluno pertencia ao meio rural. Mesmo com as poucas informações contidas nas fichas, foi possível diagnosticar algumas características dos alunos matriculados na escola entre 1970 e 1994 e, com isso, traçar o perfil dos alunos da escola nesse período.

Nesses 24 anos que compõem o recorte temporal da pesquisa, foram matriculados 1.116 alunos, que advinham de 132 cidades diferentes. Entre eles, 1.064 homens e 52 mulheres. Para a análise desses dados, possibilitando dimensionar a procedência dos alunos, entre outros aspectos, os dados foram separados por intervalo de tempo: 1970 a 1978<sup>23</sup>; 1980 a 1989; 1991 a 1994.

---

<sup>23</sup> Em relação a 1979 e 1990 não foram encontradas nenhuma ficha de matrícula.

**Gráfico 1 – Número de cidades que os alunos matriculados residiam.**

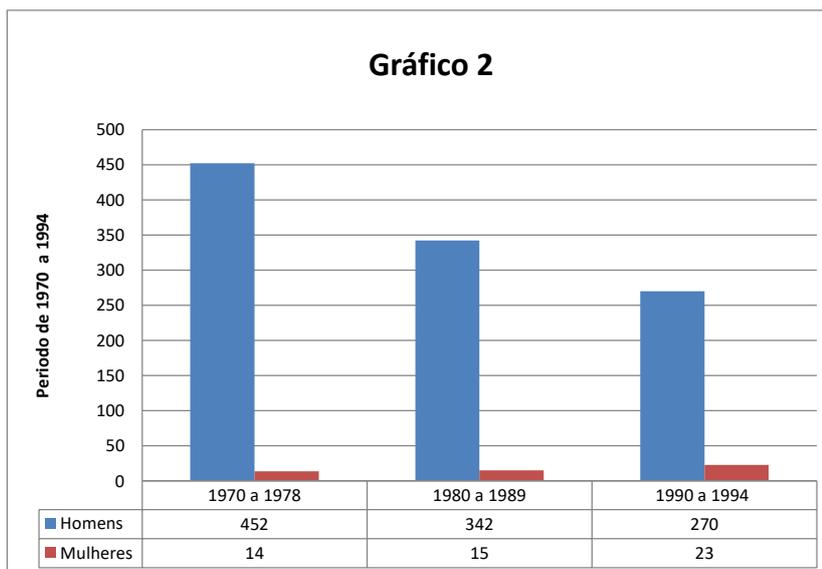


Podemos perceber, pelo gráfico 1, que a quantidade de cidades, das quais os alunos advinham, diminuiu ao longo dos anos, o que reforça a indicação de que, pelo fato do processo de ingresso ter mudado a sua dinâmica, com a implementação do Vestibulinho, e o aluno poder se inscrever na própria escola de seu interesse, os alunos, que moravam mais próximos da região onde a escola estava inserida, passaram a frequentá-la.

Os alunos nesse período eram advindos das cidades de Buri, Itapeva, Ribeirão Branco, Ribeirão Grande, Capão Bonito, Guapiara, Itararé, Riversul, Coronel Macedo, Itaberá e bairros de zona rural de todos esses municípios.

Quanto ao número de mulheres matriculadas, equivale a 4,65 % do total de alunos ao longo dos 24 anos analisados, sendo que, nos anos de 1975, 1977, 1978, 1979, 1981, 1982, 1984 e 1989 não houve mulheres matriculadas. Para que possamos entender como foram as matrículas das mulheres, de forma comparativa, abaixo segue o Gráfico 2, apresentando os dados com os períodos divididos da mesma forma que o gráfico 1.

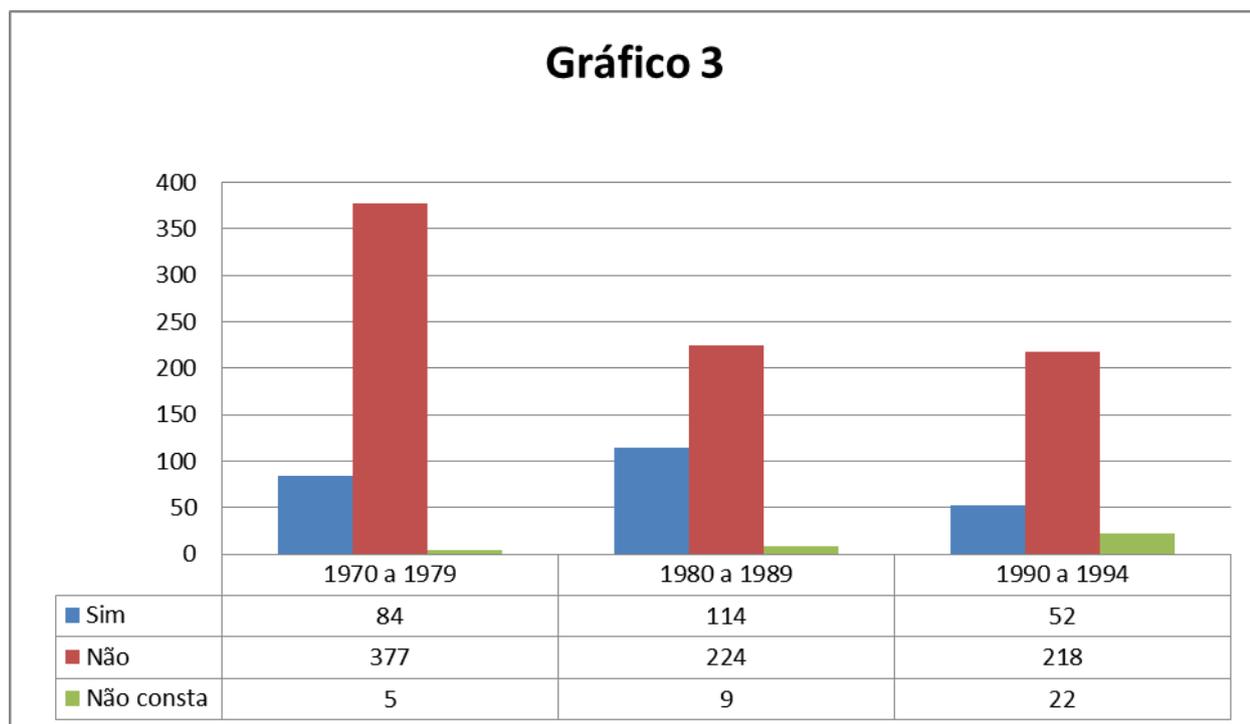
**Gráfico 2 – Número de alunos divididos por sexo.**



Pode-se perceber que o número de homens se sobressai ao de mulheres durante todo o tempo estudado. Porém, no último período, apesar de ser somente cinco anos analisado, o número de mulheres cresceu consideravelmente. Se analisarmos de forma a perceber que foram grandezas inversamente proporcionais, o número de anos analisados diminuiu para cinco, porém, mesmo assim, o número de mulheres matriculadas aumentou. Vale ressaltar que todas as mulheres matriculadas nesse período advinham de ou de cidades próximas, são elas: Itaberá, Itapeva, Riversul, Itaporanga, Itararé e Buri; diferentemente dos homens, que advinham também de regiões mais distantes.

No período de 1970 a 1994, também foi verificado se os alunos advinham de zona rural e se esse fator sofreu alteração no decorrer dos anos, o que pode ser verificado no Gráfico 3 apresentado abaixo:

**Gráfico 3 – Quantidades de alunos que advinham de zona rural**



Como podemos perceber a maioria dos alunos não advinham de zona rural segundo os registros das fichas de matrículas, e que no período de 1990 a 1994 o índice diminuiu mais de 50 % se comparado ao de 1980 a 1989.

#### **4.2 – Entrevistas com os egressos e percurso profissional: o que a Escola Estadual Dario Pacheco Pedroso instituiu no percurso profissional dos seus ex-alunos**

Os agricolinos entrevistados não foram escolhidos com intuito de gerar dados estatísticos para a pesquisa. O convite para os ex-alunos surgiu a partir de suas disponibilidades e disposição em contar suas histórias tanto como alunos, quanto suas experiências como técnicos formados. Muito mais do que apontar dados quantitativos a respeito dos ex-alunos, essa parte do trabalho buscou verificar o que a escola instituiu no percurso profissional daqueles que se dispuseram a relatar suas histórias<sup>24</sup>, considerando o curto período de tempo que tivemos para fazer o levantamento dos sujeitos da pesquisa.

<sup>24</sup> O questionário que norteou as entrevistas está em anexo.

Para a realização desse trabalho, foi possível entrevistar 22 ex-alunos, sendo cinco mulheres e dezessete homens. Atualmente, a média de idade entre eles é de 52 anos. Desse total de entrevistados, 07 ingressaram na escola nos anos de 1970, onze nos anos 1980 e 04 nos anos 1990. Sendo 07 ingressantes do curso monitor agrícola, e os outros 15 do curso de técnico em agropecuária, dentre eles 19 concluíram os cursos os outros desistiram no primeiro ano. Em relação à residência de origem, antes de ingressarem na escola, três deles residiam no município de Itararé<sup>25</sup>, dois em São Paulo, um em Capão Bonito, dois em Guapiara, um em Coronel Macedo, dois em Buri, dois em Itapeva, um em Ribeirão Branco e oito em Taquarivai.

Dez ex-alunos disseram que souberam da existência do colégio através de pessoas advindas do meio rural, pois os agricultores da região sabiam da formação da área agrícola oferecida na escola e isso auxiliava na divulgação do colégio, o restante soube por professores das suas cidades de origem, que os incentivaram a procurar um estudo especializado.

O motivo pelos quais optaram por estudar no colégio técnico, vinte deles responderam que era para melhorar suas condições de vida através de uma formação que, na visão deles, poderia oferecer oportunidades de emprego logo em seguida à conclusão do curso. Cinco destes alunos desejavam melhorar as propriedades rurais de onde vinham, visto que, do total de entrevistados, dezesseis deles vinham no meio agrícola. Dois deles assumiram que quiseram ir para o colégio pelo fato de morar sozinho, pois, na visão deles, isso significava sua liberdade na adolescência.

No que se refere ao apoio da família em relação à escolha pelo curso técnico agrícola, todos os dezessete ex-alunos homens responderam positivamente. Um deles ressaltou que a mãe o avisou que, se acaso não conseguisse se adaptar, em uma semana ela deveria voltar para sua casa. Em contrapartida, outro relatou que a mãe pediu para que só voltasse para sua casa depois de formado. Durante as entrevistas, foi possível perceber que, pelo fato de ser escola agrícola, os pais dos meninos se orgulhavam pelo filho ter escolhido uma profissão “masculina”, pois, segundo o relato de 02 alunos, na época, o mundo agrícola era masculino.

Ainda em relação ao apoio da família, um o aluno F<sup>26</sup> indicou que sua família eram os amigos que encontrou no colégio. No relato de 02 ex-alunos, apareceu a

---

<sup>25</sup> A cidade de Itararé/SP fica a 80 Km de distância da cidade de Taquarivai.

<sup>26</sup> Durante a entrevista, esse ex-aluno se emocionou muito e não conseguiu terminar de responder a todas as perguntas. De acordo com outros depoimentos, sempre foi o “protetor” de toda a turma. Um outro

indicação de que ele deveria ser entrevistado, pois sua vida anterior à chegada à escola era desconhecida. Durante a entrevista, ele relatou o motivo de esconder de seus colegas sua vida antes do colégio, dizendo que, em São Paulo, tinha tido uma experiência rápida em um “lugar legal”. Pela descrição do local e pelas experiências vividas, é possível inferir que esse ex-aluno tenha passado por um patronato agrícola e é por isso que não tinha tido apoio de nenhum familiar e a motivação que o levou a fazer o curso foi porque queria uma formação distante da cidade de São Paulo, pois disse que mesmo morando perto da praia e já ter conseguido emprego em um banco percebeu que não poderia e não queria mais ficar naquele local, o que o ajudou a decidir a querer ir para o colégio agrícola.

Dentre as mulheres, quatro delas tiveram o apoio da família. Já uma delas relatou que o pai não via com bons olhos sua ideia de estudar em um colégio que, na visão dele, era só para meninos. Porém, todas salientaram que os pais só as deixaram ir porque não era na condição de aluna interna, isto é, não morariam nos alojamentos da unidade escolar.

Em geral, todos relataram que tiveram todo apoio para seguir o curso e isso se dava porque os pais viam na formação técnica uma oportunidade de melhora de vida, já que todos relataram vir de famílias muito simples. Inclusive, o aluno B, no dia da entrevista, se emocionou ao contar que estava hospedado no melhor hotel da cidade, pois quando tinha vindo para o colégio, não pôde trazer nem seu cobertor e que sua mãe disse a ele que era para aproveitar a oportunidade que estava tendo e só voltasse formado, pois não teria condições de ir vê-lo ao longo do curso.

Em relação ao internato, dos entrevistados, 12 vivenciaram essa experiência em sua formação e todos eles indicaram que foi uma experiência significativa para sua vida adulta, pois tinham responsabilidades devido ao fato de morar sozinho. Todos eles disseram que amadureceram através das dificuldades enfrentadas no período que estudaram na escola. Já as 06 meninas, que fizeram parte do sistema de semi-internato, relatam que, mesmo não morando na unidade, tiveram grandes experiências que auxiliaram na vida adulta após sua formação. Uma delas ressaltou que ajuda a “cuidar” dos amigos, pois ela auxiliava quando tinham problemas de saúde.

---

entrevistado fez questão de contar que foi ele o responsável pelo fim dos “trotes” no sistema de internato no período em que estudou na escola. Apresentou certa resistência em dar a entrevista, dizendo que “não sabia se queria falar, pois tinha medo de chorar”. Num segundo momento, “disse que, por algum motivo, sabia que podia contar suas histórias (ALUNO F, 2016).

A aluna G foi citada por 03 colegas que sempre os ajudava nos internatos quando precisavam de roupas de frio ou levava remédios para eles quando precisavam.

#### **4.3- Percurso profissional dos egressos: o que a escola instituiu?**

Depois de ouvir todos os relatos e analisar os documentos que apresentaram a estrutura dos cursos oferecidos é possível compreender o que de fato ele instituiu, o que a escola proporcionou a esses alunos após a sua formação.

De todos eles, 15 relataram que a formação que receberam no colégio auxiliou em suas funções como técnicos, nas diferentes áreas que resolveram atuar. Cada um deles, disse quais os caminhos seguidos no seu percurso profissional. Dentre eles, seis seguiram sua caminhada acadêmica, fazendo faculdades ligadas à área agrícola, com intensão de especialização.

Dentre os 22 entrevistados, 03 relataram que desistiram do curso, não por falta de aptidão na área agrícola, mas porque as condições familiares em que viviam não os permitiu continuar.

Um aluno relatou que desistiu para que pudesse ajudar seus pais e as outras duas desistências foram de mulheres, que evadiram devido à gravidez muito jovens. Um fato curioso, presente no relato dos 03 desistentes, foi que fizeram questão de retornar ao colégio, mesmo que fossem em outras posições, sejam pais de alunos e/ou funcionários. Nessas três entrevistas, foi possível perceber o arrependimento e a frustração por não terem concluído o curso. O aluno J (1975) é comerciante na cidade de Taquarivai, a aluna K (1972) foi cozinheira do colégio agrícola e hoje executa tarefas domésticas e a aluna U (1972) é professora de Contabilidade no colégio agrícola.

Quanto aos que continuaram o curso, muitos foram os caminhos percorridos por eles, 15 deles seguiram a área agrícola ocupando diversas funções, são eles:

**Tabela VI– Percurso profissional dos (as) alunos (as)**

	<b>Ano de ingresso</b>	<b>Aluno (a)</b>	<b>Percurso Profissional dos (as) alunos (as)</b>
1	1984	Aluna A	Trabalhou como técnica em agropecuária por um determinado período, fez faculdade na UFLA, porém atualmente é dona de terras em Minas Gerais com foco no café e também auxilia em projetos sociais com regeneração de ex presidiários.
2	1981	Aluno B	Trabalha com paisagismo e reuso de águas na cidade de São Paulo e promove

			<p> cursos e palestras em faculdades e universidades que oferecem cursos na área agrícola e ambiental.</p>
3	1982	Aluno C	<p>É dono de propriedade voltada na área agrícola na cidade de Nova Campina/SP e administra um pesqueiro e restaurante o qual é ponto de encontro do agricolinos que estudaram junto com ele.</p>
4	1993	Aluno E	<p>Desde sua formação trabalha como técnico em agropecuária, durante dez anos trabalhou na casa da agricultura na cidade de Guapiara</p>
5	1983	Aluna G	<p>Sempre trabalhou como técnica em agropecuária na função de assistente administrativo em fazendas na cidade de Taquarivai.</p>
6	1982	Aluno I	<p>É concursado como técnico em agropecuária desde que saiu do colégio e auxilia na fiscalização de propriedades rurais e orientação de agricultores familiares na região.</p>
7	1982	Aluno F	<p>Sempre trabalhou na área agrícola, quando se formou foi para O Mato Grosso do Sul e se especializou em genética de animais e atua como orientador em faculdades e laboratórios.</p>
8	1984	Aluno D	<p>Trabalha nas propriedades deixadas por seus pais atuando como agricultor familiar na região.</p>
9	1991	Aluno H	<p>Atua com uma rede de frigoríficos na região de Capão Bonito e auxilia na fiscalização de abate de animais.</p>
10	1984	Aluno M	<p>Seguiu a carreira de técnico em agropecuária desde que se formou e com o tempo se especializou no ramo de topografia especializada em tecnologias agrícolas.</p>
11	1984	Aluno N	<p>Seguiu a carreira de técnico em agropecuária, entretanto se especializou na área florestal e hoje atua em sua empresa com consultorias florestais na região.</p>
12	1981	Aluna Q	<p>Sempre cuidou da propriedade agrícola onde mora, anos mais tarde retornou ao colégio para fazer o curso de Técnico em Florestas e foi funcionária da escola entre os anos de 2006 e 2012 e atualmente atua como técnica concursada na prefeitura de auxiliando na casa da agricultura do município.</p>
13	1974	Aluno S	<p>Desde sua formação atua como agricultor na região, e disse em sua entrevista que resolveu fazer o curso para ter sua propriedade para se sustentar pois na época via isso como algo favorável economicamente.</p>
14	1993	Aluno T	<p>Logo após sua formação se efetivou em um cargo de técnico em agropecuária na APTA (Agência Paulista de Tecnologia de Agronegócios) Unidade de</p>

			Pesquisa de Itapeva atuando como pesquisador especialista na área de inseminação artificial de suínos, e como professor de história na ETEC. Doutor Dario Pacheco Pedroso é responsável por desenvolver projetos desenvolvidos no setor de suinocultura na unidade escolar.
15	1992	Aluno U	Atualmente trabalha como auxiliar docente na ETEC. Dr. Dario Pacheco Pedroso.

Daqueles que não permaneceram na área agrícola, o aluno P (1983) relatou que, logo em seguida de sua formação, teve problemas familiares e teve que voltar para sua cidade natal, Coronel Macedo, e, para, que tivesse segurança e estabilidade econômica, fez um concurso público em 1987 para ser investigador de polícia e essa é sua profissão até hoje. Segundo o seu relato, ele auxiliou a localizar vários dos alunos através de sua profissão, para que pudessem se reencontrar.

O aluno R (1971) também atua como investigador de polícia na cidade de Taquarivai. Entretanto, antes disso, foi funcionário na escola Doutor Dario Pacheco Pedroso, no setor administrativo nos anos de 1990.

As alunas U (1972), L (1971) e K (1972) não seguiram carreira agrícola. Duas delas porque desistiram do curso conforme citado acima e a outra porque decidiu fazer o curso de história, inspirada em seus professores do colégio. As três alunas, anos mais tarde voltaram à escola Doutor Dario Pacheco Pedroso: a aluna K retornou como cozinheira entre os anos 1984 e 1991 e as outras duas como professoras, pois, a aluna U conseguiu concluir seus estudos na cidade de Itapeva e, logo em seguida, fez faculdade de Ciências Contábeis, já aluna L voltou como professora de história.

Já o aluno O (1974) relatou que seguiu a área agrícola por um tempo e, devido ao casamento e ao nascimento das filhas, resolveu montar uma padaria na cidade e atua como comerciante até os dias de hoje.

Muitas foram às histórias ouvidas nas entrevistas dadas por esses alunos que, apesar de não seguirem a área agrícola, relataram que a vivência no colégio os auxiliou de alguma forma na profissão que escolheram. Os que fizeram parte do sistema de internato foram assertivos em dizer que as experiências vividas naquele local os ajudaram a amadurecer e se preparar para a vida adulta.

Os agricolinos que moram em Taquarivai ou nas cidades vizinhas relataram que fizeram questão que seus filhos também estudassem no colégio para que vivenciassem as mesmas experiências vividas por eles.

Algumas coisas foram contadas espontaneamente sem que fizesse parte do roteiro de perguntas e uma delas marcou muito. O Aluno B, em seu relato, disse que ele aprendeu muitos princípios e valores com o aluno C e que os dois haviam criado um laço muito forte com o aluno F, mesmo sem saber sua origem de fato, pois sempre foi muito reservado, mas que ele foi muito importante para o sistema de internato, pois como era mais velho e “mais vivido”, segundo eles, não aceitou participar do grupo de “trotos” que havia para os ingressantes e também não permitiu que os demais colegas passassem pelas “brincadeiras constrangedoras”. Ele foi protetor da turma durante todos os anos que ali esteve. Quando perguntei por que havia tomado essa atitude, me disse que não queria que sua nova família sofresse. Mesmo diante de todas as dificuldades, esse aluno conseguiu passar pelo colégio e deixar marcas positivas em seus amigos e hoje conta com orgulho experiências em que ajudou pessoas a conquistarem sucesso em sua profissão.

Poder ouvi-los permitiu entender o que a escola lhes ofereceu de oportunidade a partir da formação ali organizada, nos faz perceber o que de fato ela instituiu na vida dessas pessoas, pois quinze deles tiveram suas vidas estabilizadas economicamente através da formação que ali foi oferecida a eles.

Fazer as análises da trajetória seguida pelos alunos depois de sua formação, permitiu entender os impactos que a escola trouxe para a vida profissional deles, e isso vai muito além dos números apresentados entre alunos matriculados e alunos formados ou até mesmo sobre a preocupação no que se refere a evasão.

|

|

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Encontrar, ler e entender os planos de ensino e os documentos existentes no acervo da escola e da Câmara Municipal de Itapeva, assim como localizar os ex-alunos e realizar as entrevistas foi uma tarefa difícil, mas necessária para se atingir o objetivo deste trabalho. Após a análise das fontes de pesquisa, foi possível verificar qual a formação oferecida pela escola e quais os seus impactos para os alunos e para a Região de Taquarivai.

Mas para que se pudesse entender se fez necessário um breve levantamento histórico do ensino agrícola e quais caminhos ele percorreu até a criação da escola, com a proposta do curso Monitor Agrícola. Estudar o contexto histórico das décadas de 1960 e 1970 nos fez entender que o cenário político propunha mudanças no âmbito educacional na área agrícola, o que impulsionou essa modalidade de ensino. As políticas do período estavam propondo apoio aos setores agrícolas, tanto em caráter nacional como regional, isto é, as mudanças que ocorriam nas esferas maiores também influenciaram no desenvolvimento nas cidades do interior, evidenciando que a totalidade influencia a realidade local e regional.

A criação de uma escola, que propunha a formação especializada no setor agrário, fez com que houvesse um desenvolvimento na área agrícola na região e, assim, executava a política nacional de oferecer um ensino que qualificasse a mão de obra que até então trabalhava sem conhecimento técnico.

Quando se pensa em educação, é importante entender que a formação oferecida influencia em diversos âmbitos. Pensando dessa forma, podemos chegar à conclusão que, sob um olhar educacional, a proposta de um ensino que iria especializar o homem do campo era um avanço, fazendo com que ele trabalhasse baseado em conhecimentos técnicos, o que poderia trazer para, a zona rural, avanços na execução das atividades deste setor. Em contrapartida, a economia estaria ganhando com melhores resultados. Portanto, as políticas públicas definem as propostas de ensino e, conseqüentemente, definem, diretamente, a formação ofertada em um determinado local e, com isso, acaba influenciando a vida dos sujeitos que estão envolvidos diretamente com ela. Nesse cenário, é importante destacar que aspectos externos, relacionados ao contexto econômico e político, nacional e internacional, influenciam a organização da política educacional.

Em relação à proposta educacional na unidade escolar aqui analisada, foi possível concluir que a grade curricular definida como base para elaboração dos planos de ensino do curso Monitor Agrícola e Técnico em Agropecuária abrangia tanto a área de agricultura como na área de pecuária, e ambas conjugavam teoria e prática.

A grade do curso de Técnico Agrícola não sofreu grandes mudanças ao longo dos anos, porém, as disciplinas do ensino regular foram ganhando espaço com o passar do tempo, conforme os planos de ensino dos professores nos anos 1990. Porém, nas décadas de 1970 e 1980, a formação era voltada para o trabalho. Analisando todo o contexto, pode-se observar que a formação oferecida pela escola direcionava ao aluno para uma profissão.

A grade não teve grandes modificações ao longo dos anos, mas fica evidente que a economia local e as atividades agrícolas, que estavam sendo desenvolvidas, interferiam na proposta educacional da escola, pois, quando a região inicia seu desenvolvimento no setor florestal, a escola acaba tendo sua grade atualizada, procurando atender essa demanda do mercado de trabalho local. Mais uma vez, evidenciando que a formação proposta era baseada na qualificação da mão de obra para o mercado de trabalho.

Para a implantação da proposta educacional, são necessários os docentes para que eles direcionem como esse conhecimento seria passado aos alunos. O perfil do corpo docente da unidade foi algo que permaneceu durante os 24 anos analisados. A diversidade da formação dos professores da parte técnica proporcionou aos alunos uma formação com qualidade no ensino ministrado, levando em consideração a proposta do curso.

A formação era voltada para o mercado de trabalho e algumas práticas desenvolvidas evidenciam isso: as campanhas voltadas ao auxílio nas propriedades vizinhas é algo que permaneceu ao longo dos anos e a gestão escolar via isso como algo de suma importância; as escalas dos alunos aos finais de semana e nas férias, com intuito de propor o desenvolvimento das práticas agrícolas; os projetos dos professores da área de agropecuária nos anos 1990 com objetivos de aprofundar o conhecimento técnico. Portanto, são ações que mostram que o ensino oferecido vinha para moldar os alunos acerca do que a função exigia no ambiente de trabalho.

A estrutura da unidade escolar foi algo que sofreu mudanças ao longo dos 24 anos, quanto às salas de aula, refeitório, a biblioteca, o setor administrativos e os

laboratórios, pois foram sendo adequados de acordo com as necessidades da escola. Já os setores produtivos e de criação continuaram no mesmo local.

A constante busca pela integração com os moradores em torno da unidade sempre foi objetivo da escola. Por isso, a relação direta com a igreja local permaneceu e sempre foi citada nos planos de ensino.

Muitas foram às mudanças ocorridas na história da educação e elas vieram traçando o caminho que nos fizeram compreender os motivos pelos quais levaram a ETEC. Dr. Dario Pacheco Pedroso estar inserida na cidade de Taquarivai, que foi assunto principal do segundo capítulo da dissertação. A análise levou à conclusão de que, nesse período, havia um olhar abrangente na economia do setor agrário e pode-se perceber que, para que ele pudesse se desenvolver, se fazia necessária mão de obra qualificada nas atividades desenvolvidas, isto é, uma instituição de ensino. Então é criada a escola, objetivos que vão muito além das salas de aula.

Mas por que a escola agrícola foi criada em um bairro de zona rural da cidade de Itapeva, que, até então, não apresentava grandes estruturas? Instigados por esse questionamento, o segundo capítulo da dissertação apresentou os motivos que justificam essa existência da escola na Região de Taquarivai e como se deu a sua criação, indicando sua influência na região. As conclusões foram que as características geográficas do local tiveram sua contribuição para a inserção da escola e a formação oferecida influenciou diretamente o desenvolvimento das propriedades em torno da unidade escolar e estas, por sua vez, passaram a movimentar cada vez mais a economia naquele lugar, em torno do setor agropecuário, fazendo com que Taquarivai fosse conhecido, até os dias atuais, como a cidade de terras férteis, estando no topo do desenvolvimento dos setores agrícolas na Região. As condições climáticas favoráveis e a existência de agricultores criadores de animais na região fortaleceram o setor agrícola no local e fez com que a escola fosse inserida na zona rural da cidade de Itapeva.

Tanto o desenvolvimento agrícola na visão da economia, o reconhecimento da formação oferecida na unidade escolar e a emancipação do município de Taquarivai são assuntos que não podem ser tratados sem que se evidencie que um influência a história do outro, pois a criação da escola trouxe para o bairro o desenvolvimento nas propriedades rurais, o que fez com que o local ganhasse seu espaço e reconhecimento no setor agrário e, com isso, o bairro da zona rural começou a se tornar cada vez mais independente até que se tornasse um Município.

Entretanto, é preciso ter um olhar abrangente para que se possa perceber e reconhecer quais as consequências que essas influências trazem e se os objetivos que, inicialmente, eram propostos com essa formação foram alcançados após o processo de ensino. Não é possível apresentar os resultados, dizendo somente se foram bons ou ruins, é preciso entender as situações para analisar se a formação ofertada teve suas contribuições para sociedade e os sujeitos que por ali passaram e qual a dimensão de tudo isso.

Como mencionado na introdução dessa dissertação, para se desenvolver a prática da dialética, é preciso enxergar a realidade em sua totalidade e, também, conseguir perceber as singularidades de cada contexto e quais as relações existentes entre eles. Questionamentos tais como: A educação proposta teve sua contribuição de para a formação dos alunos? Na prática, a formação contribuiu para emancipação dessas pessoas? Esses questionamentos nos instigaram a fazer apontamentos após todo o processo de pesquisa para que se possa enxergar quais as relações estabelecidas entre a realidade estudada e a totalidade na qual está inserida e, principalmente, quais foram seus impactos.

A escola ter sido implantada em uma região, cujas características ambientais eram favoráveis, justifica o fato de, mesmo estar localizada em um lugar de poucos habitantes e estruturas precárias, conseguiu se estabelecer ao longo de todos esses anos.

A formação oferecida, com o passar do tempo, foi contribuindo para a economia local, trazendo a possibilidade de desenvolvimento devido aos conhecimentos técnicos adquiridos pelos alunos.

A característica da escola de estar inserida dentro de uma fazenda facilitou um dos fatores mais importantes no objetivo da formação proposta, que constituía em formar técnicos capazes de desenvolver atividades no setor agrícola, com conhecimento específico e mão de obra especializada, isto é, as atividades de campo propostas aos alunos oferecia a chance de aprender na prática como seriam suas vidas depois de formados, na profissão que iriam exercer.

O ambiente de escola fazenda, com sistema de internato, fez com que a formação oferecida conseguisse atingir pessoas de diferentes cidades da região e, até os dias de hoje, o colégio recebe alunos de localidades distantes, mesmo estando inserido em uma cidade de pequeno porte, pois se não houvesse essa oportunidade de instalação e vivência nos alojamentos, o ensino oferecido seria restrito somente aos Municípios de Taquarivai, Itapeva e Buri, visto que são os mais próximos.

Por um lado, a escola estava sim a contribuir com o desenvolvimento local, por outro, os relatos de falta de infraestrutura e os problemas financeiros influenciaram na execução nas atividades propostas pelos docentes em seus planos de ensino.

Nenhum aluno entrevistado relatou situações relacionadas à falta de infraestrutura do colégio, mas devemos levar em consideração que, no período em que estudaram naquele local, estavam em uma faixa etária entre 14 a 17 anos, e talvez não conseguissem ter uma visão crítica sobre o assunto.

Todavia, se observa que não houve relatos do grupo discente sobre a utilização de tecnologias durante as aulas, nem os planos de ensino mencionam essa utilização, o que leva à conclusão de que o diferencial das atividades realizadas por eles na fazenda, dentro da unidade escolar e nas propriedades onde viviam, era o conhecimento oferecido pelos professores, visto que a instituição não oferecia condições para uma formação voltada ao uso de tecnologias agrícolas. Contudo, naquele local, estavam realizando atividades monitoradas e orientadas sob influência do conhecimento técnico.

Levando em consideração que o fator fundamental na prática das atividades desenvolvidas nos setores produtivos da escola fazenda era o direcionamento dado pelos professores, para que os alunos pudessem aprender o que o mercado de trabalho exigia do técnico agrícola, pode se concluir que a educação estava moldando para o trabalho, pois a formação oferecida nesta escola era o que a economia local recebia de conhecimento técnico para que pudesse caminhar em seu desenvolvimento.

No que se refere à contribuição social para os alunos, é possível perceber que, de certa forma, a escola ofereceu uma formação na qual os futuros técnicos agrícolas poderiam estar inseridos no mercado de trabalho logo depois de formado, na sua própria região, que estava passando por seu processo de avanço no setor agrícola e precisava de mão de obra qualificada.

O sistema de internato também contribui na formação social dos alunos, pois tiveram de se adaptar em um ambiente diferente de suas casas a partir dos quatorze anos e todos os agricólinos entrevistados relataram no que diz respeito suas melhores lembranças do colégio, a família que formaram com o passar dos anos na convivência com seus colegas de quarto.

Entretanto o presente trabalho tem como proposta analisar o objeto de estudo a partir da dialética e também analisar qual a relação entre educação e trabalho. Para isso, foram apresentados aqui referenciais teóricos que nos fazem refletir quais caminhos

foram traçados pelo ensino agrícola até a criação da escola e se a escola técnica a partir da sua implantação teve seus objetivos alcançados.

O referencial teórico de Marx apresenta ser possível um princípio educativo pelo trabalho, e que o mesmo vai condicionar o indivíduo a uma formação completa, que supere a separação entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, contemplando as dimensões. Entretanto, não é o que conseguimos perceber nessa unidade de ensino, visto que foi possível perceber uma maior preocupação com as atividades manuais da área técnica, tendo como foco uma melhor preparação para o mercado de trabalho e que este, por sua vez, tendo avanços decorrentes do serviço da mão de obra qualificada, estaria contribuindo para economia local, nos mostrando um direcionamento do ensino voltado na manutenção econômica.

Por mais que reconheçamos que essa era única oportunidade oferecida na região aos indivíduos em idade escolar, que auxiliou muitos alunos a terem melhores condições de vida após sua formação a formação oferecida tinha o intuito de formar mão de obra qualificada para o mercado de trabalho.

## **REFERÊNCIAS**

ALUNO A. Entrevista sobre período estudado na escola Doutor Dario Pacheco Pedroso. Taquarivai, 27/05/2016.

ALUNO B. Entrevista sobre período estudado na escola Doutor Dario Pacheco Pedroso. Nova Campina,28/05/2016.

ALUNO C. Entrevista sobre período estudado na escola Doutor Dario Pacheco Pedroso. Nova Campina,28/05/2016.

ALUNO D. Entrevista sobre período estudado na escola Doutor Dario Pacheco Pedroso. Nova Campina ,28/05/2016.

ALUNO E. Entrevista sobre período estudado na escola Doutor Dario Pacheco Pedroso. Nova Campina ,28/05/2016.

ALUNO F. Entrevista sobre período estudado na escola Doutor Dario Pacheco Pedroso. Nova Campina ,28/05/2016.

ALUNO G. Entrevista sobre período estudado na escola Doutor Dario Pacheco Pedroso. Nova Campina ,28/05/2016.

ALUNO H. Entrevista sobre período estudado na escola Doutor Dario Pacheco Pedroso. Nova Campina ,28/05/2016.

ALUNO I. Entrevista sobre período estudado na escola Doutor Dario Pacheco Pedroso. Nova Campina ,28/05/2016.

ALUNO J. Entrevista sobre período estudado na escola Doutor Dario Pacheco Pedroso. Taquarivai ,04/07/2016.

ALUNO K. Entrevista sobre período estudado na escola Doutor Dario Pacheco Pedroso. Taquarivai ,04/07/2016.

ALUNO L. Entrevista sobre período estudado na escola Doutor Dario Pacheco Pedroso. Itapeva ,04/07/2016.

ALUNO M. Entrevista sobre período estudado na escola Doutor Dario Pacheco Pedroso. Itararé ,14/08/2016.

ALUNO N. Entrevista sobre período estudado na escola Doutor Dario Pacheco Pedroso. Itararé ,14/08/2016.

ALUNO O. Entrevista sobre período estudado na escola Doutor Dario Pacheco Pedroso. Taquarivai ,04/06/2016.

ALUNO P. Entrevista sobre período estudado na escola Doutor Dario Pacheco Pedroso. Nova Campina,28/05/2016.

ALUNO Q. Entrevista sobre período estudado na escola Doutor Dario Pacheco Pedroso. Taquarivai ,04/06/2016.

ALUNO R .Entrevista sobre período estudado na escola Doutor Dario Pacheco Pedroso. Taquarivai ,04/06/2016.

ALUNO S .Entrevista sobre período estudado na escola Doutor Dario Pacheco Pedroso. Taquarivai ,04/06/2016.

ALUNO T .Entrevista sobre período estudado na escola Doutor Dario Pacheco Pedroso. Itapeva ,09/07/2016.

ALUNO T .Entrevista sobre período estudado na escola Doutor Dario Pacheco Pedroso. Itapeva ,09/07/2016.

ALUNO T .Entrevista sobre período estudado na escola Doutor Dario Pacheco Pedroso. Taquarivai ,10/09/2016.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 9613, de 20 de agosto de 1946.** Lei Orgânica do Ensino Agrícola. Disponível em:< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/De19613.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De19613.htm)>. Acesso em: dia/Mês abreviado/ano.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº4024, de 20 de dezembro de 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em:< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4024.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm)>. Acesso em: dia, mês (abreviado) e ano.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 5540, de 28 de novembro de 1968.** Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em:< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/De19613.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De19613.htm)>. Acesso em: dia/Mês abreviado/ano.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto-Lei nº937, de 13 de outubro de 1969.** Altera a redação do artigo 51 e parágrafos da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Disponível em:< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/De10937.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De10937.htm)>. Acesso em: dia, mês (abreviado) e ano.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº5692, de 11 de agosto de 1971.** Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em:< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5692.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm)>. Acesso em: dia, mês (abreviado) e ano.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. **Decreto nº 7566, de 23 de setembro de 1909.** Cria nas capitais dos Estados Escolas de Aprendizes Artífices, para

o ensino profissional primário e gratuito. Disponível em:<[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto\\_7566\\_1909.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf)>. Acesso em: 30/Abr./2016.

CATTANI, Antônio David. **Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS), 2002.

COUTINHO, Ednaldo Gonçalves. **O surgimento da rede federal de educação profissional: uma iniciativa religiosa e política**, 2014. Disponível em:<[http://www.senept.cefetmg.br/galerias/Anais\\_2014/GT04/GT\\_04\\_x7x.PDF](http://www.senept.cefetmg.br/galerias/Anais_2014/GT04/GT_04_x7x.PDF)>. Acesso em: 25/Abr./2016.

CALAZANS, Julieta. **Estudo retrospectivo da educação rural no Brasil**. Rio de Janeiro: IESAE,1979.

COSTA, Anilson; LIMBERGER, Mário. **Técnico Agrícola 100 anos de profissão**. Porto Alegre: FENATA, 2011.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. **Implantação do curso Monitor Agrícola – Parecer nº 15/71**. 1971

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. **Regimento interno do curso de monitor agrícola**. Mimeo. 1971

DIREÇÃO DE ESCOLA. **Plano escolar 1984**. Mimeo.1984

DIREÇÃO DA ESCOLA. **Relatório Informativo ofício nº 1.677/76**. Mimeo. 1976

FRIGOTTO, Galdêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. FAZENDA, Ivani. **Metodologia da pesquisa Educacional**. São Paulo: Cortez, 2000.p 69-91.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FEITOSA, André Elias Fidelis. **A trajetória do ensino agrícola no Brasil no contexto do capitalismo dependente**. Dissertação de Mestrado. Niterói: Universidade Federal Fluminense (UFF), 2006. Disponível em:<[http://www.uff.br/pos\\_educacao/joomla/images/stories/Teses/feitosad2006.pdf](http://www.uff.br/pos_educacao/joomla/images/stories/Teses/feitosad2006.pdf)>. Acesso em: 27/Abr./2016.

FUNCIONÁRIO A . Entrevista sobre período como funcionário na escola Doutor Dario Pacheco Pedroso.Taquarivai ,04/07/2016.

ITAPEVA. **Histórico da ESG Dr. Dario Pacheco Pedroso (1984)**, s/d.

ITAPEVA. Câmara Municipal de Itapeva. **Lei nº5, de 7 de fevereiro de 1948**. Doação de terreno para implantação da Escola Típica Rural.

ITAPEVA. Câmara Municipal de Itapeva. **Lei nº7, de dia do mês de 1960.** Doação de terreno para funcionamento da Delegacia Regional Agrícola.

ITAPEVA. Câmara Municipal de Itapeva. **Lei nº13, de 10 de março de 1968.** Taquarivai se torna Distrito da cidade de Itapeva.

ITAPEVA. Câmara Municipal de Itapeva. **Lei nº83, de 9 de dezembro de 1970.** Formalização de convênio para instalação e funcionamento do colégio Técnico em Itapeva/SP.

ITAPEVA. Câmara Municipal de Itapeva. **Lei nº 380, de 29 de julho de 1974.** Mudança de denominação do Colégio Técnico Agrícola de Itapeva para Escola Estadual de Segundo Grau Dr. Dario Pacheco Pedroso.

ITAPEVA. Câmara Municipal de Itapeva. **Lei nº 146, de dia de mês de 1985.** Autorização para firmar o convênio com a Secretaria de Estado da Agricultura.

ITAPEVA. Câmara Municipal de Itapeva. **Lei nº 559, de 04 de março de 1992.** Formalização do Convênio com a Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento.

ITAPEVA. Câmara Municipal de Itapeva. **Lei nº 576, de 01 do mês de 1992.** Autorização do convênio com o Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza.

ITAPEVA. Câmara Municipal de Itapeva. **Lei nº 605, de 23 de novembro de 1992.** Indicação das escolas que integrariam a Instituição Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. H. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: E.P.U.,1986.

MARTINIAK, Vera Lúcia. Processo histórico da institucionalização das primeiras escolas agrícolas nos Campos Gerais, PR. Tese de doutorado. Unicamp, Campinas, SP, 2011.

MENDONÇA, Sônia Regina de. A dupla dicotomia do Ensino Agrícola no Brasil (1930-1960). *In: Estudos, Sociedade e Agricultura*, ano 14, v.1, 2006. Disponível em:< <http://r1.ufrrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/271>>. Acesso em: 02/Mai./2016.

NERY, Marco Arlindo Amorim Melo. Aprendizados e patronatos: um cotejo entre dois modelos de ensino agrícola das primeiras décadas de século XX ( 1911-1934). *In: Revista Tempos e Espaços em Educação*, v.2, p.25-32, jan-jun/2009. Disponível em:< <http://www.seer.ufs.br/index.php/revtee/article/viewFile/2201/1872>>. Acesso em: 03/Mai./2016.

PAIVA, Vanilda Pereira. Educação popular e educação de adultos. 5. ed. São Paulo: Loyola. 1987.

PETEROSSO, Helena Gemignani. Formação do professor para o ensino técnico. São Paulo: Loyola, 1994.

PILETTI, Nelson. **História Geral**. Cidade-UF (Estado), 1998.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. Cidade-UF (Estado), 1986.

SÃO PAULO. Secretaria Estadual do Estado de São Paulo. **Parecer nº15/71 de dia do mês de 1971**. Taquarivaí-SP, 1971.

SÃO PAULO. Secretaria Estadual do Estado de São Paulo. **Grade Curricular**. Taquarivaí-SP, 1976.

SÃO PAULO. Secretaria Estadual do Estado de São Paulo. **Plano Escolar**. Taquarivaí-SP, 1984.

SÃO PAULO. Secretaria Estadual do Estado de São Paulo. **Processo do Conselho Estadual de Educação (CEE) nº1139/70, de dia do mês de 1970**. Taquarivaí-SP, 1971.

SÃO PAULO. Secretaria Estadual de Educação. Conselho Estadual de Educação. **Deliberação CEE nº02/71**. Itapeva-SP, 1971.

SÃO PAULO. Secretaria Estadual de Educação. **Resolução SE, de 20 de janeiro de 1971**. Itapeva-SP, 1971.

SÃO PAULO. Secretaria Estadual de Educação. **Resolução SE, de 10 de maio de 1971**. Itapeva-SP, 1971.

SÃO PAULO. Secretaria Estadual de Educação. Centro de Educação Técnica (CET). **Regimento Interno do Curso Monitor Agrícola**, 1971

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Secretaria Geral Parlamentar. Departamento de Documentação e Informação. **Decreto nº52.397, de 26 de fevereiro de 1970**. Disponível em:<endereço completo do *site*>. Acesso em: dia, mês (abreviado) e ano.

SÃO PAULO. Secretaria Estadual do Estado de São Paulo. **Ofício nº1.677/76**. Taquarivaí-SP, 1976.

SÃO PAULO. Secretaria Estadual de Educação. Conselho Estadual de Educação. **Regimento Interno**. São Paulo-SP, 1971.

SÃO PAULO. Secretaria Estadual do Estado de São Paulo. **Regimento Interno**. Taquarivaí-SP, 1976.

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. **Lei nº 7664, de 30 de dezembro de 1991**. Dispõe sobre alterações no Quadro Territorial-Administrativo do Estado. Disponível em: < <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1991/lei-7664-30.12.1991.html>>. Acesso em: dia, mês (abreviado), ano.

SÃO PAULO. Secretaria Estadual de Educação. **Ficha de matrícula nº 63 a nº 1116**. Taquarivaí-SP, 2016.

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Secretaria Geral Parlamentar. Departamento de Documentação e Informação. **Decreto nº 37.735, de 27 de outubro de 1993**. Autoriza a transferência das Escolas Técnicas Estaduais para o Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" - CEETPS e dá providências correlatas. Disponível em:<endereço completo do *site*>. Acesso em: dia, mês (abreviado) e ano.

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Secretaria Geral Parlamentar. Departamento de Documentação e Informação. **Decreto-Lei de 6 de outubro de 1969**. Cria, como entidade autárquica, o Centro Estadual de Educação Tecnológica de São Paulo e dá providências correlatas. Disponível em:<endereço completo do *site*>. Acesso em: dia, mês (abreviado) e ano.

SÃO PAULO, Sistema Estadual de Análise de Dados (SEAD). **Relatório Anual – Secretaria da Agricultura Taquarivaí/ SP**, 2013. Disponível em:<endereço completo do *site*>. Acesso em: dia, mês (abreviado), ano.

SANFELICE, José Luís; JACOMELI, Maria Regina Martins; PENTEADO, Ana Elisa de Arruda. **Histórias de Instituições Escolares Teoria e Prática**. Campinas: Autores Associados, 2016.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados - Coleção Memória da educação, 2013.

SOBRAL, Francisco José Montório. **A formação do Técnico em agropecuária no contexto da agricultura familiar no oeste catarinense**. Tese. Campinas: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2005. Disponível em:<<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000358583&fd=y>>. Acesso em: 29/Abr./2016.

**ANEXOS**  
**QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA COM EX-ALUNOS**

- Nome:
- Idade:
- Onde mora atualmente?
- Qual profissão que exerce atualmente?
- Que ano ingressou no colégio?
- Como descobriu a existência do colégio?
- Como era a seleção de alunos na época que você ingressou?
- Qual o motivo da escolha por uma escola agrícola?
- Onde morava na época em que estudava?
- Como era o curso que escolheu?
- Você se identificou com o curso desde o início? Por quê?
- O que levou sua família a permitir seu ingresso em uma escola de internato?
- Quando você ingressou no colégio você sentiu dificuldades em ficar no sistema de internato?
- Você acredita que a sua permanência no internato auxiliou de alguma forma na sua vida adulta?
- Você se lembra do cenário político na época? Era favorável para o setor agrícola?
- Como eram os professores na época?
- Havia funcionárias mulheres no colégio?
- Havia alunas mulheres no colégio na época?
- Muitos alunos desistiram ao longo do curso? ( se a resposta for sim , perguntar qual a opinião sobre o motivo da desistência )
- Como era o bairro Taquarivai na época? ( Lembrando que não era município ainda na época que os alunos estudavam no colégio)
- Quais são suas melhores lembranças do colégio agrícola na época que você estudou?
- Em sua opinião qual a importância das experiências vividas na época para sua vida adulta?

## TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS

Eu \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_,

RG \_\_\_\_\_, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, os pesquisadores (**Mestranda Ana Rita Bueno de Camargo Matos e Orientadora Heulália Charalo Rafante**) do projeto de pesquisa que envolve os estudos da história a ETEC Dr. Dario Pacheco Pedroso de 1970 a 1994 a realizar as fotos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos (seus respectivos negativos) e/ou depoimentos (áudio e vídeo) para fins científicos e de estudos (dissertações, livros, artigos, slides e transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados.

Taquarivai, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016

\_\_\_\_\_

Pesquisador responsável pelo projeto

\_\_\_\_\_

Sujeito da Pesquisa